

CAROLINA FERNANDES

**O IMAGINÁRIO DE *VEJA* SOBRE
“OS LULAS PRESIDENCIÁVEIS”**

**Porto Alegre
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**O IMAGINÁRIO DE *VEJA* SOBRE
“OS LULAS PRESIDENCIÁVEIS”**

Carolina Fernandes

Dr^a. Freda Indursky
orientadora

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
2008

*Dedico este trabalho à memória de minha
querida mãe, que, ao partir, deixou em mim
um silêncio latente, impossível de ser dito, mas
transbordado de sentidos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Freda Indursky, pela orientação segura e crítica, pelos conhecimentos compartilhados e pelo ombro amigo e materno que me dispôs em momento de dor.

Ao meu namorado, Edinho Carlos Kunzler, pelo companheirismo, incentivo, amor e amparo nos momentos difíceis.

Às minhas irmãs, Brendha e Bruna, pelo carinho e sorriso que me motivam e me estimulam a seguir em frente.

Ao meu tio Fritz, sempre atento às minhas solicitações, pelo apoio e incentivo.

À amiga e colega, Ângela Plath, pelo amparo e carinho maternal com que me recebeu em sua vida.

À professora Solange Mittmann, pelas aulas e contribuições ao meu trabalho.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida.

A todos, aqui citados, e aos que não citei, agradeço por terem me ajudado a superar a dor da perda, possibilitando-me realizar este trabalho com intensa dedicação.

SUMÁRIO

RESUMO	6
RÉSUMÉ	8
INTRODUÇÃO	10

PARTE I

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	13
1. CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE DO DISCURSO.....	14
2. DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO.....	16
2.1. LINGUAGEM E DISCURSO	16
2.2. A NOÇÃO DE TEXTO	23
2.3. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO IDEOLÓGICO E DO SENTIDO	26
2.3.1. Sujeito e Ideologia	27
2.3.2. O conceito de formação discursiva.....	35
2.4. REAL E IMAGINÁRIO	39
2.5. ENUNCIADO, FORMULAÇÃO E REDE DE FORMULAÇÕES	43
2.6. A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO	48
2.7. PARÁFRASE DISCURSIVA E REESCRITURA	56

PARTE II

PREPARAÇÃO ÀS ANÁLISES	61
1. SOBRE O OBJETO	62
2. SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA.....	64
3. SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	66

PARTE III

A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO EM <i>VEJA</i>	73
1. A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DO GRUPO <i>VEJA</i>	74
1.1. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA REVISTA <i>VEJA</i>	74
1.2 A RELAÇÃO DE <i>VEJA</i> COM O COMUNISMO.....	75
1.2.1 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DO GRUPO <i>VEJA</i>	80
1.2.1.1 O IMAGINÁRIO DE <i>VEJA</i> SOBRE SI A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS FORMULAÇÕES	81
1.2.1.2 O IMAGINÁRIO DE <i>VEJA</i> SOBRE SI A PARTIR DE FORMULAÇÕES DO SUJEITO-LEITOR:.....	83

1.2. 1. 3 IMAGINÁRIO DO GRUPO VEJA SOBRE O SUJEITO-LEITOR.....	86
1.2.1.4 O IMAGINÁRIO DO GRUPO VEJA SOBRE LULA.....	90
1.2.1.4.1 Grupo A (Abril de 1980 a Outubro de 1989)	90
1.2.1.4.1.4 Síntese do grupo A	107
1.2.1.4.2. Grupo B (Março a Outubro de 1994).....	108
1.2.1.4.2.3 Síntese do grupo B.....	115
1.2.1.4.3 Grupo C (Março a Outubro de 1998)	116
1.2.1.4.3.4 Síntese do grupo C.....	121
1.2.1.4.4 Grupo D (Julho de 2001)	122
1.2.1.4.4.3 Síntese do grupo D	127
1.2.1.4.5. Grupo E (30 de outubro de 2002 a 18 de agosto de 2004)	128
1.2.1.4.5.3 Síntese do grupo E.....	136
1.2.1.4.6 Grupo F (Junho de 2005 a Novembro de 2006).....	137
1.2.1.4.6.8 Síntese do grupo F	156
1.2.1.4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS ANÁLISES	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

Abreviações

AD: Análise do Discurso

CP: Condições de Produção

DVL: Discurso do grupo *Veja* sobre Lula

/E/: Enunciado

/e/: Formulação, formulações

FD: Formação(ões) Discursiva(s)

FDV: Formação Discursiva na qual se inscreve o grupo *Veja*

PS: Posição(ões)-Sujeito

SD: Seqüência(s) Discursiva(s)

SDr: Seqüência(s) Discursiva(s) de Referência

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o imaginário da revista brasileira *Veja*, publicada pela Editora Abril, sobre o político Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula) durante os períodos nos quais este concorreu à Presidência da República. Como meio de acesso a esse objeto de reflexão, elegemos as capas da revista *Veja* cuja matéria principal se referia à candidatura de Lula nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, assim como seqüências discursivas recortadas do interior das reportagens.

A partir da análise da materialidade das capas de *Veja*, objetivamos verificar se a representação imagética produzida sobre Lula recebe uma ressonância significativa ao longo desses diferentes períodos eleitorais, podendo, desse modo, configurar-se como um conjunto de reescrituras.

Para tanto, o trabalho foi organizado em três partes. A primeira parte do estudo estabelece o referencial teórico que fundamenta a análise. Nesta parte, abordamos aspectos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, apontando seus principais conceitos a fim de construir o referencial teórico a partir do qual faremos nossas análises. Assim, além das noções preliminares de *língua*, *discurso*, *sujeito*, *ideologia* e *formação discursiva*, noções como *texto*, *memória*, *paráfrase discursiva* e *reescritura* tornaram-se essenciais à realização de nossa proposta de trabalho.

Já a segunda parte apresenta os procedimentos que preparam e sustentam metodologicamente as análises das capas de *Veja*. Nessa parte que antecede as análises, buscamos apresentar como nossa metodologia de trabalho está configurada, além de apontarmos os problemas que surgiram no momento de configuração do *corpus discursivo*.

A terceira parte do trabalho se refere efetivamente às análises e está estruturada sobre três capítulos, sendo os dois primeiros apenas suporte ao último sobre o qual incidem nossos principais questionamentos. Este está dividido ainda em seis grupos organizados a partir dos períodos eleitorais delimitados.

Tais análises nos possibilitaram constatar que a ressonância significativa em torno da imagem de Lula nas capas de *Veja* determina uma série de reescrituras que assumem diferentes graus de deslizamento, produzindo diferentes efeitos de sentido.

A constatação desses diferentes graus de deslizamento nos permitiu também reconhecer a regularidade na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula.

Sobre a articulação das diferentes materialidades que compõem o texto capa de revista, concluímos que, apesar de serem diferentes modos de textualização de um mesmo discurso,

não são substituíveis, uma vez que, sendo de diferentes naturezas, representam o que consideramos gestos diferentes de linguagem.

Na conclusão do trabalho, procuramos também estabelecer relações entre os diferentes grupos de análise, sintetizando os aspectos essenciais de nossa pesquisa.

RÉSUMÉ

Ce travail objective comprendre l'imaginaire de la magazine brésilienne *Veja*, publiée par la *Editora Abril*, sur le politique Luiz Inácio da Silva (plus connu comme Lula) pendant des périodes auxquels il a postulé à la Présidence de la République. Comme le moyen d'accès à cet objet de réflexion, nous avons élu les couvertures de la magazine *Veja* dont la nouvelle de la couverture se réfère à la candidature de Lula dans les élections 1989, 1994, 1998, 2002 et 2006, ainsi que séquences discursives découpées de l'intérieur des reportages.

À partir de l'analyse de la matérialité des couvertures de *Veja*, nous objectivons vérifier si la représentation imagerie produite sur Lula a une résonance significative durant les différents périodes des élections, ce que peut, ainsi, former un ensemble de réécritures.

Ainsi, le travail a été organisé en trois parties. La première partie de l'étude établit le référentiel théorique qui pose les fondaments de l'analyse. Dans cette partie, nous abordons les aspects théoriques de l'Analyse du Discours d'orientation Française, en montrant leurs principaux concepts afin que construire le référentiel théorique à partir duquel nous ferons nôtres analyses. Ainsi en plus des notions préliminaires de *langue*, *discours*, *subject*, *idéologie*, et *formation discursive*, notions comme *text*, *mémoire*, *paraphrase discursive* et *réécriture* ont devenu essentielles pour réaliser notre recherche.

Bien que la deuxième partie présente les procédures qui anticipent et soutiennent méthodologiquement les analyses des couvertures de *Veja*. Dans cette partie, nous montrons comme notre méthodologie de travail est structurée, en plus de montrons les problèmes qui ont venu au moment de la constitution du *corpus discursive*.

La troisième partie du travail se réfère effectivement aux analyses et est structurée sur trois chapitres, dont les deux premiers seulement soutiennent le dernier sur auquel retombent nôtres principaux questions. Celui-ci est divisé encore en six groupes organisés à partir des périodes électoraux delimités.

Ces analyses nous avons permet de constater que la résonance significative autour l'image de Lula aux couvertures de *Veja* détermine une séquence des réécritures qui ont différents degrés de déplacement, en produisant des différents effets de sens.

La constatation de ces différents degrés de déplacement de sens nous avons permet aussi reconnaître la régularité à la production de l'imaginaire de *Veja* sur Lula.

Sur l'articulation des différentes matérialités composantes du text couverture de magazine, nous avons conclut que, malgré les différents façons de textualization d'un même

discours, ils ne sont pas remplaçables, puisque, en étant de natures différentes, sont ce que nous considérons comme gestualité de la formulation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o discurso de um dos mais conhecidos veículos de comunicação no Brasil, a revista *Veja*. Em circulação há cerca de quarenta anos, esse hebdomadário conquistou uma posição de destaque no lugar social da imprensa brasileira, sendo considerado referência aos "bem informados". Um discurso corrente de professores aos jovens em preparação para concursos é: "leiam revistas como *Veja* para ficarem sabendo o que está acontecendo no Brasil e no mundo". Assim, há uma motivação educacional à leitura dessa revista.

Entretanto, esse discurso sobre a credibilidade de *Veja* vem mudando. Já é possível verificar esse fenômeno em *blogs*, *sites* e fóruns de discussão na internet em repúdio ao discurso de *Veja* como observamos em trabalho anterior¹. Isso se dá em virtude de seu discurso político ter um posicionamento marcado, no entanto esse posicionamento é velado por sua insistência em produzir o efeito de objetividade e de consenso.

Uma das principais críticas que se faz à *Veja* diz respeito ao seu discurso *sobre* Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente como Lula. É objetivo deste trabalho, portanto: compreender, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, o modo como esse grupo jornalístico produz seu imaginário sobre Lula. Por imaginário, entendemos se tratar de *uma* interpretação sobre um referente, um modo de representar um objeto do mundo que, assim como o real, não se apreende, apenas significa. Consideramos que esse objeto do mundo, ao passar pelo processo de simbolização e chegar à materialidade discursiva, torna-se um objeto do discurso ao qual podemos fazer referência, ou seja, sobre o qual podemos produzir sentidos.

Focaremos nossas análises na produção desse imaginário durante os períodos eleitorais em que Lula concorreu à Presidência da República desde a primeira eleição em 1989 à sua reeleição em 2006². A opção por mobilizar os períodos eleitorais é instigante pelo fato de que, nesses momentos, a sociedade exige maior imparcialidade dos meios de comunicação, o que "inibe" a mídia de utilizar-se de sua popularidade para "influenciar" eleitores. Ora, sabemos

¹ FERNANDES, Carolina. *O ciberespaço no confronto de sentidos: uma nova leitura de arquivo*. Texto apresentado no simpósio Hiperlíngua e arquivo, durante o III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2007 - publicado em CD-ROM, III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras, 2008.

² Salientamos que, a título de co-texto, analisamos capas referentes a outros políticos e também referentes ao próprio Lula, mas que não se situam nos períodos eleitorais considerados e delineados anteriormente. Sempre que este material de contextualização é mobilizado, ele aparece em seção intitulada *bloco de apoio*.

que em Análise do Discurso a imparcialidade só pode se configurar como um efeito de sentido pretendido, pois não há discurso que não seja atravessado pela ideologia, assim como não há sujeito que não seja submetido a ela.

Por hora salientamos que não trataremos do discurso político, representando as práticas políticas, mas de uma modalidade de *discurso sobre*, o discurso de *Veja sobre* Lula. Pretendemos, então, compreender o processo de simbolização desse referente, isto é, verificar quais efeitos de sentido são produzidos por *Veja* para, através deles, analisar a produção de seu imaginário sobre Lula.

Tendo em vista que o discurso só é apreensível através de sua materialidade, elegemos como objeto de análise as capas da revista, o que nos remete a um campo ainda pouco explorado na Análise do Discurso (AD). Ao adotarmos as capas de revistas como objetos ou unidades de análise, estamos concebendo-as como textos, que, para nós, são materialidades discursivas, textualizações possíveis para um discurso. Entendemos que esse tipo de texto, ao portar uma materialidade complexa que abriga, em sua constituição simbólica, diferentes linguagens (a saber: o verbal e o não-verbal), nos conduz a uma reflexão de ordem tanto teórica como metodológica, fazendo-nos questionar a linguagem mesmo dentro do escopo da Análise do Discurso.

É isso que torna o trabalho com as diferentes linguagens um desafio. Ainda não há um caminho já trilhado pelo qual podemos nos guiar. Diante disso, é necessário, primeiramente, fazer prevalecer a posição de analista, mantendo-nos firmes na teoria.

Devemos, então, constituir nosso dispositivo de análise conforme a natureza dessas materialidades. Assim sendo, é necessário, além de rever os conceitos fundamentais como *discurso, linguagem, sujeito, formação discursiva e ideologia*, empreender uma reflexão teórica sobre as noções de *texto, memória, enunciado, formulação, paráfrase discursiva e reescritura*.

Nas análises, o importante é compreender o modo de funcionamento das seqüências discursivas tanto verbais quanto não-verbais, mantendo suas especificidades, procurando compreender como cada uma dessas materialidades funciona na produção de sentidos.

Além da análise das seqüências discursivas imagéticas, a articulação entre imagem e palavra na produção de efeitos de sentido na capa é outro desafio a ser enfrentado. Buscaremos investigar como os diferentes modos de formular o discurso de *Veja* sobre Lula estão articulados em um único texto, que é a capa da revista.

Em síntese, nosso trabalho promove a reflexão sobre os três processos envolvidos na produção desse discurso. São eles: a formação do discurso (que se faz na interpelação do

sujeito pela ideologia), a sua formulação (na qual o discurso se materializa por meio da linguagem) e a circulação desse discurso (que diz respeito ao modo como o discurso circula socialmente).

A respeito do primeiro processo, buscamos investigar a que regiões do saber o grupo *Veja* se filia para produzir seu imaginário sobre Lula. Assim, é possível verificar como se configura a formação discursiva na qual se inscreve o grupo *Veja* (abreviada por FDV).

Já a propósito do modo de formulação desse discurso, nosso trabalho objetiva fazer progredir os estudos em AD cujas análises não se ocupam apenas da linguagem verbal, mostrando que qualquer materialidade é uma forma possível de textualização de um discurso. Desse modo, formular um discurso, nesse trabalho, significa "dar forma" a ele, seja por meio de letras ou de imagens.

Quanto ao processo de circulação, nos cabe compreender de que modo o imaginário que *Veja* produz sobre Luiz Inácio Lula da Silva circula na sociedade brasileira. Este é um discurso dirigido a quem? Onde e como circula? Essa última questão tem a ver com a materialidade de nosso objeto. A capa de revista faz o discurso de *Veja* circular de modo diferente de suas reportagens, visto que a capa está exposta nas bancas, em todos os lugares, mesmo para aqueles que não são seus leitores.

É diante dessas inquietações e curiosidades que este trabalho recebe seu efeito de origem e seu encaminhamento.

PARTE I

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

1. CONTEXTUALIZANDO A ANÁLISE DO DISCURSO

Em meio à conjuntura conturbada dos movimentos sociais e intelectuais na França, que culminaram no conhecido maio de 68, lingüistas e filósofos da linguagem articulavam seus saberes de modo a criticar os métodos tão enrijecidos pelos estudos formalistas e empíricos que predominaram na época de glória do Estruturalismo.

O Estruturalismo, desenvolvido a partir das reflexões saussurianas sobre a língua sistêmica, fez da Lingüística uma ciência-piloto de todas as ciências de cunho social. Graças ao método sincrônico de análise, elaborado para garantir à Lingüística autonomia e cientificidade, a metodologia descritiva passou a imperar também fora das ciências exatas. Contudo, como toda disciplina já consolidada, o Estruturalismo encontrou suas limitações, sofrendo um “relativo esgotamento” logo no final da década de 60.

É durante esse período que Michel Pêcheux inicia seus trabalhos como pesquisador do C.N.R.S. (*Centre National de Recherche Scientifique*) na área de psicologia social, analisando o discurso político. Refletindo sobre o modo como os conhecimentos científicos eram produzidos, Pêcheux passa a questionar a forma com que as ciências de formação social importavam os saberes da lingüística, sem deslocá-los, sem retirá-los de seu campo. Esse ato de transposição, segundo o filósofo, prejudicava o avanço dessas áreas, principalmente com relação aos estudos históricos que, devido ao aspecto transparente e auto-suficiente da linguagem, tomavam os fatos como evidências da realidade, levando o historiador a considerar aquilo que lia como algo incontestável e absoluto.

Desde o início de suas reflexões, ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, o autor ([1968]/1995)³ considera que não há uma separação entre a ciência que se diz pura e as ciências sociais, já que nenhuma forma de produção de conhecimento está livre da ação da ideologia bem como explicita o próprio teórico (idem, p.64): *toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca*. A noção de ideologia, apropriada do materialismo histórico, e que nada tem a ver com a “distorção da realidade”, é desde logo relacionada à linguagem como princípio de produção do sentido. Observa-se aqui ainda a necessidade de cruzar caminho com uma ciência que dê conta da lingua(gem) como seu objeto de estudo.

Considerando que uma ciência que se proponha auto-suficiente encontra dificuldades de interagir com outras áreas do conhecimento, para Pêcheux, as ciências de formação social

³ Por uma questão de coerência com o desenvolvimento da disciplina, optamos por trazer a data da publicação ou da produção do texto original entre colchetes e a data da publicação consultada após a barra.

necessitavam de uma Lingüística que abordasse o sentido como constitutivo ao mesmo tempo da exterioridade e da linguagem. É desse modo que, segundo Malidier (1993), a AD se apresenta, desde seu início, como *um modo de leitura*, e não especificamente uma ciência. Para considerar a relação entre a língua e seu exterior, era preciso, tal qual propõe Orlandi (1994), provocar tensão no interior da Lingüística, desestabilizando sua estrutura rígida. Somente assim a linguagem poderia servir aos propósitos das ciências sociais.

No entanto, o campo das humanas não poderia permanecer intacto para receber uma nova concepção de linguagem. Pêcheux propõe, então, a igual desestabilização do Materialismo Histórico, reformulando o conceito de ideologia nele desenvolvido. Mas, para articular essas áreas em busca de uma teoria do discurso, foi ainda preciso atravessá-las por uma *teoria da subjetividade de natureza psicanalítica*, de acordo com Pêcheux e Fuchs ([1975]/1993, p. 164). É a partir da articulação e reformulação desses três eixos: Lingüística, Materialismo Histórico e Psicanálise, que a AD fundamenta sua base teórica.

É relevante salientar que o entrecruzamento desses campos tão distintos não se dá de modo tranqüilo, mas, de acordo com Orlandi (1996b), realiza-se nos espaços de conflito entre seus objetos que de excludentes passam a se integrarem constitutivamente. Nesse sentido, a autora constata que a AD foge dos moldes da interdisciplinaridade, funcionando mais como uma disciplina de *entremeio* por deslocar sentidos dessas áreas, propondo certos rompimentos. Segundo Orlandi (idem), a AD se constrói no entremeio, e não *entre disciplinas*, já que se constitui no espaço de contradição entre as disciplinas, na intersecção “forçada” dos seus eixos opostos, e não na relação de seus pontos afins.

Assim, a AD surge como uma espécie de “antidisciplina”, provocando ruptura com as áreas com que dialoga, causando desconfortos para alguns e fascínio para outros. Como observa Mariani (1998), tomar posição dentro da Análise do Discurso significa questionar a transparência da linguagem e a evidência do sujeito. É buscar compreender a produção histórica dos sentidos e a constituição fragmentada do sujeito, sem que isso o caracterize como esquizofrênico (na concepção psicanalítica). Os capítulos que seguem funcionam de modo a mostrar como esses deslocamentos e rupturas constituem nosso quadro teórico de referência.

2. DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Neste capítulo, procuraremos evidenciar os pressupostos teóricos da Análise do Discurso que embasam nossa pesquisa. Sendo a Análise do Discurso uma disciplina avessa a modelos pré-determinados de estudo, é importante que cada pesquisa inscrita dentro desse quadro teórico utilize um percurso próprio conforme o *corpus* de que se constitui. Por isso Orlandi (2002, p.62) assevera que o primeiro passo antecedente à análise de um discurso é *a constituição do corpus* a ser analisado, visto que é por meio do material pesquisado que elencamos as bases teóricas necessárias para proceder às análises.

Assim, teoria e análise estão plenamente interligadas de tal modo que à medida que se avança nas análises é preciso voltar à teoria e buscar um novo suporte, deslocá-lo, ou até mesmo, formulá-lo. É nesse sentido que em AD trabalha-se com um *dispositivo teórico-analítico*, ou seja, uma seleção de conceitos que servem para determinada análise. A seguir apresentamos o dispositivo teórico-analítico que fundamenta esta pesquisa.

2.1. LINGUAGEM E DISCURSO

Pêcheux, desde a fundação da Análise do Discurso (AD), na época Análise Automática do Discurso (AAD), revelou sua posição contra o empirismo e o formalismo que levaram à concepção de língua sistêmica, objetiva e homogênea. Indursky (2005), avaliando essa perspectiva e seu propósito de cientificidade, entende que a **língua** aí é percebida como um “objeto asséptico” que, no nosso entender, significa como se esta estivesse isolada do exterior por uma bolha. Dessa forma, a língua estaria livre de todos os “germes patogênicos” que poderiam prejudicar o funcionamento “normal” do seu interior, ou seja, a fala, o sujeito, a exterioridade. Nessas condições, o estudioso da língua poderia perfeitamente descrever o funcionamento do sistema.

Embora os analistas de discurso prefiram tratar da linguagem ao invés da língua, esta é distinta da noção de linguagem tratada por Saussure como o somatório entre língua e fala. Em virtude de a linguagem unir ao sistema o que não é passível de sistematização, a fala, Saussure a caracteriza como heteróclita e assistemática, desqualificando-a para o estudo sincrônico. É válido à Lingüística somente aquilo que emana das relações internas da língua. O resto é expurgado dos estudos lingüísticos num ato que ficou conhecido como *o corte saussuriano*.

Apesar desse caráter excludente da teoria saussuriana, a célebre declaração do mestre dos lingüistas (CLG, 1916, p.15) - *Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto* - torna viável um estudo que escape das amarras do sistema lingüístico. Olhando, então, o objeto **língua** do ponto de vista discursivo, como propõe Guespin (*apud* Maingueneau, 1976), faz-se dele um **discurso**, permitindo a análise de suas condições de produção. Sendo assim, a AD tem, por princípio de base, incluir todos os “resíduos” (Pêcheux, [1969]/1993, p. 62) excluídos pelo corte saussuriano para torná-los constitutivos da lingua(gem).

É com esse propósito de inclusão que a AD parte da Lingüística, enquanto *teoria dos mecanismos sintáticos e processos de enunciação* (Pêcheux & Fuchs, [1975]/1993, p.163), a fim de apreender o funcionamento da língua no âmbito da produção de diferentes efeitos de sentido, interessando-se, portanto, pela ordem da língua e não sua organização, como propõe Orlandi (1996b), ou seja, não interessa a descrição da estrutura lingüística, mas sua relação com o exterior e seu aspecto material.

Ainda que a AD tenha intervindo nos estudos lingüísticos, seu propósito não é investigar a língua em si, mas tomá-la como meio de acesso ao *discurso*, seu objeto teórico. No texto inaugural da AD, Pêcheux ([1969]/1993) lembra que, para Saussure, **discurso** é equivalente à fala, espaço de liberdade do locutor, onde o sujeito é o “senhor do seu dizer”, estando livre das coerções que emanam do sistema, enquanto que a **língua**, por se instaurar no seio da sociedade, seria uma *instituição*. Segundo o autor (*idem*), na perspectiva saussureana, tratar a língua como uma instituição significa estudá-la na ordem de sua *função*.

Contudo, ao retomar o conceito de *instituição* tal como concebido pelos sociólogos para os quais: "*As instituições são o conjunto de atos e de idéias instituídas que os indivíduos encontram diante deles e que lhes são mais ou menos impostos*", Pêcheux (*idem*, p.76) assume a importância de se tratar do *funcionamento* das instituições e não de suas *funções*, ao mesmo tempo em que evidencia que o discurso não é tão livre quanto parece. Ele depende de um *sistema de normas* que regula seu funcionamento no interior de uma formação social dada. O autor salienta ainda que tal sistema de normas, ou seja, o discurso, *não é nem individual, tampouco universal*, mas que deriva de certas *circunstâncias* (*ibidem*, p. 75) que lhe são específicas. Por essas razões, Pêcheux & Fuchs ([1975]/1993, p.178) ressaltam que a teoria do discurso não se configura como uma teoria da fala.

Apesar de o autor percorrer as ciências sociais em busca de certos conceitos (a saber: *condições de produção e ideologia*), afirma que seu objetivo não é seguir por uma *sociologia das condições de produção do discurso* (*idem*, p.78), mas compreender o **funcionamento do**

processo discursivo por meio da análise de seu mecanismo (lingüístico e não-lingüístico), o que implica um estudo sobre suas **condições de produção**.

Ao criticar o esquema “informativo” de Jakobson baseado na seqüência “emissor-mensagem-receptor”, o autor ([1969]/1993) mostra que o discurso em nada se assemelha à mensagem que é transmitida de um emissor a um receptor. É antes *um efeito de sentido* (idem, p. 82) entre os interlocutores que ocupam determinados lugares sociais.

Com isso, esse esquema comunicativo, isolado de suas determinações exteriores, só pode se configurar como uma ficção, uma vez que não se pode considerar uma atividade de linguagem cujas condições que a trouxeram à existência estejam ausentes. Para Pêcheux (ibidem), a compreensão do funcionamento discursivo da linguagem só é possível por meio da análise das condições de produção do processo discursivo. Tais condições envolvem **lugares sociais** determinados na estrutura social a partir de relações de força.

Esses lugares são representados discursivamente por imagens: a imagem que os interlocutores atribuem a seus próprios lugares sociais e ao lugar do outro assim como a imagem que ambos fazem do lugar do referente⁴. Essas imagens Pêcheux (op. cit., p.83) as designa por **formações imaginárias** e são apresentadas no quadro que segue:

<i>Expressão que designa as formações imaginárias</i>	<i>Significação da expressão</i>	<i>Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente</i>
IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
IA(B)	Imagem de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
IB(B)	Imagem de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
IB(A)	Imagem de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?
IA(IB(R)) ⁵	Imagem do “ponto de vista” de B sobre R para o sujeito colocado em A	Quem é R para ele para que eu lhe fale dele assim?
IB(IA(R))	Imagem do “ponto de vista” de A sobre R para o sujeito colocado em B	Quem é R para ele para que me fale dele assim?

Considerando essas representações, Orlandi (2006, p. 11-12) afirma que:

⁴ Vale salientar que, para Pêcheux ([1969]/1993, p.83), o referente não corresponde à "realidade física", mas a um "objeto imaginário", ou seja, uma construção discursiva que parte "do ponto de vista do sujeito".

⁵ Acrescentamos ao quadro elaborado por Pêcheux na página 83 o quadro da página 84 da mesma obra com as duas formações imaginárias que seguem por julgarmos essenciais ao nosso trabalho.

Pelas relações de força, podemos dizer que o lugar social dos interlocutores (aquele do qual falam e lêem) é parte constitutiva do processo de significação. Assim, o(s) sentido(s) de um texto está(ao) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o lêem).

As formações imaginárias indicam, portanto, o modo como o sujeito formulará o dizer, ou como ainda nos mostra Orlandi (2001, p.39), o sujeito *dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte*. A respeito desse mecanismo discursivo, Pêcheux (ibidem) salienta ainda que se trata de **antecipações** feitas no processo que antecede a linearização do discurso e não das opiniões conscientemente "pensadas".

Criticado pelo caráter aparentemente consciente de tais *antecipações*, Pêcheux abandona essa terminologia nos seus trabalhos posteriores em prol da noção de **imaginário**⁶ e da concepção de inconsciente trabalhada no quadro da AD. Retomamos essa designação por acreditarmos que as **antecipações** em nada dizem respeito a estratégias argumentativas do sujeito, já que sua constituição é ideológica e inconsciente, como mostraremos na seção "Sujeito e ideologia". Consideraremos, portanto, que as antecipações pressupostas nas formações imaginárias são da ordem do inconsciente e derivam de condições de produção específicas.

Ainda sobre as condições de produção, afirma Orlandi que:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (Orlandi, 2002, p. 30).

Feito esse caminho pelas determinações da língua e do discurso, concluímos que o objeto teórico da AD não se confunde, portanto, com a língua, visto que esta é apenas *o lugar de materialização do discurso*, como propuseram Pêcheux & Fuchs ([1975]/1993, p. 172). O discurso é ainda entendido por Orlandi (2002, p. 15) como sendo sentido em curso, *palavra em movimento*, que, apesar de não se permitir analisar empiricamente, fornece-nos subsídios necessários para tê-lo como *objeto teórico* (Orlandi, 1984).

Para o nosso trabalho, cujo *corpus* discursivo reúne recortes tanto de **linguagem verbal** quanto de **não-verbal**, faz-se ainda necessário mais uma incursão no tratamento que recebe a linguagem e o discurso no âmbito da AD.

A língua é primeiramente compreendida por Pêcheux ([1975]/1988) como uma forma material que comporta sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas cuja autonomia

⁶ Conceito desenvolvido no capítulo *Real e Imaginário* dessa monografia.

relativa cede espaço para a atuação do discurso na sua materialidade. Apontada como “o” lugar da materialização discursiva, entende-se que o corpo material do discurso, ou seja, os efeitos de sentido, só podem se concretizar na superfície dessas sistematicidades.

O discurso, por sua vez, Pêcheux & Fuchs ([1975]/1993, p.166) o tomam como “*um*”⁷ dos aspectos da materialidade ideológica. Consideram, portanto, que a ideologia pode se materializar tanto em práticas discursivas verbais como em práticas discursivas não-verbais. No entanto, o avanço da AD e sua inclinação pelo estudo da linguagem, fez com que Orlandi (1994, p.299) considerasse *que o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso*.

Essa relação de especificidade leva a autora (idem) a redefinir o objeto teórico da AD em virtude de sua materialidade, conforme observamos na citação: *o discurso é uma totalidade lingüística específica* (op.cit.). Percebemos, nesse momento, a necessidade de retomar a concepção de discurso tal como foi elaborada por Pêcheux nos primórdios da fundação da disciplina, sem deslocá-la, ou incliná-la exclusivamente para a língua.

Definida a língua como um sistema exposto ao sentido e, assim, à dispersão, e o discurso como efeito de sentidos, notou-se a urgência de um novo tratamento para a forma material do discurso que não a reduzisse apenas à língua, mas que acolhesse outras materialidades, como a imagem, por exemplo, como forma possível de materialização do sentido.

Pêcheux mesmo, desde a formulação da maquinaria discursiva em 1969, chamava a atenção para a necessidade de se voltar à investigação de “signos não-lingüísticos”, lamentando a falta de *uma teoria do gesto como ato simbólico* (Pêcheux [1969]/1993, p.78). Explica o que entende por *gestos* ao tomar como exemplo o discurso parlamentar. Para ele (idem), *os aplausos, os risos, os tumultos e assobios* constituem intervenções significativas do auditório sobre o orador, podendo ser percebidas como *atos no nível do simbólico*, ou seja, *gestos*. Portanto, esses comportamentos tomados por *gestos*, assim como a linguagem verbal que materializa o discurso do deputado-orador, funcionam discursivamente produzindo sentidos nesse espaço de interlocução.

Sobre esse ponto, apenas recentemente, a AD vem se voltando sobre sua *práxis*. Orlandi (1995), nos seus estudos sobre o silêncio, reviu suas reformulações acerca da teoria pècheutiana ao considerar que o silêncio possui uma materialidade significante que lhe é

⁷ O emprego das aspas é nosso.

específica, não podendo ser transposto à linguagem verbal sem que haja uma perda de sentido, um deslizamento para outra materialidade.

Assim, a autora abre espaço para o estudo de diversas materialidades lingüísticas. Em trabalhos recentes, Orlandi (2001, p. 2003) tem se dedicado a analisar o discurso urbano cuja materialização se efetua em distintos materiais textuais tais como: o *rap*, o grafite, o *piercing*, as tatuagens, entre outros. Por outro lado, como observa Souza (2001), ainda faz-se necessário uma maior incidência dessas práticas diferenciadas de análise sobre a teoria, tornando a AD um campo sólido de estudo de todas as formas possíveis de materialização do simbólico.

Esse caminho nós buscamos ainda em Pêcheux que, além de provocar inquietação teórica ao propor o estudo de práticas discursivas não-verbais, o teórico ([1983]/1999) mostra ser possível trabalhar o não-verbal como materialidade discursiva quando julga pertinente acolher o trabalho do semiótico Jean Davallon ([1983]/1999) sobre a **imagem** no âmbito da AD. O que interessa para Pêcheux é a formulação de Davallon de que (idem, p. 31) *a imagem é um operador de memória social*, ou seja, tal qual como se sucede com as práticas discursivas verbais, é preciso lançar mão da memória para interpretá-la, para atribuir-lhe sentidos e efeitos; se não, teremos apenas uma figura a decodificar, descrever o que os olhos podem alcançar.

No entanto, para realizar esse deslocamento, Pêcheux reclama a ressignificação do conceito de imagem a ser analisada. Discorda, portanto, do modo como a semiótica teoriza determinadas questões. Assim, recusa a proposta de Davallon (idem, p.29) de que a imagem ditaria seus modos de leitura, como se fosse portadora de um *programa de leitura*, regulador dessa prática.

Segundo Pêcheux, é preciso deslocar a imagem de seu campo semiótico, assim como foi feito com a noção de língua, em prol de sua opacidade, tal como explicita o autor (ibidem, p. 55):

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas **a imagem opaca e muda**⁸, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

Tanto Orlandi (1995) quanto Souza (2001) entendem que esse processo de leitura da imagem é um processo simbólico aberto e independente do verbal. Para essas autoras, a imagem pode bem se constituir em discurso sem que o verbal surja para "traduzi-la", já que,

⁸ Grifo nosso.

como assevera Orlandi (idem), sua materialidade produz efeitos de sentido específicos que não podem ser transferidos a outro modo de formulação sem que haja um deslocamento. Assim sendo, a autora (ibidem) ainda salienta a conveniência de se tratar de "práticas discursivas" para se referir às diferentes materialidades de linguagem.

Tendo isso em vista, percebemos que os pilares para uma análise discursiva do não-verbal começam a ser erguidos. O que procuraremos mostrar a seguir é que implicações essa arquitetura teórica traz para a noção de texto e mais especificamente para a análise do complexo de materialidades que é a *capa de revista*, nosso objeto específico de observação no presente trabalho.

2.2. A NOÇÃO DE TEXTO

Partindo do ponto de vista pêcheutiano sobre a linguagem, Orlandi (1984) formulará o conceito de texto como sendo a materialidade que dá acesso ao discurso. É a essa forma material que o analista recorre, então, para atingir o processo discursivo. Desse modo, a autora (idem) distingue texto de discurso, caracterizando o primeiro como o objeto de análise enquanto que o segundo remete ao objeto teórico da disciplina.

Sendo o texto portal à discursividade, não interessa exclusivamente à AD sua organização própria, seu arranjo, sua estrutura e progressividade, mas de sua forma interessa seu funcionamento discursivo, sua relação com as condições de produção que o constituem, com o contexto sócio-histórico, com suas determinações ideológicas.

Olhar o texto, portanto, sob o prisma discursivo é considerá-lo, como propõe Orlandi (1996, p. 53), um objeto lingüístico-histórico, já que a língua é afetada pela história de modo indissociável. Não há sentido produzido e isolado na estrutura da língua, assim como não há história sem sua simbolização pela linguagem.

Os sentidos, ao serem textualizados, vão cortando linhas, apontando para diversas direções, dividindo o sujeito em várias posições. O texto se caracteriza, por esse e demais aspectos, como um objeto heterogêneo, atravessado por diversas formações discursivas e posições-sujeito. É assim que Orlandi (1996, p.14) afirmará que o texto "parte em inúmeras direções", mas salienta: não qualquer uma.

Como a própria autora (idem) reconhece, o corpo textual não é exatamente um apanhado de discursos desordenados que saem em disparada para se perderem em caminhos distintos. Ele é regulado pela função-autor cujo papel é dar uma direção principal ao texto, colocá-lo em ordem, ou pelo menos, dar-lhe uma "aparência" de organizado.

A noção de autoria Orlandi busca em Foucault ([1969]/1995) para quem o autor não é o indivíduo empírico que assina o texto, mas trata-se de um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência (Foucault, 1970, p. 26). Deslizando o conceito foucaultiano para o âmbito discursivo, a AD concebe a noção de autoria como sendo o efeito de origem daquilo que diz, regulando "seu" dizer, costurando a superfície textual, amarrando suas partes a fim de que o texto obtenha uma forma coerente com início, meio e fim.

Nesse aspecto, para Gallo (1994), a transparência e o fechamento do texto consistem em um efeito, o efeito-texto resultante do processo de textualização gerado pelo sujeito que, ao

desempenhar sua função-autor, cria ilusoriamente um efeito de unidade textual, de completude, dissimulando sua constituição heterogênea e fragmentada. Desse modo, Orlandi (2001, p.13) conclui que o texto não é unidade empírica, mas unidade imaginária, produto do esquecimento, de duas ordens⁹, do sujeito de ser origem do seu dizer e de poder controlá-lo.

A propósito das capas de revista, observamos que estas se constituem como o resultado de diferentes funções, visto que, na prática discursiva de constituição dessa materialidade, há o fotógrafo que registrou a imagem de capa, o repórter que produziu a matéria a ser exposta, o jornalista que produziu a chamada, o designer que organizou e personalizou a montagem. No entanto, frente a essas diferentes funções que atuam na formulação dessa materialidade textual está funcionando discursivamente a posição do editor-chefe da revista que determinará a chamada mais adequada, a fotografia que constituirá a capa, a melhor combinação de linguagens etc.

Como Furtado (2000) concluiu ao estudar o papel do editor na produção das reportagens da revista *Veja*, o editor-chefe representa, dentro do espaço discursivo desse grupo jornalístico, a função-autor que dissimula a heterogeneidade do texto jornalístico, visando a produzir seu efeito de unidade.

Por outro lado, para atingir o efeito de unidade do texto, o sujeito-autor deve estar afetado pela alteridade constitutiva de todo processo simbólico. Além de ser constituído pelo Outro (as vozes sociais recalcadas pelo inconsciente conforme explica Pêcheux, [1975]/1993), o sujeito-autor, ao atualizar sentidos já historicizados, também deve estar em interlocução com outros sujeitos, mesmo que esse contato não seja direto como no caso de um diálogo. Ora, um sujeito só escreve, fala, enuncia para outro sujeito. Como o sujeito-autor não pode prever quem será o leitor real de seu texto, cria um leitor imaginário.

Sendo assim, o autor projeta imaginariamente aquele que seria um leitor em potencial para o "seu" texto. Tal leitor é, desse modo, uma antecipação imaginária e inconsciente do autor que, assim como o efeito de unidade, é um produto do trabalho da função-autor. Designado por Orlandi (2006, p.9) de leitor virtual, este funciona como uma orientação à aparência de homogeneidade do texto, já que, segundo a autora (2001), esse leitor "imaginário" dá pistas ao autor sobre aquilo que deve ser dito para que seu dizer produza sentido e seja compreendido por um leitor determinado cuja história de leituras¹⁰ e contexto sócio-histórico fazem parte de meras antecipações produzidas no próprio ato da escrita.

⁹ Sobre esquecimento nº 1 e 2 ver capítulo seguinte.

¹⁰ Termo empregado por Indursky (2001)

Nessa perspectiva, o que visa o autor ao produzir um leitor virtual é atingir o leitor de fato, o leitor real, convocá-lo a compartilhar o mesmo imaginário, a produzir um determinado gesto de interpretação. Assim, Orlandi (2006, p. 9) salienta que, quando o leitor real se apropria do texto para lê-lo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente. A produção da leitura se dá justamente nessa relação que pode ser de confronto ou cumplicidade dependendo, segundo Mittmann (2003, p. 95), de uma maior ou menor proximidade entre a posição do leitor real e a posição do leitor virtual, que constituirá os efeitos de sentido possíveis.

Sendo assim, não podemos confundir o leitor virtual com o leitor real, visto que o primeiro é um princípio de orientação à construção da textualidade enquanto que o segundo, o concreto interlocutor, como propõe Indursky (2001, p. 31), *desconstrói o texto no momento de sua leitura*, o que significa afirmar que este pode ou não se inscrever na filiação de sentidos apontada pelo sujeito-autor.

Como podemos perceber, a abordagem da textualidade encontra na AD um caminho bem diferente daquele produzido pelos estudos lingüísticos, ultrapassando os limites do sistema e garantindo o estudo da inscrição da exterioridade no interior do texto. Além disso, com o conceito discursivo de texto, solidifica-se a possibilidade de se analisar distintos materiais textuais.

Antes mesmo de uma definição mais específica para o objeto texto, analistas de discurso já tinham se aventurado pelo exame do não-verbal. Courtine ([1983]/1999) analisou o trabalho da memória discursiva a partir de uma montagem fotográfica. Mesmo Pêcheux ([1983]/1990) nos surpreendeu com sua análise sobre a comemoração dos eleitores de François Mitterrand em que o ritmo e o contexto usual do enunciado *On a gagné*, originalmente produzido por torcidas em jogos de futebol, levam o analista a mostrar que se trata de um deslizamento de sentido em que o enunciado é deslocado do campo do esporte para o da política.

Já no Brasil, começamos a perceber, com maior expressão, a análise discursiva de diferentes materiais simbólicos com o grupo de pesquisadores em torno de Eni Orlandi cujo *corpus* variado de análise é composto por textos verbais e não-verbais de diferentes naturezas como imagem e som. Esse trabalho leva Orlandi (2001, p. 91) a definir texto em função de sua natureza heterogênea: *texto é uma unidade feita de som, letras, imagens, seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim.*

Desse modo, compreendemos que um discurso pode ser formulado - textualizado - de diversas formas, por diferentes materialidades textuais.

No nosso entender, os diferentes modos de formular representam novos efeitos de sentido produzidos pelo retorno do mesmo na forma de novo. Consideramos, assim, a imagem como uma nova formulação que apresenta um outro modo de simbolizar, significando, portanto, diferentemente das outras possibilidades de formulação.

Podemos, ainda com Orlandi (2001a), abordar a relação entre o verbal e o não-verbal, presente nas capas da revista *Veja*, tratando-a como o espaço de confronto entre modos distintos de significação, já que, para a autora (idem, p. 205):

Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular.

Para Souza (2001), o que garante o aspecto textual da imagem é sua *referencialidade*, a imagem como a simbolização da realidade, como um modo de representação, ou seja, discursivização do real. De acordo ainda com Souza (idem, p.70), *a imagem também informa, comunica, feito um texto verbal, sem que precise ser verbalizada, uniformizada pela palavra*. Percebemos que a heterogeneidade da representação física do texto "capa de revista" torna o estudo dessa materialidade instigante e, ao mesmo tempo, complexo, visto o confronto entre as diferentes linguagens, ou seja, diferentes materialidades simbólicas: a lingüística e a imagética.

O texto se configura, nesse aspecto, como *um espaço simbólico aberto* (Orlandi, 1996, p.66), disposto sempre a outras possibilidades de simbolização, interpretação e leitura independente de sua materialidade.

2. 3. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO IDEOLÓGICO E DO SENTIDO

Como Pêcheux ([1975]/1988, p. 153-154) observou: *a questão da constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito*, sendo assim, em AD, não podemos tratar de um sem que esbarremos no outro durante nosso percurso teórico. É por meio da *evidência de sentido*, como veremos, que o sujeito produz para si a consciência de ser sujeito, ou seja, a interpelação ideológica se dá em virtude da apropriação dos sentidos historicamente constituídos pelo sujeito do discurso.

Essa interpelação do sujeito pela ideologia se efetua por meio da linguagem, ou seja, pela materialização da ideologia na língua, o que constitui regiões de saberes, Formações Discursivas. É a partir da inscrição do sujeito em uma FD que este se constitui como sujeito ideológico, capaz de produzir sentidos. As seções que seguem apresentam esses conceitos que são fundamentais a nossas análises.

2.3.1. Sujeito e Ideologia

Pêcheux, ao inscrever a noção de sujeito no quadro teórico da AD, formula esse conceito ao articular o materialismo histórico, via Althusser, à psicanálise lacaniana. Vejamos os caminhos que conduziram o pensamento do filósofo a tal articulação.

Desde o início da construção da base teórica da AD, na época, Pêcheux ([1969]/1993), embora não tenha elaborado, de imediato, uma definição mais elaborada da categoria de sujeito, explicita que o mesmo não se reduz a uma mera marca lingüística, nem ao indivíduo empírico, dotado de consciência. Para o teórico (idem, p.77), o **sujeito** corresponde *a certo lugar no interior de uma formação social dada*. E acrescenta ainda que esses lugares são representados no processo discursivo pelas *formações imaginárias*¹¹.

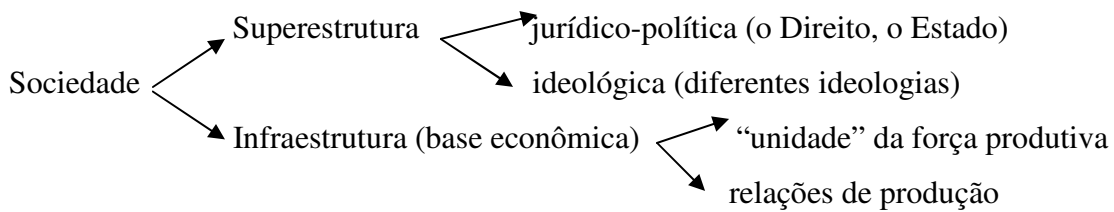
Em 1975, quando, juntamente com Fuchs, reconheceu a necessidade de uma “*revolução*” teórico-metodológica da AAD, Pêcheux anunciou o objetivo de formular uma *teoria da subjetividade* que tivesse uma base psicanalítica. Para tanto, encaminha seus estudos ligando o sujeito social às noções de ideologia e de inconsciente.

Para tratar do sujeito afetado pela ideologia, Pêcheux busca na leitura althusseriana de Marx a relação entre ambos os conceitos. Nesse trabalho, Althusser revisita a teoria marxista para reelaborar a noção de **ideologia**, tendo como embasamento teórico o materialismo histórico.

Em *A ideologia Alemã*, ideologia é definida como *puro sonho determinado pela alienação da divisão do trabalho*. Assim, não possui uma história própria, mas reflete, de modo distorcido, a história real. Na concepção marxista, portanto, a ideologia seria uma representação invertida do mundo, da relação do homem com sua real condição de existência. Seu conceito é, então, lançado pelo marxismo à “esfera das idéias”, ponto em que reside o distanciamento de Althusser, já que esse último vê na ideologia uma existência material.

¹¹ Conceito desenvolvido no capítulo “Linguagem e discurso” dessa monografia.

A fim de evidenciar a materialidade ideológica, Althusser ([1968]/1992)¹² recupera de Marx & Engels a estrutura social por eles forjada com base nas relações econômicas:



Apoiado ainda em Marx, o autor (idem, p.53) assevera que “*a condição última da produção é a reprodução das condições de produção*” que garante a existência das formações sociais e sua manutenção. O modo de produção que domina uma formação social é regulado pela superestrutura ideológica, conforme consta no esquema acima. É ela que dá suporte à base econômica, fornecendo condições à sua reprodução, ou seja, a reprodução das relações de produção.

Para o autor (ibidem, p.84), a ideologia “*representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*”. Desse modo, Althusser considera que a ideologia está materialmente ligada à base econômica, já que é esta que a determina. Não separa, portanto, como fazem os marxistas, o âmbito da superestrutura do da infraestrutura. Entendemos que a ideologia é percebida por esse teórico como sendo uma relação social necessária para a constituição da estrutura social, onde são determinados e institucionalizados os lugares sociais. Não se trata de uma falsificação dos elementos concretos, mas da relação entre eles, que é imaginária.

Desse modo, Althusser propõe uma teoria para a *ideologia em geral* aproximando a definição marxista de uma ideologia particular, dominante, representativa de certa posição de classe. Essa teoria se propõe como um estudo das representações das condições de produção do sujeito para o sujeito.

Como observa o autor, o que permite à ideologia atuar na reprodução das relações de produção é *a interpelação ideológica (ou assujeitamento) do indivíduo em sujeito*.

É esse ponto da teoria de Althusser que Pêcheux recupera para pensar na constituição de um sujeito *plenamente ideológico*. Pêcheux & Fuchs ([1975]/1993, p.166) interpretam a tese althusseriana: *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*, da seguinte forma:

¹² A data da produção do texto é estimada, já que sua publicação, na França, consta como sendo do ano de 1970. Optamos por manter as datas originais dos textos por uma questão de coerência para com o desenvolvimento das teorias.

[a interpelação ideológica funciona] de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas).

Para os autores (idem), tal interpelação não ocorre de modo geral, como se todos tivessem de compartilhar a mesma opinião, mas de modo específico, a partir de uma *formação ideológica* que, segundo Pêcheux & Fuchs (ibidem, p.166):

constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

No nosso entender, a **formação ideológica** compreende ao que Althusser considerou como “*uma ideologia*” na tese: *só há prática através de ‘uma’ ideologia*, ou seja, de uma determinada formação ideológica que corresponde a um modo específico de representação das relações de produção.

Nesse sentido, na conjuntura social da época, o operário e o patrão, por exemplo, não são afetados pela mesma formação ideológica. Todavia, como observa Pêcheux ([1975]/1988), não se pode dizer que o operário e o patrão não “falam a mesma língua”, já que, para o autor (idem, p. 144), *é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”*, o que significa que é a *Ideologia em geral*, que interpela os indivíduos em sujeitos, interpelando a todos indistintamente, constituindo *sempre-já-sujeitos*, conforme Pêcheux (ibidem), que os designou por *sujeitos-de-direito ou sujeitos jurídicos*. O **sujeito-de-direito** explica a reflexão de Althusser de que o indivíduo, ainda no ventre da mãe, *é desde sempre interpelado pela ideologia*, logo é desde sempre sujeito.

No entanto, para se tornar ser atuante na sociedade, operar discursivamente, o sempre-já-sujeito deve ser interpelado por uma ideologia específica que determinará o seu lugar nessa sociedade, *representando para ele quem ele é*. Portanto, temos que *o sujeito é interpelado ideologicamente em sujeito ideológico*.

Desse modo, passamos a discutir o apelo feito à psicanálise para a constituição de uma teoria da subjetividade no interior da AD. Para explicar a rejeição ao sujeito consciente, centrado e único da Enunciação, Pêcheux e Fuchs, interpretando as teorias de Freud e as

reformulações de Lacan, elaboram os conceitos de esquecimento nº 1 e nº 2 através dos quais sujeito e *sentido* são relacionados.

Segundo os autores ([1975]/1993, p. 169), o esquecimento nº 1 corresponde à *ilusão do sujeito de estar na fonte do sentido*, como se o sentido pudesse ser individual, brotado de “suas próprias idéias”, ou mesmo, universal, como um construto estável. Esse esquecimento diz respeito à interpelação do sujeito por uma certa formação ideológica que impõe a ele os **sentidos**, ao mesmo tempo que dissimula essa imposição, escapando à sua consciência seu assujeitamento. Essa falta de consciência ocorre devido à inscrição desse processo, como consideram os autores (idem, p. 177), *numa zona inacessível ao sujeito* cuja natureza é essencialmente *inconsciente*.

Saindo da zona do inconsciente e abrangendo a área do pré-consciente, o esquecimento nº 2 mostra a ilusão do sujeito em tentar obter controle sobre o sentido do que enuncia. A partir de retomadas e explicações do dito, o sujeito vai penetrando numa zona que considera mais ou menos segura, que lhe permite arranjar os elementos sintáticos de uma formulação com certa liberdade, porém vale salientar que tal liberdade é limitada pela *formação discursiva*¹³, recorte discursivo da formação ideológica.

Com esses conceitos, Pêcheux e Fuchs produzem as formulações necessárias à criação de uma *teoria não-subjetiva da subjetividade*. Entretanto o projeto só se efetiva de fato num texto simultâneo a este que Pêcheux assina sozinho, *Les Vérités de la Palice*¹⁴ (1975), no qual articula mais claramente as noções de ideologia, inconsciente e discurso em torno da noção de sujeito. Vejamos como essa articulação procede.

Pêcheux ([1975]/1988, p. 133), ao retomar a asserção althusseriana:

o indivíduo *é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão*, para que ele “realize por si mesmo” a reprodução de suas condições de existência.

procura explicar a ambigüidade *de um sujeito livre, que caminha por si só, ao mesmo tempo que é subjugado* (Althusser, op.cit.), por meio da relação que faz com o *inconsciente*. Para isso, o autor (idem) compara o **Sujeito**, com “s” maiúsculo de Althusser, ao *Outro*, com “o” maiúsculo de Lacan, que corresponde ao **inconsciente**, concluindo, então, que *o recalque*

¹³ Sobre essa noção ver próxima seção.

¹⁴ Publicado, em 1988, em Língua Portuguesa sob o título de “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*”.

inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados de modo que este se realiza por meio daquele.

O apagamento da verdadeira constituição do sujeito pelo **inconsciente** provoca a *evidência do sujeito* de se considerar um *ser único, insubstituível e idêntico a si mesmo* (Pêcheux [1975]/1988, p.155). Como o sujeito não tem consciência do seu assujeitamento, ele procede, então, como um ser afetado pela “ilusão de ser”. Propomos tal expressão por acreditarmos que nela reside uma ambigüidade abrangente dos dois esquecimentos constitutivos do sujeito:

1º Ilusão de ser: com o verbo *ser* correspondendo a existir, a existir como um *ser* empírico, de carne e osso.

2º Ilusão de ser: com o complemento implícito: *ser* fonte e controlador do sentido proveniente do discurso que enuncia.

Segundo Pêcheux (idem, p. 153), ainda apoiado em Althusser, *a evidência de que vocês e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar*. A característica de elementar à **evidência subjetiva** se explica pela necessidade do sujeito de “esquecer” que não é origem do sentido a fim de se tornar atuante socialmente, ou, como propôs Mittmann (2007, p.153), *o funcionamento do inconsciente é condição para estarmos cientes*.

O sujeito não escapa da ideologia, assim como não escapa da linguagem. Se a **ideologia** e o **inconsciente** estão materialmente ligados, é porque se encontram no discurso e este, por sua vez, encontra-se materializado na **linguagem**¹⁵. Como observam Pêcheux e Fuchs ([1975]/1993), não se vê o discurso por aí, com uma forma concreta pronto para ser apanhado e estudado feito um ser vivo. O discurso se realiza por meio da linguagem que lhe imprime um modo de “aparecer”, de se tornar visível, ao mesmo tempo em que se esconde. É esse jogo discursivo que possibilita a materialização do jogo ideológico.

Com a transformação da conjuntura social e intelectual assim como o deslocamento significativo que a AD sofreu na França, os analistas do discurso que continuaram a desenvolver seus trabalhos na linha pêcheutiana sentiram a necessidade de reformular a noção de **ideologia**, desprendendo-a do conflito de classes e aproximando-a ainda mais do discurso, foco principal dos estudos desenvolvidos no Brasil.

Desse modo, Orlandi (1996, p.48), num trabalho onde desenvolve a noção de **interpretação**, desloca o conceito de ideologia do âmbito sociológico para um enfoque mais discursivo, passando, assim, a tratar a ideologia como *uma prática significativa*. Sua

¹⁵ Abordamos com mais clareza esse assunto no capítulo “Linguagem e discurso” do presente trabalho.

reformulação tem como suporte o estreito vínculo entre sujeito e interpretação, considerada como *atividade linguageira do sujeito*. Se o sujeito está sempre interpretando, produzindo efeitos de sentido, é porque ele é afetado pela Ideologia e por *uma* ideologia.

Retomemos, então, a paráfrase althusseriana feita a partir de Kant de que “*o homem é por natureza um animal ideológico*” (Althusser, 1992, p. 94). O aspecto “natural” da interpelação ideológica diz respeito à impossibilidade do sujeito significar, proceder discursivamente, senão pela ideologia.

Sendo assim, Orlandi (idem, p.65) entende que a **ideologia** pode ser considerada como:

o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado.

A ideologia, como observa a autora (ibidem, p.66), *não oculta sentidos*, mas a constituição destes, tornando-os evidentes para o sujeito que os crê fixos. Assim, a ideologia constitui a relação entre **sujeito** e **sentido** de modo que Orlandi (op.cit. p.31) a percebe como sendo *interpretação de sentido em certa direção*, considerando essa direção determinada pelo modo como o sujeito é “apanhado” pela ideologia no momento mesmo de sua atividade linguageira.

Feita essa incursão no percurso teórico que nos leva à concepção de sujeito e de ideologia, atravessados pela noção de inconsciente, na AD, podemos refletir acerca dessa noção em torno do objeto de estudo dessa monografia que é o discurso da revista *Veja* sobre Lula.

Um primeiro ponto a considerar diz respeito ao nosso objeto de análise, as capas da revista. Na produção das **capas**, podemos observar a conjunção de algumas funções: como os jornalistas que realizam as reportagens¹⁶, aqueles que redigem as chamadas, o fotógrafo ou desenhista que projeta os ícones, o designer que faz a montagem das diferentes linguagens e o editor que seleciona e opina sobre a melhor montagem.

Em nosso trabalho, não trataremos desses sujeitos concretos, considerando que suas crenças e opiniões lhes sejam próprias. Tampouco os recursos semióticos e lingüísticos que compõem as capas de *Veja* serão considerados como estratégias de manipulação para persuadir os leitores a construírem um imaginário específico sobre Lula.

Entendemos que todos esses sujeitos formam um **grupo**, regulado pela posição-editor que lhe imprime uma aparência de homogeneidade, o que nos leva a crer que esse grupo ocupa um

¹⁶ Sabemos que o corpo de jornalista da revista *Veja* é distribuído em sucursais por todas as regiões do país, sendo que o trabalho de reportagem que será capa é selecionado e editado por um sujeito que ocupa o papel de editor.

lugar específico no interior do lugar social legitimado aos órgãos de imprensa. Considerar o sujeito enunciador do discurso de *Veja* sobre Lula como um grupo significa delimitar um *lugar discursivo* para esse veículo jornalístico. Por lugar discursivo, entendemos conforme Grigoletto (2005)¹⁷ que se trata da materialização do lugar social no discurso, que, nesse caso, designa de onde se pode enunciar em nome de *Veja*. A esse lugar discursivo designamos por **grupo *Veja***.

Diante de tudo isso, salientamos que o imaginário do grupo *Veja* sobre Lula não é mais que o produto de sua interpelação ideológica. E como vimos, tal interpelação é da ordem do inconsciente.

Por mais que o **sujeito** trabalhe pré-conscientemente com o simbólico e revele todos os motivos que o levam a assumir “livremente” tal opinião, ele não tem consciência do modo como foi “apanhado” por essa rede significativa. Sempre resta uma pergunta no vazio: Por que tomas um posicionamento favorável e não contrário ou vice e versa? As respostas e os argumentos “racionais” podem ser inúmeros de ambos os lados, mas sempre serão ecos do discurso de um sujeito histórico.

Esse sujeito histórico Pêcheux ([1975]/1988) retoma de Althusser e denomina *Sujeito Universal* que também se convencionou em AD designá-lo por **Forma-Sujeito**, cuja função seria regular os saberes no interior de uma FD, configurando seu efeito de unidade e permitindo sua transformação. É com a Forma-Sujeito que o sujeito do discurso se identifica para se inscrever ou não em uma FD¹⁸, ou seja, em uma rede de filiação de sentidos.

Para Pêcheux, a Forma-Sujeito, sendo organizadora da FD, conferiria seu centro, o ponto de unidade dos **sentidos historicamente constituídos**. Todavia, Courtine (1981) mostra que nem mesmo as relações internas da FD se constituem de modo homogêneo. Para revelar a heterogeneidade da FD e a conseqüente clivagem da Forma-sujeito, Courtine (idem) busca em Foucault ([1969]/1995) o conceito de **posição de sujeito** que define como sendo a representação do *lugar que o indivíduo ocupa para se tornar sujeito* no momento mesmo da formulação. A posição de sujeito é, então, para Foucault a verdadeira condição do sujeito enunciador no discurso, conforme a citação:

O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia¹⁹, podendo ser exercida por indivíduos, até certo

¹⁷ GRIGOLETTO, Evandra. O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

¹⁸ Sobre os diferentes modos de identificação do sujeito com a Forma-Sujeito ver a próxima seção deste capítulo.

¹⁹ Para Pêcheux ([1975]/1988), essa função não é vazia, mas preenchida pela forma-sujeito que representa os sentidos historicamente constituídos.

ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado. (Foucault, 1995, p. 107)

Por Foucault não considerar a ideologia nos seus estudos, Courtine (ibidem, p.43) critica sua definição de posição de sujeito, caracterizando-a como “*uma simples intercambialidade de locutores*”²⁰. Propõe, assim, um conceito de posição-sujeito entrecortado pela ideologia, incorporando essa concepção ao escopo teórico da AD. Para esse autor, a posição que o sujeito enunciador ocupa é determinada pela **Forma-Sujeito** da FD que o interpela, a qual caracterizou (op.cit., p.42) como o *ponto onde se ancora a estabilidade referencial dos elementos do saber*²¹, ou seja, o sujeito, para enunciar de uma determinada posição, precisa que a forma-sujeito lhe determine os **sentidos** que a ele são permitidos enunciar. Sendo assim, a nova concepção de **posição-sujeito** é formulada por Courtine do seguinte modo:

Nós concebemos então uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD dada. Esta relação é uma relação de identificação, na qual as modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito, no interior de uma FD e dos efeitos a ela relacionados é o domínio de descrição da forma-sujeito. (Courtine, 1981, p.43)²²

Como podemos perceber, o sujeito do discurso passa a se relacionar com a Forma-sujeito por meio de posições-sujeito que representam diferentes modos de identificação com a ideologia.

O autor mostra também que o desdobramento da Forma-Sujeito em várias posições sujeito deriva de sua relação com o interdiscurso e a incorporação de pré-construídos outrora interditados que, embora provoquem uma contradição interna, passam a conviver no mesmo domínio de saber.

Sendo a posição-sujeito a condição do sujeito no discurso e podendo este assumir diferentes posições, até mesmo divergentes, Indursky (2002a) conclui que o **sujeito** só pode ser caracterizado pela **dispersão**. Em suas palavras: *uma forma-sujeito assim dividida remete à concepção teórica de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua*

²⁰ Tradução de : « comme simple interchangeabilité des locuteurs » (Courtine, 1981, p. 43)

²¹ Tradução de : « C’est le point où s’ancre la stabilité référentielle des éléments d’un savoir » (Courtine, 1981, p. 42).

²² Tradução do original: « Nous concevons donc une position de sujet comme un rapport déterminé qui s’établit dans une formulation entre un sujet énonciateur et le sujet de savoir d’une FD donnée. Ce rapport est un rapport d’identification, dont les modalités varient, produisant différents effets-sujet dans le discours. La description des différentes positions de sujet à l’intérieur d’une FD et des effets qui sont liés est le domaine de description de la forme-sujet. » (Courtine, 1981, p.43).

interpelação ideológica lhe permite (Indursky, idem, p.76), ou seja, o sujeito, para a AD, se constitui como um sujeito dividido, clivado, fragmentado em várias posições.

Considerando, então, a constituição ideológica do sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito, é nosso objetivo compreender o modo como o grupo *Veja* se relaciona com a forma-sujeito da formação discursiva de onde provém seu discurso sobre Lula a fim de compreendermos o modo de constituição de seu imaginário sobre tal referente. No entanto, ainda é preciso buscar algumas noções fundamentais ao nosso dispositivo de análise. Logo, passamos à noção de formação discursiva tal qual Michel Pêcheux a formulou.

2.3.2. O conceito de formação discursiva

A fim de compreendermos que direcionamento de sentido o grupo *Veja* toma ao simbolizar o referente Lula²³, faz-se importante estudarmos uma noção essencial à AD que é a de formação discursiva.

A noção de **formação discursiva** é primeiramente pensada fora do quadro teórico da AD, por Foucault em *Archéologie du Savoir*. Nessa obra, o filósofo discute a repartição dos **saberes** nas diferentes áreas do conhecimento, objetivando mostrar que essa repartição não se dá de modo linear no tempo e no espaço, o que não significa que não haja **regularidade**. Trata-se, nesse caso, de uma regularidade de ordem diferente, organizada a partir da dispersão.

Já Pêcheux desloca essa noção para o quadro teórico da Análise do Discurso, elegendo a ideologia como o modo de repartição e de organização de uma FD e de todo complexo discursivo. Assim, Pêcheux (1971), juntamente com Haroche e Henry, define a **FD** como sendo um recorte discursivo da **formação ideológica**²⁴ que determina:

o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. (Haroche et al., 1971).²⁵

A FD é, então, a manifestação da ideologia "em particular" (FI) na linguagem, visto que a visão de mundo nunca está dissociada da linguagem. Desse modo, Pêcheux, ao propor a

²³ Lembramos que tal "tomada de posição" não é feita de modo consciente, mas, como propõe Pêcheux (1975), resulta da interpelação ideológica do sujeito por meio de uma FD.

²⁴ Ver a seção anterior: "Sujeito e ideologia".

²⁵ Tradução de «*ce qui peut et doit être dit* (articulé sous la forme d'une harengue, d'un sermon, d'un pamphlet, d'un exposé, d'un programme, etc.) à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée ». (Pêcheux et al., 1971, p. 148).

ideologia como princípio regulador da FD, já re teoriza essa noção, inserindo-a em um novo domínio de saber, o da teoria marxista do discurso.

A **FD** passa, então, a ser o meio discursivo pelo qual o **sujeito** é "apanhado" por uma formação ideológica como propôs Pêcheux ([1975]/1988, p. 161):

os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Se a **FD** atua na produção da *evidência subjetiva*, estando esta relacionada à *evidência* de que uma palavra ou um enunciado *queiram dizer o que realmente dizem* (idem, p.160), é porque, como Pêcheux (idem) observou: *sujeito e sentido se constituem mutuamente*. E essa constituição se dá por meio da relação com a **FD**, conforme Haroche, Henry e Pêcheux ([1971]/1990, p. 148) formularam: *as palavras 'mudam de sentido' passando de uma formação discursiva a outra*²⁶. Esse processo, nessa perspectiva, realiza-se por meio da dissimulação do caráter material do **sentido** que se dá através do *efeito de transparência da linguagem*.

Ao relacionar o **sentido** à **FD**, Pêcheux e seus colaboradores (idem) mostram que as palavras não significam *a priori*, como se a linguagem fosse transparente, óbvia. Logo, em AD, não se trata do sentido, ou dos sentidos, como se os pudéssemos classificar em falsos ou verdadeiros, mas de **efeitos de sentido** produzidos em condições de produção específicas. Em virtude dessa relação estreita com a produção de sentidos, a FD remete ao processo de **filiação de sentidos** ou **filiação ideológica**, retomando assim o processo pelo qual o sujeito se inscreve, ou se filia, a uma FD para produzir efeitos de sentido.

Desse modo, Pêcheux e Fuchs ([1975]/1993, p.169) passam a considerar que a configuração de uma FD está relacionada ao modo como o sentido é constituído a partir de famílias parafrásticas, que constituirão a "*matriz de sentido*". É na matriz de sentido que as unidades significativas estabelecem entre si uma relação de sinonímia, podendo ser substituíveis umas pelas outras. Essa relação de sinonímia e substituição é o que os autores (idem) definem como sendo o *processo discursivo*. Desse modo, o processo de formação de um discurso está ligado à relação parafrástica da linguagem dentro de uma matriz de sentido. Isso nos faz compreender como o grupo *Veja*, a partir de diferentes unidades significativas, imagens e expressões lingüísticas diferentes, consegue produzir um único imaginário para Lula.

²⁶ Tradução de: "les mots 'changent de sens' en passant d'une formation discursive à une autre". (Pêcheux et al., 1971, p. 148).

Tendo em vista que o processo de repetição nunca está desvinculado do deslize e da produção de diferentes sentidos, perceberemos, em nossas análises, que, mesmo deslocando os sentidos de *radical*, *comunista*, *subversivo*, *manipulador*, *desqualificado* e *corrupto*, essas unidades atuam na formação de uma mesma matriz de sentido que reverbera para o lugar discursivo de *Veja* um único imaginário possível sobre Lula.

Como efeito dessa relação parafrástica, temos a produção do efeito de univocidade e de transparência na produção do discurso *sobre* Lula, o que produzirá o efeito de *consenso*, estendendo-o a toda uma formação social. Por meio da análise do discurso de *Veja*, procuraremos desvelar o modo de produção dessa evidência em torno do imaginário sobre Lula, tornando visível a saturação do efeito negativo produzido na matriz de sentido da FD na qual o grupo *Veja* se inscreve.

A relação do sujeito com a forma-sujeito da FD através da qual produz discurso é definida por Pêcheux ([1975]/1988, p. 215-217) por meio de três modalidades de tomada de posição. A primeira modalidade diz respeito à identificação plena do sujeito do discurso com a Forma-Sujeito da FD a qual o interpela. Pêcheux (idem, p. 215) caracteriza esse sujeito como sendo “o bom-sujeito” por se tratar daquele que reproduz os saberes da FD sem questioná-los, permitindo um recobrimento da Forma-Sujeito em si. O sujeito sofre, portanto, *cegamente a determinação da FD*. Já a segunda modalidade o autor denominou *contra-identificação*, pois mostra que o sujeito se opõe a alguns saberes regulados pela Forma-Sujeito, “se voltando contra ela”, agindo como um “*mau-sujeito*”, tal como o caracterizou Pêcheux (idem). Entretanto, o sujeito ainda questiona os saberes de dentro da FD sem que ocorra uma ruptura efetiva. Só há rompimento com a Forma-Sujeito quando os questionamentos não são mais possíveis de serem feitos no interior daquela FD, devendo partir de outro lugar, de outra FD que passa a interpelar o sujeito de agora em diante. Essa é a terceira modalidade de identificação denominada de *desidentificação*.

Embora estejamos sempre atentos a possíveis contradições dentro da FD em que se insere o discurso de *Veja sobre* Lula, observamos, em nossas análises, que nosso objeto não reflete a contra-identificação, o que produziria posições-sujeito divergentes dentro do mesmo domínio de saber. Os saberes que ressoam na matriz de sentido onde é produzido o discurso do grupo *Veja sobre* Lula estão fortemente articulados. Isso nos leva a caracterizar os saberes produzidos pelo grupo *Veja* como plenamente identificados com a forma-sujeito que regula os saberes da FD na qual este discurso se inscreve. Notamos que essa regularidade na produção

de discurso dentro do lugar discursivo de *Veja* se deve também ao fato do grupo ser controlado pela função autor determinada pela equipe de editoração da revista.

A partir dos estudos de Courtine (1981)²⁷ sobre o enunciado dividido, o conceito de FD recebeu novas formulações, sendo relacionado diretamente à heterogeneidade. Em seu trabalho, Courtine (idem) visa mostrar que a heterogeneidade é constitutiva dessa noção, não podendo a FD "fechar-se" aos saberes vindos de outras FD. Já em nossa pesquisa, percebemos que o discurso de *Veja* não incorpora, em sua matriz de sentido, saberes de FDs antagônicas.

Sendo assim, nosso objeto de estudo inscreve-se no segundo momento de elaboração da noção de FD. Esta trata-se de um recorte da formação ideológica na qual as FD encontram-se em relação umas com as outras, seja esta relação de oposição ou de semelhança, constituindo, em seu interior, matrizes de sentido que determinam os sentidos que podem ou não serem aí produzidos.

Portanto, entendemos que enunciar do lugar do grupo *Veja* significa enunciar de certa posição-sujeito, produzir sentidos em certa direção, a partir de determinada filiação ideológica em decorrência de um imaginário particular sobre Lula. Como já foi mencionado, é nosso objetivo desconstruir o modo de produção desse imaginário a fim de tornar visível a produção de evidência de sentidos que se produz nesse discurso.

²⁷ Courtine (1981) entende que a FD é constituída por saberes vindos do interdiscurso. De acordo com o autor (1982, p.245): "Nós consideraremos assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior e um exterior de seu saber, mas se inscreve entre diversas FDs como *uma fronteira que se desloca* em função dos jogos da luta ideológica".

2. 4. REAL E IMAGINÁRIO

Objetivando aprofundar sua crítica "à afirmação do óbvio"²⁸, isto é, à transparência da linguagem, Michel Pêcheux e seus colaboradores encontram em *L'Amour de la Langue* do lingüista Jean-Claude Milner consistência para discutir a relação entre a linguagem e o impossível do sentido único.

Como todo lingüista, Milner lança seu olhar estritamente à língua, não o interessando a abordagem do exterior histórico, já que, para esse autor, a história era considerada "*puro imaginário*".

Apesar dessa elisão tipicamente lingüística, Milner propõe uma visão acerca da estrutura da língua bem diferente daquela abordada por seus colegas estruturalistas. Para esse autor, a língua deve ser vista em sua relação com a estrutura dada pela psicanálise lacaniana que a remete à tríade: Real, Imaginário e Simbólico. Como explica Leite (1994), para a psicanálise, o sujeito é estruturado psiquicamente por meio da interdependência dessas três regiões, representada pelo Nó Borroneano. Este é um nó que une todos os três lados de uma só vez. Se um lado é desprendido, todos os outros são soltos.

A interdependência desses elementos faz Milner considerar a relação que a estrutura lingüística mantém com o **real**, observando que este consiste no todo que não se pode apreender por meio da linguagem, mas que, mesmo inatingível, a constitui.

Em um trabalho conjunto com a lingüista Françoise Gadet, intitulado *La Langue Introuvable*, Pêcheux revela o interesse da nova abordagem de Milner para os estudos discursivos. Dele, os autores retomam as seguintes teses:

- *Tudo não pode ser dito* (Gadet & Pêcheux, [1981]/2004, p.32)
- *[O real é] o impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira.* (idem, p.52)

A primeira tese aponta para o aspecto lacunar da língua, *tudo não pode ser dito*, ou seja, a língua não contempla todas as possibilidades do dizer ao mesmo tempo, sempre há algo que deve ficar de fora, o indizível, o não dito, o silenciado. Raciocinando lingüisticamente, pode-se concluir que o eixo paradigmático de seleção lexical é aquele que possui todas as possibilidades de linguagem, porém, para sintagmatizar o dizer, é preciso efetuar uma escolha dentre as diversas possibilidades e, assim, efetuar uma elisão.

²⁸ Referente ao título da tradução brasileira de *Les Vérités de la Palice* (1975), *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de 1988.

Já na AD, a reflexão é mais discursiva: há diversos sentidos inscritos historicamente na memória dos dizeres já-ditos, ao formular um enunciado, sintagmatizar um desses sentidos, o sujeito é levado a realizar uma escolha que não é nada consciente e nada ingênua. O sujeito é conduzido ideologicamente a selecionar uma das tantas possibilidades de sentido.

A irrupção do ideológico na linguagem está mais fortemente marcada à segunda tese na interpretação dos estudiosos (ibidem) na qual o *impossível de não dizer de uma determinada maneira* repercute o modo como o sujeito é "apanhado" pela ideologia. Isso significa que o sujeito crê que a única forma possível de formulação é aquela que ele produziu, refutando todas as demais por um princípio de seleção essencialmente ideológico.

Ao **real da língua**, Gadet & Pêcheux (op, cit., p. 64) integram o *real da história*, considerando que o *equivoco*, as falhas que constituem a língua, *aparece exatamente no ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (história); o ponto em que a língua atinge a história*. A língua afeta a história por meio da tentativa de apreendê-la, enquanto que essa última afeta a primeira através do modo como o sujeito se relaciona com a língua.

O **real sócio-histórico**, como lembra Dorneles (1999, p.157), *é da ordem dos processos sociais, das práticas sociais* nas quais o sujeito está envolvido. Diz respeito à materialidade concreta do mundo, o que há para ver e para conhecer. No entanto, essa materialidade, assim como a língua, não é acessível no seu todo. Não podemos descrever um acontecimento em sua completude, do mesmo modo que não podemos conhecê-lo, tomá-lo em sua total existência. Nessa perspectiva, Pêcheux ([1983]/1990, p.43) caracteriza o real como *um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos*.

O sujeito produz uma simbolização desse real inatingível de modo que este se torne, pelo menos ilusoriamente, representável. É, portanto, no trabalho simbólico da linguagem que a ideologia surge, filiando o sujeito a um sítio de sentidos constituídos historicamente.

Assim, Gadet & Pêcheux concluem ([1981]/2004, p.31) que o *real não é a realidade empírica*, como o queria a visão platônica defensora da idéia de que "as coisas são o que são", mas *é o impossível*, o impossível de falar, de descrever, de relatar, de produzir um sentido único. Um lugar impossível e, ao mesmo tempo, inevitável. Com base nessas considerações, os autores (idem) observam que, embora a língua não seja transparente e acessível em sua completude, ela pode ser tocada pelo representável. Há uma possibilidade de acesso, um campo restrito no imenso espaço dos múltiplos dizeres.

Para simbolizar o real, discursivizá-lo, é preciso, portanto, passar pelo **imaginário**. O imaginário seria a fatia resultante do recorte feito no real. Um naco de real que é simbolizado

de um modo particular a fim de representar o todo inacessível. Segundo Serrani (1993a, p. 524) o imaginário torna-se *o componente de todo material significante por se tratar de uma "ilusão necessária à existência da discursividade"*.

O sujeito precisa "dar" sentido à materialidade do mundo de alguma forma, precisa simbolizar o processo sócio-histórico no qual se insere, e isto só é possível por meio da língua, da simbolização do concreto, da discursivização das práticas sociais. No entanto, a totalidade dessa materialidade é representada imaginariamente por meio da linguagem, é o discurso, como observa Orlandi (1996, p.39), *na sua relação com a língua e a história, que produz a "impressão de realidade"*. A autora (1996, p.32) considera o imaginário, então, como o fator que *produz o efeito de evidência, de transparência da linguagem, a ilusão referencial em que a linguagem é diretamente relacionada ao mundo*. Concluímos, desse modo, que a relação do sujeito com a realidade é imaginária, ou melhor, que a própria realidade é uma construção do imaginário. E que sua produção é puro efeito ideológico.

Sendo assim, diferentemente da psicanálise, a AD não considera que o modo de simbolização do real diz respeito à estrutura psíquica do sujeito, mas a sua constituição ideológica, às redes de sentido às quais o sujeito se filia. Nesse sentido, cada jornalista, escritor, pintor, cientista, interpreta o real segundo sua interpelação ideológica, conforme a FD em que se inscreve, construindo, assim, "realidades" diversas, mas todas possíveis para um mesmo fato ou acontecimento histórico.

Nessa perspectiva teórica, consideraremos, em nossa análise, o trabalho do grupo *Veja* (como um grupo coeso formado pelos colaboradores da revista *Veja*) na composição de suas capas como sendo o resultado de diversas projeções imaginárias acerca da realidade cujo efeito de unidade é produzido pelo editor-chefe²⁹ para quem a função de autoria é legitimada. Considerando a reflexão de Pêcheux ([1983a]/ 1994 , p.32) acerca do discurso científico, entendemos que essa homogeneidade forjada é, nas palavras do estudioso (idem, p.32), uma *"cobertura" lógica de regiões heterogêneas do real, é uma falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo*.

Sendo assim, o imaginário que *Veja* produz sobre Lula não passa de uma construção ideológica da realidade, uma projeção imaginária de quem poderia ser Lula para o sujeito afetado por certa formação ideológica, o que produziria uma formação imaginária "evidente e

²⁹ Para saber mais a respeito do papel do editor, mais especificamente da revista *Veja*, ver o trabalho de FURTADO, Taís Helena. *As lacunas do sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da revista Veja*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2000.

translúcida" desse objeto discursivo. É nosso objetivo desconstruir o efeito de verdade sobre esse imaginário a fim de compreender seu modo de funcionamento.

2. 5. ENUNCIADO, FORMULAÇÃO E REDE DE FORMULAÇÕES

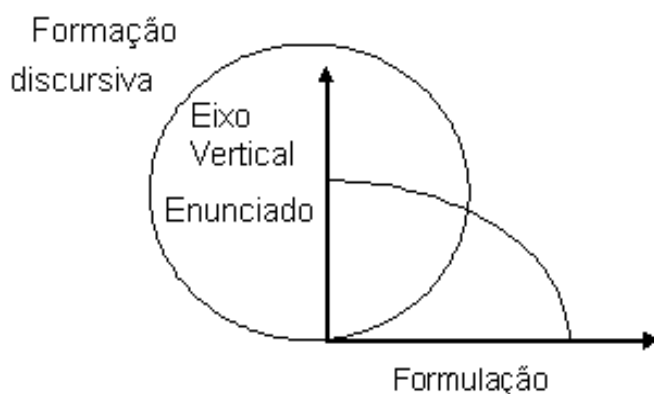
Para a realização de nossas análises, ainda se torna necessário revermos os conceitos de **enunciado**, **formulação** e **rede de formulações** tais como foram concebidos por Courtine (1981) no decorrer do processo interpretativo-analítico do seu trabalho.

O conceito de **enunciado**, sendo produto do processo discursivo, é deslocado para o âmbito da AD e reformulado por Courtine (1981) ao articular o pensamento foucaultiano ao ponto nodal da AD, a ideologia.

A concepção de enunciado desenvolvida por Foucault em *Archéologie du Savoir* (1969) diz respeito *aos saberes próprios de uma FD* os quais, sendo da *ordem da raridade*, são reatualizados pelas **formulações** que o inscrevem na zona vertical da repetibilidade, tornando-o uma *forma indefinidamente repetível*, ao mesmo tempo em que forma um *domínio associado* de saberes.

Conforme a reflexão foucaultiana, teríamos o seguinte esquema:

Esquema 01:



Nesse esquema, podemos visualizar os saberes da formação discursiva representados pelo enunciado que pertence a um eixo vertical de repetibilidade. Notamos ainda que o enunciado, estando nesse eixo vertical, é (re)atualizado em um eixo horizontal por meio da formulação que corresponde à enunciação. O arco mostra o trajeto do enunciado sem marcar seu sentido, já que a formulação também retorna ao eixo vertical após reatualizá-lo, mexendo com sua constituição e conseqüentemente com a constituição de todo o domínio associado.

A esse domínio associado Courtine atribuiu o caráter de eixo vertical de repetibilidade e as séries ou conjuntos de formulações designou por **rede discursiva de formulações**.

Vejam agora como o autor (1982, p.250-251) articula esses conceitos considerando a ideologia:

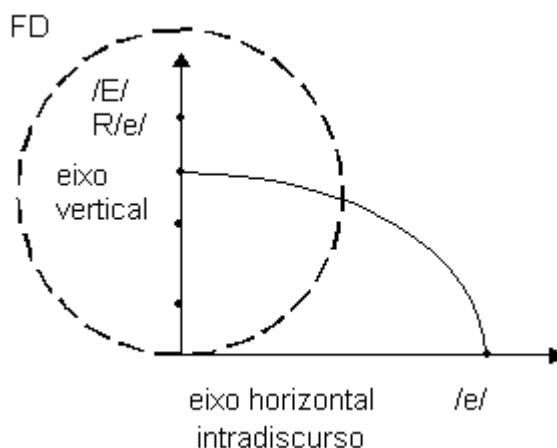
Enunciado /E/: *Forma, ou esquema geral, que governa a “repetibilidade” no seio de uma rede de formulações.*³⁰

Rede de formulações R/e/: *conjunto estratificado e desnivelado de formulações, que constituem também reformulações possíveis de /E/.*³¹

Formulações /e/: uma seqüência lingüística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de /E/ no seio de uma rede de formulações e que vem marcar a presença de /E/ no intradiscurso de uma seqüência discursiva dominada por uma FD na qual /E/ é um elemento do saber³².

Com base nas reflexões de Courtine, o esquema anterior sofre as seguintes alterações:

Esquema 02:



Nesse segundo esquema, podemos perceber que a heterogeneidade que Courtine impõe à constituição da FD dá certa porosidade às paredes que a delimitam. Observamos, ainda, que, no eixo vertical, o enunciado encontra-se desnivelado, deslinearizado e desintagmatizado. Só adquire uma forma própria quando colocado no eixo horizontal, aquele do intradiscurso, onde é nivelado, linearizado e sintagmatizado numa formulação.

Courtine (1981), no curso de suas análises, observa que as formulações |e1|= *A violência vem dos comunistas* e |e2|= *A violência vem do grande capital* possuem uma recorrência estrutural *Violência vir de* que é, por ele (idem, p. 94), assim representada:

³⁰ Tradução do original: "forme, ou un schéma général, qui gouverne la "répétalité" au sein d'un réseau de formulations". (Courtine, 1982, p.250)

³¹ Tradução do original: "un ensemble stratifié ou dénivéle de formulations, qui constituent autant de reformulations possibles de /E/." (Courtine, 1982, p.250)

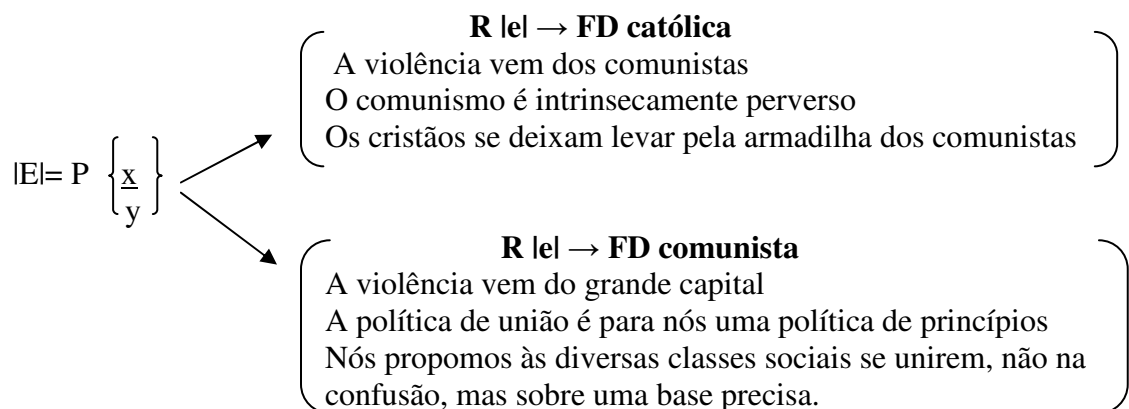
³² Tradução do original: "une séquence linguistique (de dimension syntagmatique inférieure, égal ou supérieure à une phrase) qui est une reformulation possible de /E/ au sein d'un réseau de formulations et qui vient marquer la présence de /E/ dans l'interdiscours d'une séquence discursive dominée par une FD dans laquelle /E/ est un élément de savoir." (Courtine, 1982, p.251)

$$|E| = P \left\{ \begin{array}{l} \underline{x} \\ y \end{array} \right\}$$

Onde, P refere-se à construção *violência vir de*, x representa *os comunistas* e y o *grande capital*.

O autor avança nas suas investigações e conclui que /E/ pertence ao campo do interdiscurso, lugar onde todos os sentidos são possíveis e que só receberá uma *interpretação* (sentido) *contrastiva*, conforme sua terminologia, ao passar pelas redes de formulações das duas FD antagônicas.

Tendo em vista essa conclusão, o autor retornará ao /E/, mostrando que a estrutura sintática depreendida a partir dele no intradiscurso comporta, já em seu interior, uma clivagem entre essas duas FDs.



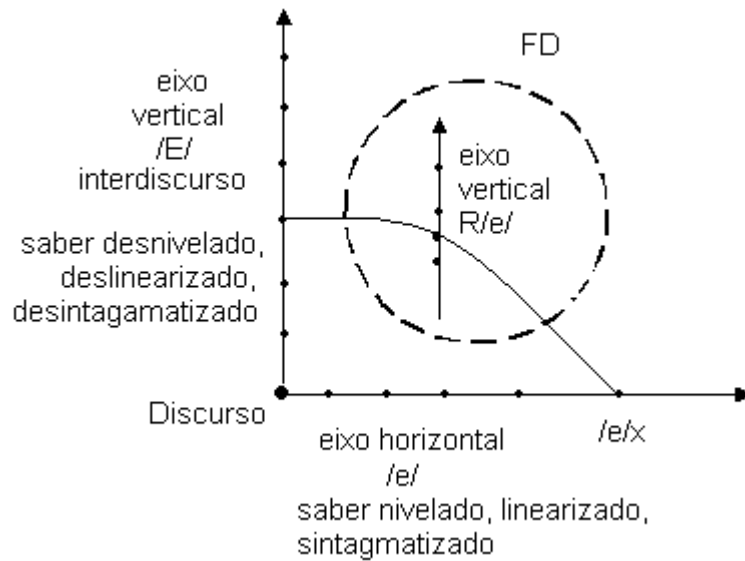
A esse tipo de |E| denominou *enunciado dividido* e o definiu como sendo aquele que *constitui uma condição geral de repetibilidade no interior do processo de uma FD* (Courtine, 1981, p102)³³.

O **interdiscurso** passa a ser visto como o lugar de formação do enunciado, enquanto que o **intradiscurso** é considerado por Courtine (1982, p. 251)³⁴ como o *lugar onde a desnivelção interdiscursiva dos /E/ é linearizada em uma superfície única de |e| articuladas*. Quando, numa situação enunciativa dada, um sujeito enunciativo, inscrito numa certa FD, “apropria-se” de uma /e/, esse é o momento em que o /E/ é linearizado, tem sua dimensão vertical “horizontalizada”.

Sofisticamos, então, o esquema 02 tendo por base as reformulações feitas por Courtine:

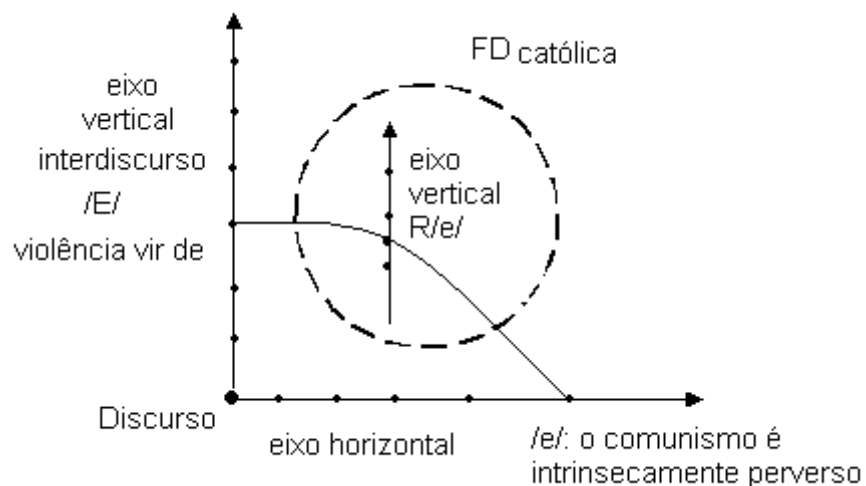
³³ Tradução de: "il constitue une condition générale de répétabilité à l'intérieur du processus de la FD considérée" (Courtine, 1981, p. 102).

³⁴ Tradução de: "le lieu où [...] la désnivelation interdiscursive des [E] est linéarisée [...] en une surface unique de [e] articulées" (Courtine, 1982, p. 251).

Esquema 03:

Nesse terceiro esquema, percebemos a presença de dois eixos verticais, onde os pontos representam os saberes em desnível, ausente de sintagmatização. O enunciado, presente no eixo do interdiscurso, abriga todos os sentidos possíveis para ele. Passando ao eixo vertical da FD na forma de pré-construído, o enunciado já adquire uma direção de sentido dada pela rede de formulações dessa FD na qual se inseriu. Saindo do eixo vertical interno à FD e linearizando-se no eixo horizontal do intradiscurso, o enunciado ganha *status* de formulação, formaliza-se, "adquire uma forma", que a nosso ver pode ser tanto **verbal** quanto **não-verbal**.

Ocupando-nos do *corpus* discursivo de que parte Courtine (1981) para efetuar sua análise, exemplificamos esses conceitos teóricos do seguinte modo:

Esquema 04:

Notamos que o enunciado dividido no interdiscurso passa pelo filtro da FD católica, o qual determinará o sentido conforme a rede de formulações que nela se faz presente (o exemplo da R/e/ católica pode ser o mesmo apresentado mais acima). Dessa rede o saber já sai ideologicamente filtrado para ser sintagmatizado na /e/: *o comunismo é intrinsecamente perverso*. Realizado o ato enunciativo, tal formulação retorna ao eixo da R/e/ da FD católica como mais uma possibilidade de reformulação de /E/.

Feito esse percurso pelas noções de *enunciado*, *formulação* e *rede de formulações*, retornaremos a elas durante nossas análises a fim de, aliando teoria e prática, buscarmos compreender que enunciados e formulações o grupo *Veja* recupera do eixo vertical para produzir seu imaginário sobre Lula.

2.6. A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Como nossa pesquisa se desenvolve sob uma temporalidade específica, a noção de **memória** torna-se uma questão fundamental a ser considerada. Salientamos de imediato que *memória*, em AD, em nada se assemelha à memória psicológica, das recordações de fatos ou emoções de um tempo medido cronologicamente. Longe de ser individual, *memória* aqui adquire um caráter mais social, conforme a proposta de Pêcheux ([1983]/1999, p. 50):

A memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social e da memória construída pelo historiador.

A possibilidade de entrecruzar memórias é trabalhada por Davallon ([1983]/1999) no seu texto *A imagem, uma arte de memória?* A fim de mostrar que a *imagem* constitui *um operador de memória*, ou seja, que é esta que torna possível a leitura do não-verbal, o autor reflete sobre dois tipos de memória: a *memória coletiva* e a *memória histórica*. Para distingui-las, Davallon se apóia em Halbwachs para quem a **memória coletiva** seria *o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade* (Halbwachs *apud* Davallon, p. 25). Na interpretação de Davallon, essa definição torna a **memória social** limitada ao grupo, restrita àquilo que é do seu “conhecimento”, do que ainda está vivo na “consciência coletiva”, lembrado, não esquecido. Quanto à **memória histórica**, seria esta uma espécie de “arquivo” que resistiria ao tempo, à consciência do grupo, preservando os fatos passados para serem resgatados a qualquer momento.

Ao contrário de Halbwachs, Davallon sugere o entrecruzamento dessas duas memórias, permitindo que o “vivo” (atual) e o “antigo” (histórico) se unam numa concepção de memória social. No entanto, não é qualquer acontecimento que adquire espaço na **memória social**, é preciso antes de tudo que sua circulação repercuta socialmente, e não apenas em um grupo fechado. É nesse ponto que o papel da mídia entra em jogo, enquanto um objeto cultural (são considerados objetos culturais para Davallon: *livros, imagens, reportagens, toda produção simbólica formal*), atuando no controle e manutenção dessa memória.

A questão da memória também é explorada por Achard (1983) que trata da *memorização* como sendo o resultado da *regularidade na repetição dos implícitos* - deslocados por Pêcheux (1983, p.52) à teoria da AD como sendo os *pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos*. Segundo Achard (*idem*, p. 13), essa

regularidade, além de oscilar entre o histórico e o lingüístico, *repousaria sobre um consenso*, tornando-se uma questão social.

Percebemos esse *consenso social* sobre a representação de um imaginário como o **efeito de memória** produzido dentro de uma FD que se pretende hegemônica para determinada sociedade. Levando em conta as considerações de Davallon (op.cit.) sobre a atuação dos objetos culturais na memorização e regularização dos sentidos, como propôs Achard (op.cit.), consideramos, previamente, que o discurso do grupo *Veja* sobre Lula participa desse processo de constituição e controle dos sentidos regulados dentro de uma FD específica a partir da qual se produz a ilusão de *consenso* sobre o objeto discursivo. Esse *efeito de consenso* produz uma imagem cujo sentido se apresenta imobilizado, causando, assim, o efeito de um imaginário social desse objeto, o imaginário que a **memória social** (entrecruzada com a história) preservará e fará circular.

Encontramos em Mariani (1998, p.34) consistência a essa reflexão teórica conforme a passagem a seguir:

Entendemos por memória social [...] um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido "comum" à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa.³⁵

As reflexões de Mariani (idem) nos mostram que a memória social é apenas *uma* memória possível, *um* modo particular de repetição, de linearizar narrativas, sentidos, assim como de mantê-los constituindo uma memória histórica oficial. Além disso, a autora (ibidem, p.35), questionando o papel da História enquanto ciência, salienta que *pesquisas que somente buscam a linearidade já estão, nesta perspectiva, sob o efeito do imaginário*. Por isso, a AD, propondo-se como uma leitura crítica, busca evitar os *sentidos legitimados*, estagnados no curso temporal, e a repetição de uma narrativa oficial, visando à compreensão dos *processos históricos* de produção de sentido.

Nessa perspectiva, a **memória social** é mobilizada na AD apenas *em sua relação com a linguagem e a história* tal qual propôs Courtine (1994, p.5) que, a partir dessa relação, forja o conceito de **memória discursiva**.

Essa noção Courtine (1981) formula em virtude da realização de sua tese a propósito do discurso em torno da “política da mão estendida” dos comunistas dirigido aos cristãos. Nesse

³⁵ Os grifos são nossos.

trabalho, o autor (idem) analisa o retorno de formulações passadas que foram escritas nas bandeiras de manifestantes durante o discurso de Georges Marchais, Secretário Geral do Partido Comunista, sobre o relançamento da “política da mão estendida”. Uma das formulações que mais lhe chamou a atenção foi o dizer formulado em 1937 pelo Papa Pio XI: "*O comunismo é intrinsecamente perverso*". O retorno, na atualidade, dessa formulação após quarenta anos provoca um *efeito de memória*, fazendo Courtine (1981, p.52) entender que *toda produção discursiva que se efetua em condições determinadas de uma conjuntura recoloca em movimento, ‘faz circular’ formulações anteriores, já enunciadas*³⁶.

Para compreender o processo discursivo que conduz esse acontecimento, o pesquisador apóia-se nas reflexões de Foucault sobre o **domínio de memória**, o qual define da seguinte forma:

Finalmente o campo enunciativo compreende o que poderia se chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (Foucault, 1995, p. 65)

A reflexão sobre a descontinuidade temporal relaciona a memória a um tempo infinito, um tempo deslinearizado, por meio do qual enunciados circulam, retornam ou são esquecidos na atualidade enunciativa. Enunciados que, mesmo ausentes, constituem um *laço de filiação*, integram-se a uma rede significativa.

Já Courtine (idem) repensa a questão do **tempo** no âmbito da AD, desdobrando-o em três modalidades diferentes:

Tempo longo: é a longa durabilidade dos enunciados no eixo vertical, interdiscurso, cuja existência pode ser até infinita.

Tempo curto: é o tempo da duração de uma atualização enunciativa. De curto prazo, inscreve-se na zona horizontal, correspondente ao intradiscurso, e diz respeito ao retorno do enunciado na formulação.

Tempo médio: mencionado para delimitar um ciclo temporal a ser estudado. Na sua pesquisa, Courtine recorta o período de produção discursiva dos discursos dos cristãos e comunistas que se desenvolve entre 1937 e 1976.

Courtine (op.cit., p.53), então, relaciona a noção de **memória discursiva** ao tempo longo afetado pela ideologia, como observamos na própria formulação do conceito: *a noção de*

³⁶ Tradução do original: « toute production discursive s’effectue dans les conditions déterminées d’une conjoncture remet en branle, *fait circuler* des formulations antérieures, déjà énoncées » (Courtine, 1981, p. 52)

*memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos*³⁷.

Para alguns analistas, essa definição de **memória discursiva** é entendida como equivalente à noção de **interdiscurso**, o que causa uma impressão de sinonímia entre os conceitos. Para nós, tal impressão começa a ser desfeita a partir dos questionamentos de Courtine & Marandín (1981) sobre as modalidades da repetibilidade. Nesse texto, em conjunto com Marandín, Courtine revela que, além da *repetição dos elementos em extensão* em que o enunciado é pressentido e lembrado, a repetição também aparece como vertical, entre falhas e lacunas em que o “não-sabido”, “o não-reconhecido” deixa seus vestígios numa presença ao mesmo tempo ausente. A primeira modalidade de repetição, Courtine (1999) nomeia de *memória cheia saturada*, por todos os sentidos estarem nela abrigados como se estivessem no *non-sens* do interdiscurso. Já a segunda modalidade é designada pelo autor (idem) de *memória lacunar ou com falhas*, mostrando que a memória pode bem conter suas brechas de sentido devido ao trabalho do esquecimento.

Essa constatação a respeito da **memória discursiva**, Courtine (ibidem) faz em seu texto *La touche de Clémentis*, onde analisa discursivamente o acontecimento histórico da supressão, de uma personagem política, Clémentis, acusado de traição pelo governo comunista, de uma fotografia oficial com o presidente da Tchecoslováquia, Gottwald. Na ocasião, Clémentis teria emprestado seu gorro de pele para o então presidente discursar da sacada do palácio de Praga, onde nevava. Após a execução do traidor, o departamento de propaganda fez circular inúmeros exemplares dessa fotografia, todas com a imagem de Clémentis apagada.

O autor observa que esse “apagamento” de Clémentis da memória histórica repercute diferentemente na memória discursiva que opera como uma presença-ausente. O gorro na cabeça de Gottwald é o vestígio da existência de Clémentis, é um *caco*, uma *migalha de passado* que aponta no presente por meio da memória ao mesmo tempo em que se apaga pelo efeito do esquecimento. Segundo Courtine (1999, p.22), *memória e esquecimento são indissociáveis* no processo de repetição de um discurso, já que este é o fator determinante de sua manutenção e transformação. Assim, a personagem “retirada de cena”, de certo modo, sobrevive naquela foto, mas é "*Gottwald, daqui para frente, que a história fará usar o chapéu*".

Logo, percebemos que a *memória discursiva* atua num movimento contínuo entre o eixo interdiscursivo e o eixo intradiscursivo, o da atualidade do dizer, ou seja, a memória não é

³⁷ Tradução do original: « La notion de mémoire discursive concerne l'existence historique de l'énoncé au sein de pratiques discursives réglées par appareils idéologiques. » (Courtine, 1981, p. 53)

apenas passado, é também presente e futuro, uma vez que aponta sempre a possibilidade de retorno de um já-dito.

É por meio desse trabalho da memória, portanto, que o sujeito dá sustentação significativa ao que diz, uma vez que é preciso filiar o dito a uma rede de sentidos anteriormente produzidos, já "memorizados", para que esse dizer "faça sentido". Nesse aspecto, Zoppi-Fontana (2002, p.178) entende a memória discursiva como *espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da língua e da história*. Nesse sentido, a memória discursiva estrutura o processo de significação de tal modo que se cria a impressão de realidade, enquanto uma representação imaginária.

Por outro lado, a repetição dos mesmos sentidos não pode ser ininterrupta, visto que a memória é tanto saturada quanto lacunar, e suas falhas provocam o que Pêcheux ([1983]/1990) designou de *acontecimento discursivo*. Para o autor (idem, p. 17), um acontecimento ocorre *no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória*, no momento em que novos sentidos, ou sentidos outrora silenciados, irrompem na estrutura do eixo horizontal, causando rupturas, deslocamentos e novos arranjos na filiação identificadora de sentidos, ou nas palavras do autor (idem, p.56): *todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetões*.

Essa possibilidade de reestruturação da memória discursiva se deve ao fato de que toda a atividade linguageira *está intrinsecamente suscetível ao equívoco da língua*, ou seja, ao que faz com que *todo enunciado possa tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (Pêcheux, [1983]/1990, p. 53).

Considerando, então, que a memória sofre deslizamentos de sentido, tornando-se (re)estruturadora dos sentidos que relacionam o sujeito ao real, Mariani (1998) desenvolve um estudo acerca do imaginário da imprensa sobre os comunistas num recorte temporal que vai de 1922 a 1989, cujo limite é o efeito de início da presente pesquisa. Em suas análises, a autora (idem) observa que os efeitos de sentidos que se mantêm nas narrativas jornalísticas é de *subversivo, terrorista e inimigo*, criando, assim, um efeito de linearidade lógica, um sentido natural que se cristaliza na forma de um imaginário coletivo.

A legitimação desse imaginário é produzida por meio do lugar social que a imprensa projeta a si própria, um **lugar institucional**, de onde lhe é permitido produzir documentos que irão constituir os **arquivos institucionais**. Essa noção de arquivo difere do sentido de dispersão apontado por Pêcheux ([1982]/1994, p.57) que define **arquivo** como *conjunto de documentos sobre determinada questão*. O arquivo mobilizado pela imprensa se propõe como

um arquivo de ordem institucional, legitimado socialmente como mantenedor dos documentos sobre os fatos reais que aconteceram no país. A partir desse arquivo, pode-se afirmar de acordo com Pêcheux ([1982]/1990, p. 60) que há *um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica*. Isso significa dizer que o arquivo institucional, ditando seus modos de leitura, passa a (re)contar a História segundo aquilo que *pode e deve* ser contado, produz-se, então, discursivamente, uma história oficial.

No entanto, como observa Pêcheux ([1983]/ 1990), a memória não é estática, ela sofre reconfigurações conforme os saberes vão se reatualizando no intradiscorso. Considerando as observações de Pêcheux acerca da reestruturalização da memória, Mariani (1998) percebe a ocorrência de uma reorganização na rede de sentidos que estrutura o imaginário da imprensa sobre o **comunismo** durante o período de 1970 a 1989, momento de transição entre o regime ditatorial e a democracia no Brasil. De acordo com a autora (*idem*), nesse momento, verificase uma amenização do efeito negativo produzido pelo imaginário da imprensa sobre o comunismo, uma vez que há o surgimento de um comunismo "democrático", menos extremista e subversivo. Tal rearranjo na reconfiguração da FD comunista brasileira provocou a dissolução do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a criação do Partido Progressista Socialista (PPS). Assim, o "perigo vermelho" não impõe mais medo, ou melhor, mudou de face e de nome. Conforme ainda Mariani (*ibidem*), o efeito de sentido negativo em torno dos princípios comunistas não se diluíram juntamente com o PCB, sua referência foi deslocada para os novos partidos de esquerda que surgiram com o retorno do pluripartidarismo, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Embora com o efeito de perversidade atenuado, é o PT, a partir de Luiz Inácio Lula da Silva, que passa *a ocupar esse lugar de inimigo* (Mariani, *ibidem*, p.222).

Nessa mesma perspectiva, mas tratando mais especificamente do discurso da imprensa sobre Lula em sua trajetória política até chegar à Presidência da República em 2002, Indursky (2005a) analisa o trabalho da **memória discursiva** sobre o enunciado "Lula lá", *jingle* da campanha petista, revelando como funciona o deslizamento de sentidos em torno desse enunciado.

Nesse texto, a autora (*idem*) mostra que a **ressonância de significação**³⁸ em torno do imaginário de Lula se insere numa **rede de formulações** inscrita no eixo vertical cuja repetibilidade é de longa duração. Para efeito de origem dessa rede de formulações, a autora

³⁸ Conceito a ser tratado no capítulo seguinte: "Paráfrase discursiva e reescritura".

(idem, p.104), elege a declaração dada pelo Papa Pio XI, em 1937: *O comunismo é intrinsecamente perverso.*

Como exposto no capítulo anterior, toda formulação surge de um processo de retorno de um enunciado (saber) localizado na verticalidade discursiva e que aponta seus sentidos a cada nova atualização desse enunciado. E essa formulação, saindo do eixo intradiscursivo para ressoar na esfera interdiscursiva, inscreve seus sentidos na memória do dizer, assumindo, assim, a forma de um enunciado.

Indursky (ibidem) observa que a circulação social desse enunciado teve, no Brasil, suas reformulações, sem que o sentido pejorativo se perdesse. Segundo a autora (op.cit.), a “diabolização do comunismo”, embora atenuada, passa a ser projetada sobre a esquerda, bem como consta nas formulações que recorta (op.cit., p.104):

A esquerda está na contramão da história

A esquerda é incompetente

A esquerda é burra

A esquerda não está preparada para governar o Brasil

O processo de paráfrase discursiva segue até refletir na imagem de Lula, tal qual apresentada por Indursky (op.cit., p.106):

A eleição de Lula para a presidência do Brasil é inconcebível

É absurdo imaginar um operário na presidência do Brasil

Lula é torneiro mecânico e nunca deveria ter deixado a fábrica, que é seu lugar.

Lula deve voltar ao sindicato, que é o que sabe fazer

Há um analfabeto querendo ser presidente do Brasil

Lula é despreparado para representar o Brasil no exterior

Lula não fala inglês. Como vai comunicar-se com mandatários de países importantes?

Em nossas análises, observaremos como essa rede de formulações se relaciona com a FD onde se inscreve o discurso do grupo *Veja* sobre Lula (DVL). Veremos se essa relação se dá de modo contrastivo ou constitutivo desse processo, como procede a inclusão ou exclusão desses saberes.

Analisando, então, o enunciado “Lula lá”, a autora revela que o sentido pejorativo se confirma até o *acontecimento histórico* da vitória de Lula, em 2002, quando o enunciado deixa de significar “Lula quase lá”, para significar “Lula está lá”; assim, o efeito de lugar inatingível (a Presidência da República) passa a ser visto como um sonho realizado. Essa ruptura com o eixo vertical, Indursky avalia como sendo o resultado da origem de um **acontecimento discursivo** provocado pela discursivização desse evento histórico.

A partir dessas considerações sobre a noção de memória a ser mobilizada nesse trabalho, reiteramos que, enquanto o grupo *Veja* procura construir uma narrativa oficial sobre Lula por meio de um único imaginário que se propõe como consenso, buscamos, na perspectiva da AD, compreender o processo discursivo de formação desse imaginário considerando tanto os sentidos legitimados quanto os não-legitimados, os sentidos silenciados, apagados ou excluídos da FD na qual pertence o DVL que visa estabilizar a memória social.

A memória, no aspecto discursivo, funciona, portanto, como espaço de circulação de sentidos os quais são repetidos, lembrados, esquecidos ou mesmo recuperados e modificados no eixo da formulação. Procuraremos mostrar, em nossas análises, como a memória discursiva funciona na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula, ora resgatando ora apagando saberes do interdiscurso.

Para compreendermos o funcionamento da repetição de um discurso e, sobretudo, para podermos realizar uma análise-interpretativa da imagem de Lula nas capas de *Veja*, é essencial o estudo da noção de *paráfrase discursiva* a qual estudaremos a seguir.

2.7. PARÁFRASE DISCURSIVA E REESCRITURA

A relação das unidades lingüísticas no processo de retomada de saberes, no qual sentidos se deslocam, deslizam e ressurgem na atualidade, diz respeito à noção de **paráfrase discursiva**.

Sendo que, como observa Courtine (1981), *é a repetição que faz discurso*, sua realização, segundo Serrani (1993), se dá pela **paráfrase**. Para a autora (idem) **essa** noção vai além do simples *funcionamento parafrástico das unidades lingüísticas no discurso* (Pêcheux, 1969, p.16), fenômeno que julga *estabilizador e unívoco*, como se as palavras estabelecessem uma relação de identidade significativa. Sua proposta é, por outro lado, perceber a paráfrase discursiva como uma *relação semântica não-estável* (Serrani, 1993, p. 43) entre as unidades lingüísticas, fazendo-as produzir sentidos por meio de *vibrações* ou *reverberações semânticas*. Isso, segundo a autora (ibidem, p.47), produziria um efeito de *ressonância*.

A paráfrase, vista por esse viés, inscreve-se, como Courtine (1981) mesmo ponderou, no interdiscurso e não exclusivamente em uma *matriz de sentido* como propunham Pêcheux & Fuchs (1975), podendo, deste lugar, desestabilizar os sentidos, possibilitando a produção de outros.

A paráfrase é, então, definida por Serrani (op.cit., p.47) como sendo uma **ressonância interdiscursiva de significação** que se estabelece entre as unidades lingüísticas a fim de que se possa produzir *uma realidade (imaginária) de um sentido*, ou seja, um **imaginário**. Desse modo os sentidos estão continuamente ressoando no interdiscurso, fazendo-se ouvir, ler ou escrever.

Notamos, assim, que a noção de paráfrase discursiva tomada como *ressonância significativa* pode proceder tanto no eixo do interdiscurso, produzindo deslizamentos, quanto no interior de uma matriz de sentidos (visto que Pêcheux e Fuchs, [1975]/1993, entendem matriz de sentidos como sendo a própria FD), estabelecendo relações de semelhança.

Logo, para compreendermos o processo discursivo de produção do imaginário do grupo *Veja sobre Lula*, é preciso analisar o funcionamento, seja interno ou externo à formação discursiva, da *ressonância significativa* em torno da materialização do discurso sobre esse referente. Que efeitos de sentido são mobilizados para produzir esse imaginário? De que modo os enunciados são resgatados pela memória discursiva e (re)atualizados no intradiscursivo? Como funciona tal (re)atualização?

Além disso, por atuar no trabalho simbólico da linguagem, essa noção se torna essencial à análise do não-verbal. Segundo Souza (2001, p.72), *a imagem não produz o visível, torna-se*

visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar. Se a imagem não traz em si seu significado, é somente por meio da paráfrase discursiva que é possível interpretá-la. Só é possível "ler" uma imagem ao associá-la a outras unidades significantes. Por isso, é importante verificarmos quais as relações entre as imagens das capas de *Veja*, assim como de qualquer outra unidade significativa que possa vir a contribuir com nossas análises.

Para compreendermos esse processo discursivo operado por imagens, acreditamos ainda ser fundamental fazer uma incursão pelo conceito de **reescritura**.

Grantham (2002)³⁹, no âmbito da AD, desenvolve essa noção em torno de sua reflexão sobre o processo de leitura. Para a autora (idem, p.236), a **reescritura** compreende *um processo de leitura em que os sujeitos-leitores deslocam sentidos já postos, mas não mudam de formação discursiva*. Em outras palavras, afirma que *os sujeitos-leitores não se limitam a reformulações da materialidade lingüística, mas passam a agir ativamente com o interdiscurso* (ibidem, p. 273).

Essa ação sobre o texto-origem⁴⁰ leva o sujeito-leitor a assumir uma posição de autoria, deslocando, assim, sentidos e deslizando o dizer já dito em *diferentes graus* até atingir o grau mais avançado, o que acarretaria em uma **escritura** do texto. Dessa forma, Grantham (ibidem), distingue reescritura de escritura, tratando esta última por ruptura com a FD dominante em que o sujeito-autor do texto-origem se inscreve. Temos, então, enquanto a **reescritura** é o processo de **paráfrase discursiva** em que os sentidos deslizam em diferentes graus, mas nunca saem do domínio da FD hegemônica do texto-origem, a **escritura** é o processo de *deriva de sentidos* que produz um rompimento com a FD, tornando o sujeito-leitor também autor de um novo texto.

Esses dois processos de leitura são opostos ao processo que a autora denominou de **releitura**. Segundo Grantham (2002), a releitura seria o *processo inicial de autoria* (ou *grau zero de autoria*, op. cit., p. 240), visto que está relacionada à *manutenção de sentidos* do texto-origem, constituindo **paráfrases intradiscursivas**. Nesse processo, o sujeito-leitor contenta-se em apenas fazer reformulações da materialidade lingüística, visando ao não deslocamento dos sentidos e a sua manutenção em uma mesma matriz de sentidos, conforme a autora (op. cit., p. 238) explicita em: *eles [os sujeitos-leitores] limitam-se a ler, pelos olhos do sujeito-autor, a realidade, a sociedade*.

³⁹ Em sua tese de doutorado "Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação" sob a orientação de Freda Indursky.

⁴⁰ Texto-origem é a designação tomada por Grantham (2002) para se referir aos textos que são submetidos à reescritura pelos sujeitos no processo de leitura.

Dessa forma, representaremos resumidamente a reflexão de Grantham (2002) no quadro abaixo:

Releitura	Reescritura	Escritura
Manutenção de sentidos Grau zero de autoria Paráfrase intradiscursiva	Deslizamento de sentidos Grau intermediário de autoria Paráfrase discursiva	Deriva de sentidos Grau avançado de autoria Paráfrase interdiscursiva

Sendo assim, observamos que, para a autora (*idem*), a reescritura está relacionada aos processos de deslizamento de sentidos, ocasionando o surgimento de outras posições-sujeito que se opõem, em diferentes graus, à FD na qual o sujeito-autor do texto-origem se inscreve. Deslocando essa noção para processos que não sejam de leitura, mas de (re)escritura de textos verbais e não-verbais, poderíamos considerar a reescritura em seu grau zero de deslizamento, o que teríamos não uma releitura da imagem ou da palavra, mas uma produção de sentidos cujo grau de deslocamento fosse nulo.

Dessa forma, a reescritura compreenderia movimentos de paráfrase que fossem de um nível interdiscursivo a um nível intradiscursivo sem que pudéssemos sair do seu domínio.

Observamos, ainda, a necessidade de relacionar nossa reflexão ao ponto de vista de Guimarães (1999) sobre esse conceito. Adotando uma Teoria da Enunciação atravessada pela Análise de Discurso pêcheutiana, Guimarães (2002) entende reescritura como o processo de deriva de sentidos entre designações (que podem se dar por meio de anáforas, catáforas, elipses, repetição etc.) durante o processo enunciativo de um texto. Para o autor, essa movimentação de sentidos, que dá progressão ao texto, constitui sua textualidade, sendo, portanto, *os procedimentos de textualidade procedimentos de reescritura* (Guimarães, 1999, p. 4). Como podemos perceber, o autor inscreve esse processo na ordem do diferente.

Por outro lado, o deslizamento ou a *deriva de sentidos* (como prefere Guimarães, 1999 e 2002) pode apresentar-se em um grau nulo como sugerimos, o que vai ao encontro da observação do autor (1999, p.5) de que *o processo de reescritura pode parafrasear ou escandir uma seqüência para estabelecer um ponto de identificação/correspondência*.

Guimarães (*idem*) define **reescritura**, então, da seguinte forma: *[os procedimentos de reescritura] são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito*. Considerando essa repetição não interna ao texto, mas entre textos enquanto *unidades significativas* (Orlandi, 1984), poderíamos postular que a *ressonância*

interdiscursiva de significação entre as capas⁴¹ de *Veja* produzidas sobre Lula, se considerada uma repetição insistente e contínua de sentidos que apontam para certa direção, corresponderia ao procedimento de **reescritura** que, por sua vez, permite-nos dar maior visibilidade ao processo de produção do imaginário de *Veja* sobre Lula.

Procuramos, em nossas análises, compreender se de fato a relação parafrástica entre as capas, concebidas como textos, configura-se como uma reescritura da ordem do contínuo e do insistente, como propõe a noção de reescritura de Guimarães. Em caso de manifestação desse tipo de reescritura, buscaremos verificar ainda se não há momentos em que o deslizamento de sentidos atinja um grau avançado, constituindo, assim, uma **escritura** de imagens ou de palavras do texto capa, o que tornará visível a produção de um outro imaginário.

A seguir apresentamos um quadro comparativo das seguintes noções: intradiscorso, interdiscorso, memória discursiva, paráfrase discursiva e reescrita.

⁴¹ Reforçamos que as capas de *Veja* são percebidas, neste trabalho, como textos compostos de SD imagéticas e SD verbais, por isso trataremos, em nossas análises, da reescritura tanto de imagens quanto de dizeres.

Intradiscurs so	Interdiscurso	Memória discursiva	Paráfrase discursiva	Reescritur a	Escritura
Eixo horizontal de sintagmatização ou linearização do enunciado ou saber advindo do interdiscurso. Nesse trabalho, tal conceito é mobilizado no momento de análise do funcionamento da produção de imaginário no fio discursivo.	Eixo vertical que abriga todos os saberes não-linearizados. Configura-se como um complexo de FD que se encontram em relação. Mobilizamos esse conceito ao nos referirmos aos saberes a respeito do comunismo e da esquerda.	É o já dito que pode vir a ser reatualizado sempre passando por uma FD. É, portanto, o movimento de repetição de um enunciado entre o eixo vertical e o eixo horizontal. Esse conceito nos é fundamental ao abordarmos a reatualização ou repetição dos saberes em torno do imaginário sobre comunismo ou esquerda.	É uma unidade significativa que estabelece relações de sentido com outra unidade. Essa relação pode ser de semelhança, funcionando dentro de uma matriz de sentidos, ou de oposição, funcionando no interdiscurso. Abordamos a noção de paráfrase discursiva, sobretudo, ao nos referirmos às relações de sentido entre representações imagéticas.	É a repetição insistente e contínua de um texto verbal ou não-verbal. A partir dessa noção, buscamos verificar o modo como a reescritura do texto verbal e não-verbal das capas de <i>Veja</i> dá visibilidade ao funcionamento da produção do imaginário de <i>Veja</i> sobre Lula.	É a ruptura na cadeia contínua de repetição de um processo de reescritura. É importante termos o processo de escritura como uma hipótese de trabalho durante nossas análises, visto que essa possível ruptura no processo de reescritura manifestaria a produção de um novo imaginário de <i>Veja</i> sobre Lula.

Com essas considerações, finalizamos o quadro teórico elaborado para compor nosso dispositivo de análise, tendo em vista que exploramos os conceitos fundamentais para iniciarmos nossa investigação. Cabe destacar, no entanto, que nossa incursão teórica não cessa definitivamente, pois, devido à necessidade das análises, outros conceitos poderão surgir, assim como outros deslocamentos teóricos podem ser necessários. Encaminhemos, portanto, nosso trabalho à preparação das análises.

PARTE II
PREPARAÇÃO ÀS ANÁLISES

1. SOBRE O OBJETO

Este trabalho apresenta como **objeto de reflexão** o processo pelo qual o grupo jornalístico *Veja* produz o imaginário sobre Luiz Inácio Lula da Silva. A produção de tal imaginário nos permite compreender o modo como um meio de comunicação com grande circulação feito *Veja* mobiliza a memória discursiva, relacionando o interdiscurso a uma determinada FD.

Para compreender o funcionamento desse processo, é preciso tomar como **objeto de investigação** o discurso do grupo *Veja* sobre tal referente. Tratar do referente discursivo Lula significa estreitar relações com o **campo do político**, o que nos exige fazer algumas distinções.

De imediato, passamos a distinguir *político* de *política*. **Político**, segundo Rancière (1995, p. 51), é o conjunto de:

processos através dos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação desta distribuição (Rancière, 1996, p. 51).

Essa definição vem ao encontro do conceito elaborado por Corten (1999, p.37) para quem *política* significa "*a área funcional especializada, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas*", enquanto que **Político**, para o mesmo autor (idem), diz respeito *a uma representação*. Por *representação do político*, o autor (ibidem) entende se tratar da "*cena das forças políticas construída pelo discurso*". Corten (op. cit., 38) afirma ainda que o **político** não pode ser confundido com o **discurso político**, visto que o primeiro, embora não se estenda a qualquer possibilidade de relação de forças, *não se limita ao campo do discurso político*.

Se é via discurso que o político se manifesta, podemos direcionar esse estudo à reflexão de Indursky (2002b, p. 117) de que *o político se constrói por meio dos discursos em circulação no discurso social*, considerado como uma *dispersão* de discursos que circulam na sociedade. Para a autora (idem), o *político* é definido como *o trabalho de construção discursiva do social*.

Portanto, para a AD, o que interessa discutir é o *político* e não a *política*. Sendo assim, salientamos que, em nosso trabalho, não temos o objetivo de traçar parâmetros de análise das práticas político-partidárias do PT que são próprias do **campo da política**, tampouco nos

interessa investigar o **discurso político de Lula**, avaliando sua filiação partidária e seu programa de governo. O que está em discussão é o **discurso jornalístico de *Veja sobre*** as práticas políticas petistas e *sobre* o discurso político de Lula.

Segundo Mariani (1998), o discurso jornalístico diz respeito a uma modalidade de **discurso sobre**. Para a autora (idem, p. 60), *os discursos sobre são discursos intermediários* através dos quais o enunciador torna objeto aquilo sobre o que fala projetando seu discurso como intermediário entre este e o interlocutor. No discurso jornalístico, isso é o que permite a *institucionalização dos sentidos* (ibidem), ou seja, estando a imprensa em um *lugar de autoridade* - afinal *não é de qualquer lugar que se pode 'falar sobre'* (op. cit., 241) -, os sentidos vão sendo linearizados nas narrativas jornalísticas de modo a produzirem o efeito de *homogeneidade da memória*. Há a produção, nesse ponto, de um *consenso* que pode vir a constituir a *história oficial*.

Interessa-nos discutir, neste trabalho, o papel de *Veja*, enquanto *instituição* jornalística, na produção de sentidos sobre Lula, o que produz um imaginário que discursiviza a narrativa da trajetória política do candidato.

Para tanto, a análise do discurso de *Veja*, como sabemos, não pode ser feita de modo direto. Sua apreensão só é possível por meio da **materialidade textual**, considerada por Orlandi ([1984]/1996) **unidade de análise**. Como objeto ou unidade de análise de nossa pesquisa, elegemos as capas de revista devido à sua composição simbólica diversificada e instigante.

Além disso, é com a capa que o leitor tem o primeiro contato com a revista. É, a partir dela, que este decide adquiri-la ou não. Desse modo, o texto *capa de revista* nos incita a investigar o modo como o grupo *Veja* estimula seus leitores ao consumo de suas matérias por meio de suas capas. Como *Veja*, sendo um grupo ocupante de um lugar discursivo específico, materializa o imaginário que produz sobre Lula em suas capas nos períodos eleitorais? Compreender o funcionamento desse processo em um período em que a sociedade prepara-se para eleger o representante máximo do Estado é a principal questão que norteia este trabalho.

2. SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA

A fim de expormos o modo como nosso procedimento de trabalho está estruturado, desde já é importante ressaltar a tomada de posição da Análise do Discurso frente à **questão metodológica**. A AD, sendo contrária ao cientificismo positivista, não apresenta um modelo de análise pré-determinado cuja aplicação pudesse se estender a diferentes abordagens. Embora tenha de início buscado esboçar uma metodologia específica para a disciplina, Pêcheux (em Pêcheux & Fuchs, [1975]/1993) abandona essa pretensão de cientificidade ao reconhecer que seu objeto teórico não admite ser homogeneizado. Delimitar os contornos do discurso seria o mesmo que separá-lo, assim como a língua sistêmica, de toda a heterogeneidade que o constitui.

Dessa forma, o que garante consistência à **interpretação** do analista é a sustentação da teoria. Para não deixar-se levar pela determinação ideológica a que conduz seu próprio gesto interpretativo, o analista deve "fincar os pés" na teoria que lhe serve de base. Isso não significa, como salienta Orlandi ([1984]/1996), p.61), que a posição de analista seja *uma posição neutra*, mas esta é relativizada devido ao aparato teórico de que disponibiliza.

Por isso, o procedimento de trabalho, na AD, é *um movimento em espiral* (Mittmann, 2007, p. 155) entre teoria e análise, um movimento contínuo de transformações através do qual teoria e prática se misturam, e dessa mistura fagulhas de reformulações teóricas surgem, reavivando sempre a produção de conhecimentos na área.

É nessa perspectiva que Orlandi (1986, p.123) afirma que a AD se configura como *um espaço aberto à reflexão*, cujas fronteiras flexíveis, tais quais as da formação discursiva, são sempre passíveis à movimentação e à reconfiguração.

Sendo assim, Mittmann (2007, p. 155) chama atenção para o fato de que o procedimento metodológico deve ser constituído segundo a *teorização do objeto de análise*, o discurso, percebido como um *objeto teórico*.

Sob esse ponto de vista, objetivamos construir nosso dispositivo de análise em torno de dois objetivos principais:

- compreender o funcionamento discursivo das capas de *Veja*, tornando visível a produção dos efeitos de sentido e seu direcionamento plenamente ideológico na produção do imaginário sobre Lula durante os períodos eleitorais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006;
- analisar o modo de configuração da FD na qual se insere o discurso do grupo *Veja* sobre Lula.

Perceber o imaginário de *Veja* sobre Lula como um processo e não como um produto vai ao encontro do postulado da AD de que a disciplina *não trabalha com as evidências, mas com o processo de sua produção* (Orlandi, 1996, p. 44). Isso significa dizer que a AD rejeita a noção positivista de **dado** como sendo produto do processo, em favor da noção de **fato** que permite ao analista compreender o funcionamento discursivo do processo em sua relação com as condições de produção, o que inclui, na análise, a exterioridade, o sujeito, a historicidade.

Assim, não é objetivo da AD descrever exhaustivamente seu objeto como afirmaram Guilhaumou e Mالدیدیر (1994, p. 170) *não é na descrição sistemática do corpus que a análise do discurso, tal como se mostra historicamente, constrói suas provas*. Assim, "as provas", ou os argumentos que sustentam o gesto interpretativo do analista, não são produtos de "quantificações", mas da **teorização** sobre o objeto de estudo. Por isso, não nos é interessante descrever o funcionamento de todas as capas de *Veja* em que Lula aparece, mesmo que selecionássemos apenas aquelas dos períodos eleitorais. Como veremos a seguir, a partir do conceito de recorte discursivo, um texto *capa de revista* pode representar discursivamente todo um período eleitoral. É desse modo que se considera em AD o trabalho com fatos de linguagem os quais nos permite compreender o funcionamento de *porções de linguagem em situação* (Orlandi, 1984) no discurso.

Considerando a noção de fato de linguagem, adotamos, com base em Mittmann (2007, p.159), o seguinte percurso de análise: partimos do *texto capa de revista* enquanto *unidade de análise*, para, assim, chegarmos ao discurso do grupo *Veja* sobre Lula, nosso *objeto de análise e de teorização* e, deste, ao *processo* de constituição do imaginário do grupo *Veja* sobre Lula, nosso *objeto de reflexão*.

3. SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Detalhamos, a seguir, as diferentes etapas de nosso trabalho.

1º Levantamento da materialidade textual e constituição do arquivo de pesquisa.

Nessa etapa do trabalho, buscamos fazer um levantamento das capas e reportagens referentes a Lula nos períodos eleitorais dos quais ele participara. Considerando que o **arquivo**⁴² *nunca é dado a priori* (Guilhaumou & Malidier, 1994, p. 164), constituímos nosso arquivo de pesquisa, reunindo capas e reportagens tanto de *Veja* quanto de *IstoÉ Senhor* e *Carta Capital*⁴³ por crermos que essas duas revistas mantêm com *Veja* uma relação de oposição a propósito do *discurso sobre* Lula, constituindo, assim, um **co-texto** para nosso objeto de análise. Em nossas análises, o co-texto é designado por *blocos de apoio*. *Co-texto*, segundo Guilhaumou e Malidier (1994, p. 168), trata-se do *conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado*, ou seja, considerando o contraste entre as posições tomadas pelos diferentes grupos jornalísticos podemos ter uma maior compreensão do modo de funcionamento do discurso do grupo *Veja* sobre Lula (DVL).

Com relação às capas de *Veja*, é importante salientar que as buscamos, em sua maioria, na **web**, por meio de um *link* de acesso ao hipertexto *arquivo Veja* na página virtual da revista *Veja on line*. Em um trabalho anterior (Fernandes, 2007), analisamos como que a disposição e o controle dos acessos na *home page* de *Veja* constituem um modo de *leitura de arquivo* que se pretende plenamente *literal e institucional* (Pêcheux, [1982]/1994, p. 57).

Em meio à **dispersão** dos documentos concernentes a Lula no plano do ciberespaço, o grupo *Veja* impõe uma leitura limitada aos sentidos produzidos em seu **lugar discursivo**. Esse meio virtual de gerenciar a interpretação nos faz compreender o *arquivo Veja on line* como *um dispositivo normalizador/normatizador dos gestos de leitura a partir dos quais se interpretam/produzem sentidos*, tal qual a definição proposta por Zoppi-Fontana (2002, p. 183). É nosso objetivo, portanto, desconstruir essa leitura imposta, direcionada, tornando evidente *o processo de produção das evidências de sentido* que constituem o imaginário de *Veja* sobre Lula.

⁴² Por arquivo, no seu sentido amplo, entendemos juntamente com Pêcheux (1994, p. 57) em se tratar de "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão".

⁴³ Encontramos dificuldades para encontrar um meio jornalístico oposto a *Veja* que desenvolvesse sua prática discursiva em todo o período considerado para a pesquisa. Por isso, admitimos o contraste com *IstoÉ Senhor* para o período de 1989 e com *Carta Capital* no período de 2006. Ao contrário do grupo *Veja*, essas revistas não estão dispostas em arquivos digitais, apenas temporários, e sua frequência nas bibliotecas é quase nula.

2º Definição dos objetos de análise

Para considerarmos o processo discursivo em toda sua amplitude é preciso, como definiu Courtine (1981, p. 52) considerar o *tempo longo* de produção de um discurso. Por isso, não tomamos o processo de produção de DVL em sua forma pontual, por meio da qual analisaríamos apenas as capas referentes aos períodos eleitorais. De outro modo, para compreender o direcionamento de sentidos produzido pelo grupo *Veja*, é preciso compreender como se dá o processo de constituição do seu lugar discursivo e de sua filiação ideológica, o que repercutirá na produção do DVL desde a primeira formulação de *Veja* sobre Lula.

Assim, neste estudo, ampliamos o recorte temporal o permitindo ir de 1968, ano de surgimento da revista *Veja*, passando pelas primeiras formulações sobre Lula em suas capas de 1980 e 1981 chegando até 2006, ano ao qual se limita esta pesquisa. Considerando a noção de fato discursivo, ressaltamos que não é de nosso interesse analisar todos os textos capas em que Lula aparece durante esse período cronológico, mas apenas aquelas que nos servem como "porções" de situação discursiva.

Sendo assim, dentro do processo discursivo de produção do imaginário de *Veja* sobre Lula, analisaremos a produção de outros dois imaginários, a saber:

Imaginário do grupo Veja sobre si: o qual torna visível o processo de constituição da FD na qual o grupo se inscreve. É constituído por recortes de textos das seções da revista: *Carta ao leitor* e *Cartas* (do leitor), esse último recorte é considerado apenas **efeito de discurso do leitor real**, o que, para nós, constitui-se no próprio discurso de *Veja*.

Imaginário do grupo Veja sobre o sujeito-leitor: permite-nos compreender como o grupo projeta a formação imaginária sobre o seu interlocutor, o que revela sua identificação ideológica com determinada classe social. É constituído por fragmentos de uma carta ao leitor e uma publicidade.

Considerando que os lugares sociais e sua materialização discursiva atuam significativamente na produção de sentidos, torna-se pertinente à análise de nosso objeto de reflexão verificar o funcionamento do imaginário que o grupo *Veja* produz para si e para seus interlocutores, enquanto formação imaginária do sujeito-leitor. Em outras palavras, para analisar o modo de produção de um imaginário sobre um referente, é preciso saber de que lugar o sujeito está enunciando e para quem este enuncia.

3º Trabalho de recorte e a constituição do *corpus* discursivo

Ao contrário dos lingüistas, os analistas de discurso não se ocupam do texto em toda a sua extensão, tampouco segmentam frases para estudá-las internamente. O trabalho do

analista, como propõe Indursky (1997), é o de *recortar seqüências discursivas*, de delimitar uma *porção de linguagem e de exterioridade* representativa de todo o processo discursivo.

A noção de **recorte** é assim formulada por Orlandi (1984, p.14):

O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. (Orlandi, 1984, p.14)

Por meio do trabalho de recorte, temos as seqüências discursivas (SD), definidas por Courtine (1981, p. 25) como "seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase" ⁴⁴. Salientamos, já nesse momento, que além de SD escritas nos ocuparemos da análise de SD imagéticas.

O trabalho de recorte é o que, na AD, permite constituir o *corpus* específico de análise, ou seja, o **corpus discursivo**, definido por Courtine (1981, p. 24) como *um conjunto de seqüências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso*⁴⁵.

O teórico (idem) ainda salienta que o *corpus discursivo* é uma construção do analista, não estando, portanto, definido *a priori*. O analista do discurso constrói o *corpus* segundo *as hipóteses que emite durante a definição dos objetos da pesquisa*⁴⁶, ou ainda, o *corpus* é constituído de modo que responda às questões propostas pelo analista na construção dos objetos a serem pesquisados/analísados.

Ainda seguindo Courtine (idem, p. 26), podemos estabelecer que nosso *corpus* se configura como um **corpus de arquivo**, visto que é constituído a partir de um conjunto de documentos sobre o mesmo tema, um arquivo sobre Lula. Considerando as capas da revista *Veja* como unidades de análise, podemos ainda caracterizar nosso *corpus* segundo a complexidade de sua natureza, então, teremos um **corpus complexo** que envolve seqüências discursivas (SDs) de naturezas diferentes, a verbal e a não-verbal. Além disso, nosso *corpus* torna-se complexo por mobilizar a temporalidade do ponto de vista diacrônico, ao tratarmos de diferentes recortes temporais e, em alguns momentos, também do ponto de vista sincrônico, confrontando textos que tratam do mesmo recorte temporal.

⁴⁴ Tradução de Courtine (1981, p. 25): "séquences orales ou écrites de dimension supérieure à la phrase."

⁴⁵ Tradução de: "Nous définirons *corpus discursif* comme un ensemble de séquences discursives structuré selon un plan défini en référence à un certain état des CP du discours" (Courtine, 1981, p. 24).

⁴⁶ Tradução de: "hypothèses émises dans la définition des objectifs d'une recherche" (Courtine, 1981, p. 24).

Com essas considerações, partimos de nosso arquivo de pesquisa para recortar seqüências discursivas de reportagens e selecionar as capas que mais representassem os períodos que delimitamos.

Para verificar o imaginário de *Veja* sobre si, foram recortadas SD das seções da revista: *Carta ao leitor* (de 11 de setembro de 1968, primeira edição de *Veja*) e *Cartas (do leitor)* (de 09 de março de 1994, 06 de novembro de 2002 e de 01 de junho de 2005), nas quais procuramos examinar a constituição da FD do grupo *Veja*, bem como a produção do efeito de discurso do sujeito-leitor produzido por *Veja*. Já a respeito do imaginário de *Veja* sobre o sujeito-leitor, selecionamos SDs da seção *Carta ao Leitor* de 02 de março de 1994 e do texto publicitário presente na mesma página do editorial. Sublinhamos que a numeração de todas as SDs analisadas no trabalho corresponde à seção na qual é desenvolvida, ou seja, a numeração começa em 01 a cada nova seção de análise.

Com relação ao imaginário de *Veja* sobre Lula, essa parte da análise, sobre a qual se apóiam nossos principais questionamentos, está estruturada conforme os períodos eleitorais de que Lula participara de 1989 a 2006.

Esses períodos foram organizados em **grupos**. Assim, cada grupo, com exceção do grupo E que trata da vitória de Lula em 2002, trata de um período da campanha petista à Presidência da República, podendo abranger um recorte temporal mais amplo como consta a seguir:

Grupo A: ciclo temporal de abril de 1980 a março de 1981 e o período eleitoral que vai de setembro a dezembro de 1989;

Grupo B: período eleitoral de março a outubro de 1994;

Grupo C: período eleitoral de março a outubro de 1998;

Grupo D: ciclo temporal de julho de 2001 ao período eleitoral de março a outubro de 2002;

Grupo E: período pós-eleitoral de 30 de outubro de 2002 a agosto de 2004;

Grupo F: ciclo temporal de junho de 2005 a junho de 2006, passando pelo período eleitoral de março a novembro de 2006 período e o período pós-eleitoral de 08 de novembro de 2006.

Com exceção dos grupos C e D, introduzimos cada grupo com um trecho da biografia de Lula feita por Denise Paraná em sua obra "O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula" a fim de contextualizarmos o tema de nossa pesquisa. Por tratar da primeira candidatura de Lula, apenas o grupo A traz um número maior de recortes biográficos, dentre eles, estão recortes, além da obra citada, também do texto biográfico produzido por Frei Betto e publicado na revista *Caros Amigos* em função da primeira vitória de Lula à Presidência da República.

Salientamos que esses recortes não constituem nosso objeto de análise, portanto não são examinados.

Como é de praxe na revista *Veja*, em cada eleição para Presidente, o grupo jornalístico realiza uma matéria de capa com os candidatos. Sendo assim, elegemos como *corpus principal* de nosso estudo as capas de *Veja* cuja matéria de destaque é a candidatura de Lula. Assim, cada grupo enfoca a análise da capa que representa o período eleitoral ao qual ele corresponde, salvo o grupo E que trata da capa da primeira vitória de Lula em 2002 e do grupo F que, além da capa da reeleição, traz a capa sobre sua segunda vitória em 2006. Vejamos como isso está organizado:

Grupo A: capa de 04 de outubro de 1989 (texto 03)

Grupo B: capa de 02 de março de 1994 (texto 05)

Grupo C: capa de 10 de junho de 1998 (texto 07)

Grupo D: capa de 04 de julho de 2001 (texto 08)

Grupo E: capa de 30 de outubro de 2002 (texto 09)

Grupo F: capa de 27 de setembro de 2006 (texto 13) e da capa de 08 de novembro de 2006 (texto 18).

Dessas materialidades tomadas como textos, recortamos, além de SDs escritas, SDs imagéticas nas quais examinamos o funcionamento tanto da linguagem verbal quanto da não-verbal na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula.

No entanto, para uma maior amplitude do estudo do discurso de *Veja*, nossa investigação não se limita ao objeto de análise eleito. Com a finalidade de reforçar o exame dessas capas, analisamos, na condição de *corpus secundário*, SDs recortadas das reportagens das mesmas edições, bem como capas de *Veja* de outras datas fora do período eleitoral, capas e SDs das revistas *Istoé Senhor* (texto 04) e *Carta Capital* (textos 15 e 16), além de SDs recortadas das seções de *Veja: Carta ao Leitor* e *Cartas (do Leitor)*.

Devido a essa confluência de *corpus*, os grupos comportam dois tipos de blocos de análise: o **bloco principal**, que trata do corpus de análise propriamente dito, ou seja, as capas de *Veja* indicadas por textos 03, 05, 07, 08, 09, 13 e 18; e o **bloco de apoio**, um bloco complementar que trata do *corpus secundário*. Salientamos que esse último é mobilizado em função da necessidade de análise do *bloco principal* em cada grupo. Não há, portanto, uma ordem específica para sua disposição no grupo. A seguir, mostramos um esboço do que é examinado em cada *bloco de apoio*.

Grupo A:

Bloco de apoio 3.1.1: trata da análise das capas de *Veja* de 09 de abril de 1980 (texto 01) e de 04 de março de 1981 (texto 02).

Bloco de apoio 3.1.3: analisa SDs recortadas da reportagem de *Veja* de 06 de setembro de 1989; assim como da capa (texto 04) e SDs da reportagem de Istoé Senhor de 04 de outubro de 1989.

Grupo B:

Bloco de apoio 3.2.2: trata da análise das SDs da reportagem de *Veja* de 02 de março de 1994 e de SDs da seção *Cartas* (do Leitor) de 09 de março de 1994 e de 31 de agosto de 1994. Além disso, é examinada a capa que trata da vitória de Fernando Henrique Cardoso de 12 de outubro de 1994 (texto 06).

Grupo C:

Bloco de apoio 3.3.1: examina SDs da reportagem de *Veja* de 20 de maio de 1998 e de 10 de junho de 1998, além de SDs recortadas da seção *Cartas* (do Leitor) de 17 de junho de 98.

Grupo D:

Bloco de apoio 3.4.2: traz a análise da SD recortada da reportagem de 04 de julho de 2001 e de SDs recortadas das seções *Carta ao Leitor* de 04 de julho de 2001 e *Cartas* (do Leitor) de 09 de outubro de 2002.

Grupo E:

Bloco de apoio 3.5.2: analisa SDs recortadas da reportagem de *Veja* de 30 de outubro de 2002, SDs recortadas da seção *Cartas* (do Leitor) de 06 de novembro de 2002 e de capas de *Veja* de 15 de janeiro de 2003 (texto 10) e de 18 de agosto de 2004 (texto 11).

Grupo F:

Bloco de apoio 3.6.1: faz a análise da capa de *Veja* de 16 de junho de 2006 (texto 12).

Bloco de apoio 3.6.3: analisa a capa de *Veja* de 07 de setembro de 2005 (texto 14).

Bloco de apoio 3.6.5: examina SDs recortadas da reportagem de 27 de setembro de 2006, a SD recortada da seção *Carta ao Leitor* de 27 de setembro de 2006, as capas e SDs recortadas de reportagens de *Carta Capital* de 16 de agosto de 2002 (texto 15) e de 06 de setembro de 2006 (texto 16).

Bloco de apoio 3.6.7: faz a análise da capa de *Veja* de 22 de junho de 2005 (texto 19) e de SDs recortadas da reportagem de 08 de novembro de 2006.

Ao final de cada grupo, será feita uma síntese das análises desenvolvidas em cada parte, sendo que, ao término de todo o processo de análise, uma seção de considerações finais

procura articular os grupos, buscando resumir as principais conclusões obtidas na análise do discurso de *Veja* sobre Lula.

4º Descrição do funcionamento das SD verbais e imagéticas

Considerando a capa da revista *Veja* como texto, recortamos de sua materialidade SD tanto imagéticas quanto verbais para analisar o funcionamento do simbólico em suas diferentes formulações. Desse modo, é possível nos depararmos com o processo de reescritura em duas ordens: representado pelo verbal ou representado pelo imagético no texto. Podemos, portanto, ter reescritura entre imagens de Lula ou de Lula e de outros objetos discursivos, entre as SD verbais ou ainda entre SD verbais e imagéticas.

No âmbito geral da análise, nossa investigação está pautada em torno dos seguintes questionamentos: que efeitos de sentido produzem as formulações imagéticas e verbais das capas de *Veja*? Que relação de ordem parafrástica se estabelece entre as representações nesses textos? Essa ressonância significativa pode ser entendida como uma *reescritura de imagens*? Constatada a ocorrência de reescritura, podemos afirmar que, durante esse processo, há momentos de *escritura*?

Por meio da análise do processo de reescritura, buscamos tornar visível o funcionamento da produção do imaginário de *Veja* sobre Lula, o que nos possibilitará entender em que FD o discurso desse grupo jornalístico se inscreve.

PARTE III
A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO EM *VEJA*

1. A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DO GRUPO *VEJA*

Antes de procedermos à análise do imaginário que o grupo *Veja* produz sobre Lula - objeto sobre o qual incidu nosso procedimento de análise propriamente dito - analisaremos o modo de configuração do lugar discursivo de *Veja* a partir do imaginário que esse grupo produz de si. Além disso, buscaremos compreender a projeção ideológica que *Veja* produz de seus interlocutores por meio da análise do imaginário de *Veja* sobre o sujeito-leitor.

1. 1. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA REVISTA *VEJA*

Em 11 de setembro de 1968, a editora Abril, já há vinte anos no mercado editorial de semanários, lança o primeiro número da revista *Veja* tendo por reportagem de capa os duelos políticos na, então, URSS. Há apenas quatro anos do golpe militar no Brasil, o grupo Abril consegue autorização para inaugurar um veículo de comunicação que ultrapassa o mero entretenimento - como vinha fazendo até então com as revistas em quadrinhos da *Walt Disney*, as revistas femininas *Cláudia*, *Capricho* e a de cunho automobilístico *Quatro Rodas*.

A revista *Veja* surge como uma grande aposta da editora. Para compor seu quadro de redatores, a Abril selecionou, por todos os estados, cem jovens jornalistas, muitos deles ainda em fase de graduação, e lhes proporcionou um *Curso Intensivo de Jornalismo*, o que revela o desejo da editora em formar um grupo coeso e seleto a respeito da linha editorial a ser seguida.

Terminado o curso, apenas a metade dos candidatos pôde ingressar na equipe. Além desse processo seletivo contemplar várias regiões do país, a Abril montou uma infra-estrutura de reportagem por todas as capitais brasileiras, compondo o que chamou de *uma complexa rede de telecomunicações*. Essas sucursais de reportagem mantêm-se até hoje em contato constante com a redação de São Paulo, ou seja, é a equipe editorial paulista que controla toda a produção, edição e circulação da revista.

Observamos que, embora a materialidade textual de *Veja* seja produzida por diversos jornalistas advindos de diversas partes do Brasil e até do mundo - como veremos a seguir -, é o corpo editorial de São Paulo que regula e controla os dizeres dentro do espaço de onde é possível enunciar em nome de *Veja*. A essa equipe editorial compete, portanto, a função-autor, que homogeneiza, ou pelo menos produz o efeito de unidade, para essas diferentes posições.

Além da cobertura nos territórios brasileiros, a editora ainda contratou serviços de agências jornalísticas estrangeiras para cobrir os acontecimentos internacionais. Aliás, segundo o próprio presidente da editora Abril, Victor Civita, o grupo *Veja* aprendeu a fazer jornalismo impresso com *as principais revistas congêneres em ação* do exterior. Redatores e editores foram enviados aos Estados Unidos e à Europa, para observar o que as potências econômicas do mundo ofereciam em termos de "potência informacional".

A informação é desde já percebida pelo grupo como um produto de consumo. A tomada de posição do presidente da editora Abril frente à fundação da nova revista é a de um empresário preocupado em conduzir um negócio rentável. Isso explica-se no fato de recorrer aos países, "potências industriais", considerando-os "potências informacionais", para "aprender" a produzir reportagens, ou seja, produtos com tecnologia. É nessa conjuntura social que desponta a revista *Veja* no cenário brasileiro, projetando-se como um símbolo de progresso no seio do regime militar. Na sequência, mostraremos de que modo o grupo *Veja* formula sua capa e reportagem de inauguração.

1. 2 A RELAÇÃO DE VEJA COM O COMUNISMO

Com o propósito de mostrar como se constitui o espaço de produção de discurso de *Veja* desde seu início, e tendo em vista que o discurso de *Veja* sobre Lula produz sentidos muito antes da formação do Partido dos Trabalhadores, consideramos oportuno analisar a primeira edição de *Veja* antes de passarmos às análises do nosso objeto de fato. Por meio dessa análise observaremos o modo como *Veja* se relaciona com o Comunismo já em suas primeiras formulações.

A primeira edição de *Veja* traz a seguinte imagem de capa:



(*Veja*, 11/09/1968)

Como podemos ver, o comunismo está presente já nas formulações iniciais do grupo *Veja*. Notamos que a primeira capa da revista é composta da representação imagética da foice e do martelo, símbolos do regime comunista, que originalmente representam a tomada do poder pelo proletariado. Por outro lado, percebemos que o grupo *Veja* se apropria de tal símbolo para deslocá-lo e fazê-lo simbolizar armas que são usadas em combate, significando assim o modo como se dá essa tomada do poder: por meio da força. Esse efeito de sentido é produzido a partir da representação imagética das mãos empunhando firmemente as ferramentas/armas que se cruzam como em um golpe de espadas. Desse modo, o sentido produzido pela simbologia comunista é plenamente deslocado de uma FD a outra, uma vez que, na FD comunista, a foice e o martelo simbolizam instrumentos de trabalho e a classe dos trabalhadores, já para o grupo *Veja* estes instrumentos representam luta armada. Assim como os símbolos do comunismo são ressignificados, o sentido da cor vermelha, que juntamente com o branco representam a bandeira comunista, também sofre deslocamentos passando a representar o sangue derramado pela luta armada.

Além disso, a inserção da cor preta na composição da simbologia do comunismo faz com que o efeito de sentido da representação desses símbolos se desloque ainda mais. Interpretamos que as cores branca e preta usadas para compor o plano de fundo da imagem funcionam discursivamente como representações imagéticas de duas posições-sujeito divergentes dentro da FD comunista. Um dos lados representa a posição dominante da FD comunista que está aliada aos saberes do regime russo, o qual defende um bloco monopolítico para os países comunistas, enquanto o outro diz respeito às posições-sujeito que se opõem ao sistema monopolítico, defendendo, portanto, a descentralização do poder e uma abertura maior ao capitalismo.

Considerando novamente a representação dos símbolos comunistas, percebemos que a mão que segura a foice vem do lado branco (lembramos que branco e vermelho são as cores do regime comunista) e invade o plano negro com seu instrumento de modo a aludir a uma invasão armada.

Notamos, ainda, que *duelo* é a única palavra a despontar no plano negro da capa, fazendo-nos interpretar que o conflito permanece no território invadido, o território daqueles que se manifestam contra o regime comunista. No caso da reportagem, esse território é a Checoslováquia.

A análise das SDs extraídas do texto da reportagem de que trata a capa nos ajuda a compreender a configuração da FD na qual se insere o discurso de *Veja* sobre o comunismo:

SD (01) *A **todo custo**, a Rússia pretende ser, ainda e sempre, o Sol.*

SD (02) *Durante os últimos vinte anos, o mundo comunista **pretendeu** ser uma grande galáxia, unida e brilhante, onde um sol **poderoso e infalível deveria dirigir** o movimento de todos os planetas.*

SD (03) *Desde que a galáxia foi formada, o Kremlin tem-se **esforçado**, por diversas maneiras, em ser o **sol único e incontestado**. Aos países que lhe giram em volta, nem sequer foi reconhecido até hoje o papel de planetas: de fato, no Ocidente, eles são chamados de satélites. Entretanto, nem tudo tem corrido de acordo com os planos do Kremlin: os satélites, ora um, ora outro, ensaiam há tempos sua **rebelião**. E o sol, a cada vez, fica menos luminoso.*

SD (04) *A **invasão da Checoslováquia rebelde**, ainda que muito menos **sangrenta** que as repressões de Berlim e Budapeste, põe em xeque um dos pontos altos da retórica comunista: o "bloco monolítico" — como se autodefinia a compacta e afinada galáxia vermelha —, já não é mais monolítico.*

SD (05) *Nem as famosas "milícias operárias" — guarda pretoriana formada em 1947 nos modelos stalinistas, **com o objetivo de sustentar os governantes impostos por Moscou** — chegaram a mexer uma palha em apoio dos **invasores**. A segunda prova está na condenação quase geral feita à **invasão** pelo comunismo internacional.*

SD (06) *Budapeste que em 1956 viu **afogado em sangue** o seu breve **sonho de liberdade**.*

SD (07) *Ludvik Vaculik, escritor e jornalista checoslovaco, de 41 anos, dizia: "A liberdade só existe onde não é invocada". Do Mar Negro ao Mar Báltico a humanidade vive de **privações**, leva uma **existência apertada**, sem as pequenas satisfações cotidianas e as comodidades do Ocidente, que, no entanto, os países da Europa oriental já conheceram.*

SD (08) *Dessa **luta** nasceu a crise, e, quando, num dos países do bloco, os liberais venceram a **batalha** contra os "apparatchiki", a crise explodiu em **interversão armada** — em Moscou, são os burocratas que mandam, os liberais estão neutralizados, e a experiência da Checoslováquia poderia inverter essa situação.*

SD (09) *O regime dos intelectuais, que pensavam pelos trabalhadores, foi **depurado com o sangue** e transformado no regime da burocracia.*

O texto da reportagem, intitulado "Rebelião na galáxia vermelha", faz circular o efeito de sentido de invasão armada e conflito como podemos observar nas expressões recortadas das SDs acima: *rebelião, rebelde, invasão, invasores, afogado em sangue, luta, batalha, intervenção armada* e de outras como: *soltar os tanques, execução, eliminarem, solução fatal, meio de pressão, força de polícia, luta antiimperialista*. Isso reforça o que propusemos anteriormente: a cor vermelha representa o sangue derramado em combate pela invasão dos comunistas.

Além disso, as SD 01, 02 e 03 produzem um efeito metafórico de comparação da União Soviética com uma galáxia e da Rússia lutando para continuar a ser o Sol que está no centro dessa galáxia, o qual rege o movimento de todos os planetas. No entanto, conforme a interpretação do grupo *Veja* na SD 03, esses países sequer possuem autonomia para gerarem-se como "planetas", eles não passam de satélites que orbitam em torno da Rússia, ou seja, estão sob seu pleno domínio e controle. A falta de liberdade desses países é também percebida por meio das SD 06 e 07 onde é textualizado o desejo de liberdade dos povos que estão sob domínio russo. Desse modo, notamos que a produção desses efeitos de sentido incide sobre a posição-sujeito que o grupo *Veja* toma com relação ao **comunismo**, mostrando-o como um **regime autoritário e perverso**.

A produção desse imaginário é mobilizada como argumento de rejeição ao regime comunista. Analisando mais detidamente a SD de número 07, observamos que o recém-formado grupo jornalístico, não só apresenta o **comunismo** como um sistema cruel e tirânico como também faz ressoar uma rede de formulações que o torna um **sistema deficitário, ultrapassado** tanto no âmbito da tecnologia quanto no das idéias. As formulações que seguem fornecem maior visibilidade a esse gesto interpretativo:

[Nas capitais comunistas da Europa] o tempo parou.

São as sombras do passado, em vago, irreal combustível para os sonhos.

O comércio é pobre, as vitrinas tristes, os preços de tudo muito altos.

Sua evolução tecnológica vai sendo freada.

A indústria química e eletrônica é rudimentar: os medidores de voltagem húngaros são ótimos, mas os telefones péssimos: a indústria de conservas polonesas é avançada, mas a indústria automobilística medíocre.

Percebemos que a posição-sujeito predominante neste texto vai traçando comparações entre os diferentes sistemas, mostrando que a deficiência do regime comunista é justamente não buscar igualdade com o capitalismo. O atraso tecnológico em produtos como telefones e automóveis representa para essa posição o resultado do fracasso do comunismo. Por outro lado, notamos que *Veja* silencia o discurso oposto de que a sociedade não necessita de futilidades para sobreviver, que roupas modernas (que faltam para "alegrar" *as vitrinas tristes*) não são melhores agasalhos que as roupas feitas pelas mãos das próprias matriarcas soviéticas.

Além de produzir o efeito de **evidência do fracasso do sistema econômico comunista**, *Veja* parte para produzir o mesmo efeito nas idéias que originaram o regime como observaremos nas análises das SD abaixo:

SD (10) *Marx **imaginava** que o capitalismo criaria um mundo de pouquíssimos ricos e de uma multidão infinita de pobres. Assim, a maioria seria proletária, e a revolução, proletária e democrática. A **previsão não se confirmou**: o proletariado hoje deseja integrar-se numa classe média cada vez mais numerosa.*

SD (11) *Marx partia da idéia de que o mundo sòmente poderia ser transformado pela **violência**.*

SD (12) *Enquanto o teórico do PC russo Mikhail Suslov disserta em Moscou sòbre o verdadeiro marxismo, **os tanques russos moem as ruas de Praga**.*

SD (13) *A **ideologia** é, no mundo comunista atual, um **leque** manuseado com discutível habilidade por Suslov — não chega a esconder os tanques, por exemplo.*

SD (14) *O regime dos intelectuais, que pensavam pelos trabalhadores, foi **depurado com o sangue** e transformado no regime da burocracia.*

SD (15) *O leque ideológico de Suslov é evidentemente hipócrita.*

SD (16) *Em Moscou o tema das manifestações era "a luta pela disciplina e contra as subversões ideológicas"*

Ao recuperar na memória do dizer o pensamento do filósofo Karl Marx nas SD 10 e 11, o grupo *Veja* argumenta que a "**ideologia**" **marxista** está **defasada** e que não atingiu os objetivos a que se propôs. Ao contrário, criou condições para que os trabalhadores fossem ainda mais explorados por uma ditadura cuja autoridade reprime manifestações com força armada como explicitado nas SD 12, 13 e 14. Logo, o que nos mostra a SD 13 é que a noção de "**ideologia**" é percebida por *Veja* como o pensamento que conduz, ao mesmo tempo em que mascara, ao **conflito**, à **destruição** e à **repressão** pelo regime totalitário. Os sentidos produzidos pela FD na qual se insere o discurso de *Veja sobre* o comunismo apontam para a ressignificação do conceito de ideologia tomado por Marx. A ideologia, enquanto modo de dissimulação (ocultação, mascaramento) das *reais condições de reprodução das forças de trabalho*, passa a ser mobilizada pelo grupo *Veja* como o *mascaramento da repressão comunista* evidenciadas nas SD 14, 15 e 16.

Percebemos que já em suas primeiras formulações *Veja* toma uma posição contrária a respeito do comunismo, o que vai determinar o modo como se *pode/deve enunciar* sobre o comunismo ou a esquerda, nesse lugar discursivo, constituindo, assim, uma FD que abriga

saberes anti-comunistas e que designaremos, neste trabalho, por **FD capitalista**, a qual determina o posicionamento do grupo.

Procuraremos mostrar, em nossas análises, como esses saberes se manifestam no discurso do grupo *Veja* sobre Lula. Analisaremos também se a configuração da FD em que *Veja* se inscreve determina um modo específico de enunciar sobre Lula, direcionando os sentidos sobre esse referente ao encontro do comunismo. E, ainda, se esses efeitos de sentido se mantêm na produção do imaginário que *Veja* produz sobre Lula e se poderemos considerar que essa repetição se dá de modo a constituir uma **reescritura** ou se há momentos em que seja possível observar prováveis efeitos de uma **escritura**.

Antes de passar à análise do imaginário do grupo *Veja* sobre Lula, faz-se necessário verificar como esse grupo jornalístico determina o imaginário que produz sobre si mesmo. Faremos isso por meio do exame do próprio discurso de *Veja*, materializado na seção *Carta ao Leitor*, e pelo discurso do sujeito-leitor, materializado na seção *Cartas (do Leitor)* da revista.

1.2.1 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DO GRUPO *VEJA*

Analisar o modo como o grupo *Veja* representa seu próprio lugar na sociedade e o lugar de seu interlocutor nos auxiliará a compreender o funcionamento do lugar discursivo que ocupa na produção do imaginário sobre Lula, isto é, como procede a tomada de posição frente a esse objeto discursivo. Lembramos, no entanto, que a análise da formação imaginária que *Veja* projeta para si e para seu leitor imaginário não compõe o objeto de análise do trabalho, mas é essencial para compreender o processo de produção do discurso do grupo *Veja* sobre Lula.

Para isso, recortamos SDs de *Carta ao Leitor* e *Cartas (do Leitor)*, seções da própria revista, e dividimos nossa análise em dois momentos. Em um primeiro momento, analisaremos as SDs referentes ao discurso de *Veja* sobre si percebido a partir das seqüências das *Carta ao Leitor* que compreendem seu próprio modo de enunciar. Em seguida, buscamos analisar o modo de produção desse mesmo discurso por meio do discurso do sujeito-leitor, compreendido aqui como **um efeito de discurso do leitor-real** produzido pelo grupo *Veja*. Para a compreensão desse último recorte, serão analisadas as SDs retiradas da seção *Cartas (do Leitor)*.

Na seqüência, partimos para a análise das capas de *Veja* referentes a Lula em seis momentos diferentes (1989, 1994, 1998, 2002, pós-eleição 2002 e 2006) cada um correspondendo a um período eleitoral específico. Tais momentos estão organizados em grupos de A a F. Desse modo, concluímos nosso estudo com a análise das formações imaginárias de *Veja* sob três pontos de vista: a formação imaginária que o grupo *Veja* projeta sobre si, sobre seu interlocutor (o leitor imaginário) e sobre seu referente (Lula).

1.2.1.1 O IMAGINÁRIO DE VEJA SOBRE SI A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS FORMULAÇÕES

Conforme a *Carta ao leitor* da primeira edição da revista *Veja* assinada por Victor Civita, presidente da editora Abril, *Veja* se propõe como um meio de comunicação moderno aliado ao progresso e ao desenvolvimento do país como podemos perceber nas seqüências discursivas (01) e (02).

SD (01) *Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros* (Carta ao leitor, 1ª edição, 11/09/1968).

SD (02) *O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E êste é o objetivo de VEJA.* (Carta ao leitor, 1ª edição, 11/09/1968).

Nota-se que o grupo Abril materializa discursivamente o lugar social da imprensa que já está legitimado pela estrutura social conforme os princípios do jornalismo clássico: informação clara, objetiva e imparcial, projetando esses saberes na formação imaginária que produz sobre *Veja*. A cristalização do lugar social da imprensa faz com que Mariani (1998, p. 68) perceba o discurso jornalístico como um *discurso institucional* cuja finalidade é produzir a *ilusão de literalidade do sentido*.

Materializando discursivamente esse lugar social, *Veja* produz um imaginário para si que lhe possibilita tomar uma posição de autoridade e legitimidade frente às narrativas jornalísticas. Seu discurso passa a produzir o efeito de "verdade incontestável" e "mera narração dos fatos".

Mais que a pretensão de revelar "a verdade", *Veja* se projeta ainda como o veículo que conduzirá a sociedade brasileira a "tomar novos rumos", ao abranger diferentes áreas do conhecimento indo das ciências e da economia à política, às artes e à educação; levando informação a qualquer região do país ao mesmo tempo.

Foi assim que a revista *Veja* procurou ocupar seu espaço na sociedade brasileira, projetando um imaginário que busca credibilidade e reconhecimento nacional para ocupar um lugar na formação da opinião pública.

Durante quase quarenta anos de sua presença no mercado de informação, *Veja* continua projetando para si essa mesma formação imaginária como forma de dissimular sua constituição ideológica. É por meio de sua filiação ideológica que o grupo produz *a evidência de sentidos* nas narrativas jornalísticas, produzindo, dessa forma, o efeito de que sua prática discursiva é de "apenas mostrar o que realmente acontece no país, sem *distorções ideológicas*".

Sendo assim, com relação às relações políticas, *Veja* produz o efeito de ocupar um lugar de neutralidade e imparcialidade que é apenas relativizado em nome da "ética", vista como um "consenso".

Percebemos a produção desses efeitos de sentido na SD (03) recortada da seção *Carta ao Leitor* da edição de 1º de junho de 2005, intitulada "Nem golpe nem conspiração". Nesse texto, o corpo editorial da revista *Veja* procura se defender das acusações petistas de golpe e conspiração contra o governo, argumentando a favor de sua imparcialidade e objetividade.

SD (03) VEJA afirma aqui que não escolhe suas reportagens investigativas com base em preferências partidárias ou ideológicas - e as publica porque a hipótese oposta, a de engavetá-las, seria eticamente intolerável. A revista não tem a intenção ou a vontade de que suas reportagens causem crises políticas ou desestabilizem governos democráticos. Como sempre fez em seus 37 anos de história, VEJA toma a decisão de publicar denúncias tendo como único objetivo servir a seus leitores e ao interesse público. (Carta ao leitor, "Nem golpe nem conspiração", 1º de junho de 2005).

O discurso do grupo *Veja* projeta a formação imaginária de um meio plenamente comprometido com a sociedade, que está a serviço dela para mostrar-lhe o que lhe é omitido, para assim revelar o que os governantes fazem com o dinheiro público. É assim que o grupo *Veja* argumenta ao defender o efeito de denúncia que produz sobre o governo Lula, negando, absolutamente, qualquer orientação ideológica, como se os meios de comunicação fossem intocados pela ideologia, logo podendo ser plenamente neutros e imparciais.

Observamos, ainda, que **ideologia** significa, para o grupo *Veja*, o *mascaramento da subversão comunista*, sentido que vai sendo estendido a todo partido de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores. Mostrando estar filiada à FD capitalista, *Veja* rejeita a ideologia como aquilo que *não pode e não deve ser dito em seu espaço de enunciação*.

Ora se *a produção de sentidos em certa direção*, como propôs Orlandi (1996), então entendemos que a pretensa neutralidade do grupo *Veja* já resulta de sua constituição ideológica. Além disso, o apelo à ética no âmbito político também revela o funcionamento ideológico da linguagem. Percebida como um "consenso", a ética passa a significar o "critério de condenação" aos políticos corruptos. A denúncia e os escândalos produzidos pelo discurso da grande imprensa são, portanto, justificados em nome do zelo à ética.

Nessa seção, buscamos mostrar como o grupo *Veja* se reconhece no lugar social da imprensa brasileira, produzindo, para si, um imaginário de veículo de comunicação comprometido com a verdade, isento de orientações ideológicas ou partidárias, prestadora de serviço público no sentido de dar à sociedade ciência dos fatos omitidos no âmbito do político. A seguir, veremos como o grupo projeta esse mesmo imaginário no discurso do sujeito-leitor que, para nós, é seu próprio discurso dissimulado nos recortes que faz do texto dos leitores.

1.2.1.2 O IMAGINÁRIO DE VEJA SOBRE SI A PARTIR DE FORMULAÇÕES DO SUJEITO-LEITOR:

Com o propósito de criar um efeito de polifonia⁴⁷, o que viria a sustentar a ilusão de imparcialidade, a revista *Veja* apresenta uma seção destinada a publicar fragmentos das cartas de leitores que são enviadas à sua redação. Assim, a seção *Cartas* publica em cada nova edição fragmentos de cartas de leitores comentando a edição anterior. Com isso, o grupo *Veja* busca legitimar seu lugar na imprensa brasileira, mostrando-se "aberto" a diversas opiniões. Percebemos essa "abertura" à voz do outro como um efeito de "neutralidade" ao mesmo tempo em que fica dissimulando seu próprio ponto de vista por trás da voz do outro, como se pode notar pelo modo como é constituída essa seção da revista.

⁴⁷ Conceito importado de Bakhtin (1981) para quem a polifonia consiste na manifestação do princípio dialógico da linguagem, ou seja, é a manifestação de diferentes vozes em um mesmo enunciado. Consideraremos, para este trabalho, a polifonia como a incorporação de diferentes discursos, vozes sociais, na constituição da seção *Cartas*.

As cartas que chegam à redação de *Veja* não são publicadas na íntegra nem o espaço físico destinado a essa seção permite que sejam publicadas todas as cartas, logo se faz necessária uma seleção. É nesse ponto que o ideológico se manifesta. O grupo *Veja*, ao selecionar as cartas e ao recortá-las, o faz segundo sua interpelação ideológica, direcionando os sentidos segundo sua própria interpretação.

O controle e gerenciamento do dizer no espaço discursivo da revista funcionam de modo a efetuar o recorte da materialidade das cartas dos leitores de acordo com *o que pode e deve ser dito* na FD em que se inscreve o grupo *Veja*. Há, portanto, uma **censura** dentro desse domínio de saber que permite que alguns dizeres tenham voz e outros sejam silenciados. Por meio desse processo, é produzido um efeito de **consenso** entre os leitores, simulando que aquele discurso materializado nas páginas da revista possui um sentido único, comum e social.

A partir das SDs abaixo, buscamos compreender como esse grupo dissimula a projeção imaginária que cria para o seu próprio lugar social nas formulações retiradas das cartas dos leitores.

SD (01) *Cumprimento o jornalista Elio Gaspari por ter escrito uma **reportagem isenta e com muita informação** sobre Lula e o PT (Veja, Cartas, 09/03/94, p.14).*

SD (02) *Gostaria de cumprimentar *Veja* pelo exemplar comportamento demonstrado em todo esse processo eletivo brasileiro. Um **veículo de comunicação atuante, responsável, imparcial e democrático**. [...] todos os brasileiros devem continuar nessa jornada cívica de discussões, opiniões, palpites, críticas e sugestões (Veja, Cartas, 06/11/2002, p. 26).*

SD (03) *VEJA expõe **sem medo e com clara independência** o lamentável estado de nosso país: um doente quase terminal. Tal qual uma infecção generalizada, a corrupção está a matar o nosso país, à medida que as partes ainda sãs de nosso organismo nacional são contaminadas pela rápida decomposição dos diversos poderes, órgãos e setores do Estado (Veja, Cartas, 01/06/2005, p. 32).*

A partir das SD (01) e (02), vemos que a cobertura das eleições, no caso a de 1994 e a de 2002, é vista como "imparcial" e "objetiva", o que determina os "cumprimentos" dirigidos ao grupo jornalístico. Esse efeito de sentido vem ao encontro do imaginário de *Veja* como veículo imparcial de comunicação cujo interesse é apenas relatar fatos, mostrar a verdade tal qual ela se apresenta.

Já na SD (03), o modo como *Veja* discursiviza sobre a corrupção no governo Lula é percebido como um efeito de "denúncia" e independência com relação ao Estado. Os

cumprimentos aqui não são pelo efeito de neutralidade do grupo jornalístico, mas por seu "compromisso social" (conforme o próprio discurso de *Veja*) em relatar o que acontece no país. Sendo o combate à corrupção considerado um consenso na sociedade brasileira, o grupo *Veja* projeta para si um imaginário de veículo de comunicação isento de orientações ideológicas e comprometido em dar ciência à sociedade dos atos ilícitos cometidos no governo.

Percebemos que os efeitos de sentido que perpassam a formação imaginária da revista *Veja* projetam-se sobre a voz do sujeito-leitor, o que produz **um efeito de discurso de leitor real**. A dissimulação do modo de constituição desse discurso faz com que o imaginário de *Veja* sobre si seja projetado como **consensual** entre seus leitores. Consenso este que sabemos ser produzido por meio da **censura** que silencia discursos que a criticam dentro do espaço de produção e gerenciamento da revista.

Devido a esse funcionamento de *Veja* como um aparelho de poder gerenciador do dizer, notamos que a seção *Cartas* mostra, na verdade, o imaginário de *Veja* sobre si, o qual faz com que o grupo legitime seu lugar discursivo como imprensa.

1.2. 1. 3 IMAGINÁRIO DO GRUPO VEJA SOBRE O SUJEITO-LEITOR

Compreender como o grupo *Veja* projeta o imaginário de seu leitor é examinar como se dá a identificação ideológica desse grupo quanto ao *discurso sobre Lula*. As análises que compõem esta seção dão suporte, portanto, às análises da seção subsequente: "O imaginário do grupo *Veja* sobre Lula", onde examinamos nosso objeto propriamente dito.

Consideramos, primeiramente, as observações de Mariani (1998, p. 57) acerca do *leitor virtual* projetado pela *instituição jornalística*:

Se a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal noticia para segmentos determinados da sociedade, produzindo uma imagem de leitor suposta a tal segmento (Mariani, 1998, p. 57).

Sendo assim, buscaremos verificar qual é o interlocutor de *Veja*, a quem se pode dirigir a palavra estando no lugar discursivo desse grupo, por meio do texto "Notícias de perto e de longe", tomado da seção *Carta ao Leitor* de 02 de março de 1994 (figura 01).

Figura 01



Essa *Carta ao Leitor* é referente à edição cuja capa é analisada no grupo B da próxima seção. Como reportagem principal, relata a campanha eleitoral de Lula, candidato a presidente pelo PT, empreendida pelo interior da Região Sul do Brasil.

A campanha, intitulada "Caravana da Cidadania", foi acompanhada por repórteres de *Veja* e apresentada da seguinte forma pelo editor: *A caravana de Luís Inácio Lula da Silva, nesse prisma, seria uma notícia menor*. A reportagem sobre a campanha petista, segundo o discurso do editor da revista, ficaria em segundo plano com relação a outro acontecimento que mereceria destaque maior por "mexer diretamente com a vida dos leitores", o lançamento da URV (Unidade Real de Valor). Essa nova unidade de conversão monetária estava sendo implementada pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso dentro do plano criado por ele - o Plano Real - com o propósito de diminuir a inflação. A URV era um passo para a transição monetária que estava por ser instituída no país. Notemos que o grupo *Veja* coloca a transição na esfera econômica em uma escala de valor superior ao de uma possível transição na esfera política que se daria com a eleição de Lula.

Por outro lado, justifica a reportagem de capa pelo modo como esta será apresentada ao sujeito-leitor: com o efeito de um binóculo para *aproximar a campanha de Lula do leitor*. Para reforçar a metáfora criada, ainda se faz uma construção imagética de Lula em comício vista por meio do referido binóculo.

Na interpretação do grupo *Veja*, a campanha de Lula não despertaria interesse do seu público alvo se não fosse por sua "cobertura detalhada", ou seja, pelo modo como o grupo a formula. Sabemos que, em AD, o modo de formular o discurso sobre algum evento diz respeito ao modo como o sujeito enunciador o interpreta. O texto da reportagem, portanto, não passa de uma produção discursiva do fato que é apresentado ao leitor buscando direcionar sua interpretação.

Produzindo, então, um efeito de distanciamento espacial, o grupo *Veja* considera que "é preciso aproximar a campanha de Lula do leitor" justamente porque o considera espacialmente distante de onde passa essa caravana.

Percebemos, assim, como o grupo *Veja* produz o imaginário de seus leitores: eles se encontram distantes da zona rural, dos assentamentos sem-terra, dos pequenos proprietários rurais por onde o candidato passou fazendo comícios e ouvindo solicitações. Ora, os interlocutores de *Veja* representam as classes alta e média que estão localizadas nos grandes centros urbanos, bem longe do barro, da poeira e do sol flamejante.

Outra materialidade lingüística que vem corroborar esse gesto interpretativo é o texto publicitário (figura 02) que acompanha a *Carta ao Leitor* na mesma página.

Figura 02

CARTA AO LEITOR

Notícias de perto e de longe

Uma revista semanal de notícias não é um mero relato da semana que acaba de passar. É preciso hierarquizar as notícias, dando atenção maior aos fatos mais significativos que aconteceram no Brasil e no mundo. É o caso, nesta edição, do destaque que se dá ao lançamento da URV, que a partir desta semana mexe diretamente com a sua vida. Na madrugada de sábado, enquanto o governo tomava as últimas e cruciais decisões sobre a URV, os jornalistas de VEJA, sob a coordenação do diretor adjunto Tales Alvarenga, além de tentar saber o que se estava decidindo em Brasília, organizaram o material para apresentá-lo de maneira clara e ordenada.

Na mesma madrugada, na cidade de Caçador, em Santa Catarina, o editor especial Elio Gaspari terminava uma reportagem de outra natureza. Cravanas, o candidato do PT já fez, e outras fará até a eleição presidencial, em outubro. A caravana de Luis Inácio Lula da Silva, nesse primar, seria uma notícia menor. VEJA, achou necessário, no entanto, usar como que um binóculo para aproximar a campanha de Lula do leitor. O que

penso, fala e prega o candidato com 30% de preferência nas pesquisas de intenção de voto? Como se comporta, quem o cerca, que propostas tem para os problemas da região? A resposta a essas e outras perguntas é a espinha dorsal da reportagem de capa desta edição.

Uma revista semanal é feita, por fim, de outro tipo de notícia. É o que ocorre nas reportagens que buscam detectar mudanças na sociedade, tendências de comportamento. Ai é necessário inverter o binóculo, olhá-lo ao contrário, como que, a partir de um fato específico, apresentar um panorama maior. Pertencem a esta família de notícias a reportagem da seção de Religião, sobre o crescimento do budismo, e, na de Comportamento, a que trata do custo econômico da separação de casais. Nos dois exemplos, há novidades para o leitor.

Como a edição passada de VEJA, "O X da questão", esgotou-se nas bancas, o leitor que não conseguiu o seu exemplar pode obtê-lo escrevendo para: Dinap S.A. - CEP 06023-990, Caixa Postal 2505, São Paulo (SP), ou telefonando para (011) 810-5001, ramais 213/214.

Lula: binóculo para aproximar o candidato

Capa: foto de Estêvão Serrano

CLUB MED ITAPARICA Pagando uma diária de US\$ 93,00* por pessoa, você e sua mulher aproveitam todas as maravilhas do Club Med Itaparica, com tudo incluído: mais de 20 esportes com instrutores, três refeições diárias (com bebidas à vontade), shows noturnos, discoteca e simpáticos GOs sempre prontos a atender vocês. Ligue já e faça sua reserva! Você e sua mulher vão ter tempo de sobra para descobrir por que é que, afinal de contas, estão juntos até hoje.

Toll free: 0800-113782 - SP - Tel.: (011) 816-7311 - RJ - Tel.: (021) 542-5442. Ou ligue para o seu Club Med Expert.

Depois de passar anos viajando atrás de coisas novas, que tal ir atrás da mulher com quem você se casou?

Numa visualização maior (figura 03), podemos observar a quem se dedica tal publicidade.

Figura 03

CLUB MED ITAPARICA Pagando uma diária de US\$ 93,00* por pessoa, você e sua mulher aproveitam todas as maravilhas do Club Med Itaparica, com tudo incluído: mais de 20 esportes com instrutores, três refeições diárias (com bebidas à vontade), shows noturnos, discoteca e simpáticos GOs sempre prontos a atender vocês. Ligue já e faça sua reserva. Você e sua mulher vão ter tempo de sobra para descobrir por que é que, afinal de contas, estão juntos até hoje.

Club Med
Um mundo à parte.

*Preço cobrado para os maiores de 18 anos para pessoas com hospedagem. Toll free: 0800-113782 - SP - Tel.: (011) 816-7311 - RJ - Tel.: (021) 542-5442. Ou ligue para o seu Club Med Expert.

Depois de passar anos viajando atrás de coisas novas, que tal ir atrás da mulher com quem você se casou?

O apelo se refere à estada em um clube de lazer sob o custo de 93 dólares diários. O clube oferece, além do ambiente campestre, vinte tipos de esportes, shows, discotecas. O

efeito apelativo dessa publicidade se faz por meio da sugestão de uma "nova lua-de-mel". Sugere, portanto, que o consumo do lazer oferecido pelo clube seja realizado pelo casal.

A seqüência discursiva "depois de passar anos viajando atrás de coisas novas", pressupõe uma antecipação do sujeito enunciador sobre seu interlocutor: este é um sujeito habituado a viajar, conhecer países e pessoas diferentes. Também, por meio da seqüência "que tal ir atrás da mulher com quem você se casou?", pode-se afirmar que o texto é dirigido a um sujeito do sexo masculino, bem sucedido pois pode custear viagens caras.

Percebemos, então, que esse texto publicitário projeta imaginariamente um interlocutor cujo lugar social está bem marcado: pertence à classe alta, habituada a investir em lazer, buscando-o, na maior parte das vezes, fora do país. No entanto, retomando a menção sobre o lançamento da URV no texto da *Carta ao leitor*, observamos que, ao equiparar o valor da moeda brasileira ao dólar, o apelo publicitário se estende à classe média que começa a ver a possibilidade de usufruir daquilo que era exclusividade da elite do país, inclusive as viagens ao exterior.

A inclusão da classe média no lugar social dos possíveis consumidores de lazer produz o efeito de sentido de que o Plano criado pelo ministro da Fazenda, e posterior candidato à Presidência, Fernando Henrique Cardoso, é a alavanca propulsora que a classe média precisava para chegar mais perto de um padrão de vida superior.

Enquanto o discurso do desenvolvimento chega à classe média nos grandes centros urbanos, Lula discursa para um público que produz o suficiente para custear as necessidades básicas da família. Seus interlocutores não têm acesso ao tipo de lazer oferecido pela publicidade em questão. Logo, para textualizar sobre a campanha petista, *Veja* se baseia na formação imaginária que produz das classes média e alta, que seriam seus potenciais leitores.

É levando em consideração essa formação imaginária sobre o sujeito-leitor que o grupo *Veja* projeta seu leitor virtual. Essa antecipação implicará no modo como *Veja* discursivizará sobre Lula, pois, esperando responder às expectativas dos seus leitores, o grupo determinará o modo de enunciar sobre Lula, procurando antecipar o discurso que imagina ser o das classes alta e média sobre esse referente. Além disso, a categoria de leitor-virtual determina os sentidos que devem ser discursivizados para que o leitor real possa produzir sentidos que venham ao encontro do direcionamento ideológico desse grupo jornalístico.

1.2.1.4 O IMAGINÁRIO DO GRUPO *VEJA* SOBRE LULA

1.2.1.4.1 Grupo A (*Abril de 1980 a Outubro de 1989*)

A delimitação de nossa análise em grupos corresponde aos períodos eleitorais dos quais Luiz Inácio Lula da Silva participou como candidato à Presidência da República. O grupo A diz respeito ao discurso de *Veja* sobre Lula e é introduzido por uma análise das capas de 09 de abril de 1980 e de 04 de março de 1981, desenvolvida no **Bloco de apoio**. A introdução do bloco de apoio já no início do grupo A tem como objetivo possibilitar a compreensão de como se originou o discurso de *Veja* sobre Lula para, só então, analisar o discurso que *Veja* textualiza durante as eleições de 1989, o que será feito no **Bloco principal**.

Ainda serão trazidas em *bloco de apoio* SDs da reportagem do texto 03 referente à capa de *Veja* de nove de abril de 1989 assim como a capa de quatro de outubro de 1989 da revista *IstoÉ Senhor* e as SDs que compõem a reportagem dessa edição. O discurso do grupo jornalístico *IstoÉ Senhor* é aqui mobilizado para mostrar que o imaginário sobre Lula, a partir desse outro lugar discursivo, produz uma fronteira ideológica entre esses dois grupos jornalísticos, o que permite sinalizar que o imaginário do grupo *Veja* não é universal como o grupo pretende que seja.

A seguir, trazemos uma seqüência de recortes biográficos sobre Lula, extraídos da biografia produzida por Denise Paraná, assim como o texto biográfico escrito por Frei Betto e publicado na revista *Caros Amigos* por ocasião de sua primeira vitória nas eleições em 2002. A partir desses recortes de discurso, objetivamos apresentar o referente, apontando sua origem e inserção na vida pública, o que permite contextualizar historicamente o período a ser mobilizado.

No dia 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, uma cidade castigada pela seca e esquecida no sertão de Pernambuco, nascia o sétimo filho de um casal de lavradores pobres: Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello, mais conhecida como dona Lindu. Batizado de Luiz, o menino logo recebeu o apelido de Lula, bastante comum naquela região.
Denise Paraná

Quando Lula completou 7 anos, em 1952, mãe e filhos viajaram treze dias de pau-de-arara do Nordeste a São Paulo, dividindo a pequena ração de farinha, queijo e rapadura. Vieram ao encontro do pai, que trabalhava como estivador no porto de Santos.
Frei Betto

Ao completar 15 anos, Lula consegue uma vaga no curso de torneiro mecânico oferecido pelo serviço Nacional da Indústria (Senai). [...] Já profissionalizado, integra o quadro de operários de uma grande empresa metalúrgica chamada Villares, em São Bernardo do Campo, município da Grande São Paulo.
Denise Paraná

Lula pisou pela primeira vez no sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1967.
Frei Betto

O tempo passa, Luiz Inácio vai deixando sua ingenuidade para trás e começa a mudar suas concepções acerca das práticas sindicais. Na eleição seguinte para a direção da instituição, em 1972, Lula é chamado novamente para compor a diretoria. Neste momento, aquele que antes era um jovem inexperiente já havia se constituído numa liderança sindical promissora [...].
Denise Paraná

Em 1975, assumiu pela primeira vez a presidência do sindicato, eleito com mais de 90 por cento dos votos da categoria. Reeleito em 1978, inovou as campanhas salariais, introduzindo a luta pela reposição salarial e promovendo amplas mobilizações de massa.
Frei Betto

Era o ano de 1978. Por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos e da liderança de Lula, os trabalhadores brasileiros desafiam o regime autoritário que até então desconhecia greves de importância nacional - afinal, tais greves estavam expressamente proibidas por lei. Assim, o Brasil ainda vivia sob a tutela militar quando foi sacudido por uma série encadeada de greves nas indústrias (em sua maioria metalúrgicas).
Denise Paraná

Em 1980, Lula liderou a histórica greve de 41 dias. [...] A repressão ao movimento incluiu até helicópteros do Exército, que, armados de metralhadora, sobrevoavam as assembleias da Vila Euclides. Lula conseguiu que os trabalhadores não se deixassem intimidar.
Frei Betto

1.2.1.4.1.1 Bloco de apoio

Antes de passarmos à análise do discurso do grupo *Veja* sobre Lula durante a eleição de 1989, é importante observarmos qual é a origem desse discurso e em que circunstâncias *Veja* enunciou sobre Lula antes de sua candidatura à Presidência da República. E mais que isso, em que situações Lula motivou uma matéria de capa da revista. Isso é o que buscamos compreender nas análises que seguem.

Retirante nordestino, pouco escolarizado, sindicalista, Lula desponta no cenário popular devido a sua atuação como líder sindical que desafiou o governo militar ao empreender uma

seqüência de greves que culminou na greve histórica de 1980 a qual contou com cerca de 270 mil trabalhadores em paralisação por 41 dias.

O discurso fundador do grupo *Veja* sobre Lula se dá em torno da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A figura 01 traz a materialização desse discurso a partir da capa da revista de 09 de abril de 1980.

Texto 01



(*Veja*, 09/04/80)

Por meio da SD imagética que recortamos dessa materialidade textual (texto 1), temos a primeira representação de Lula criada para compor a capa da revista *Veja*. Nela, vemos um homem de barba e cabelos fartos e escuros, com a boca aberta na posição de quem fala em voz alta e as mãos flagradas em gesticulação.

A imagem representa o retrato de Lula em assembléia, falando aos trabalhadores em greve. Na sua camiseta branca, há a gravura em preto e branco de um personagem com a seguinte fala: *Hoje eu não tou bom!* que parafraseia "hoje não estou de bom-humor", o que pode ser interpretado como: "não estou para brincadeiras".

A vestimenta de Lula, em uma matriz de sentidos oposta a de *Veja*, faz ressoar os sentidos de *líder incansável, ativo, firme*. "Não estar de bom-humor" significa, para o lugar discursivo de líder sindical ocupado por Lula⁴⁸, mostrar-se não coagido pela opressão militar e irreduzível em suas reivindicações, em sua exigência por direitos. Produzindo esse efeito de sentido, Lula inscreve este saber na rede de formulações que partilha com seus interlocutores,

⁴⁸ Salientamos que o discurso de Lula não se constitui em objeto de nossa análise.

os trabalhadores grevistas, fazendo com que estes reproduzam em seus discursos o sentido de *firmeza e perseverança pela causa trabalhista*.

Essa imagem fotográfica, ao ser reproduzida na capa da revista *Veja*, passa a produzir os sentidos determinados pela FD na qual se inscreve esse grupo cuja interpelação ideológica difere daquela de Lula.

Assim, a representação imagética de Lula usando uma camiseta com tal dizer é apropriada por *Veja* passando a funcionar de modo que produza um imaginário de Lula como sendo um *líder inflexível e intransigente*.

A chamada da capa produz maior consistência a essa interpretação: "Lula, o governo e a crise: o preço da intransigência". Como podemos perceber, a luta por melhores condições de trabalho é discursivizada pelo grupo *Veja* como uma atitude intransigente, uma transgressão às normas. Reiteramos que, na conjuntura social dessa produção discursiva, as normas são determinadas por um governo militar que se utiliza da repressão para coibir movimentos reivindicatórios, sendo pela lei que proíbe greves ou sendo pela ação militar de opressão - o que é silenciado pela capa de *Veja* que designa esse Estado repressor por apenas "governo". Está silenciado, mas nem por isso deixa de ressoar significativamente neste discurso, visto que podemos recuperá-lo do interdiscurso para produzir nosso gesto interpretativo. Pela apropriação e ressignificação do dizer estampado na camiseta de Lula, o efeito de *perseverança* passa a ser substituído pelo de *agitação, transgressão, baderna*, o que nos leva à uma paráfrase discursiva de *subversão*. É importante sublinhar que este líder representa a classe proletária, é aos operários que ele se dirige, portanto *proletário e pobre* vêm a se somar nesse imaginário de sindicalista austero, irredutível e radical.

Salientamos ainda o modo de formulação da SD "Lula, o governo e a greve: o preço da intransigência" escrito em branco sobre uma tarja vermelha. Juntamente com Orlandi (2002), sublinhamos que as cores usadas para destacar essa formulação também jogam no modo de textualização do discurso do grupo *Veja* sobre Lula no sentido de fazer ressoar na memória discursiva o vermelho historicamente ligado às posições de esquerda⁴⁹.

Além disso, o coloquialismo da linguagem verbal funciona discursivamente de forma a apresentar a origem humilde de Luiz Inácio, um operário mal escolarizado cujo registro informal da fala representado em sua camiseta revela o quanto este se distancia da classe letrada e intelectual.

⁴⁹ Analisaremos detidamente a questão da cor vermelha mais adiante, no bloco principal desse mesmo grupo.

A barba e o cabelo pretos e compridos também produzem um efeito negativo na formação imaginária que *Veja* produz de Lula, representando-o como uma pessoa rude, tosca, que promove a agitação popular, o que aprofunda o efeito de comunista, radical. Isso nos permite compreender que há uma reformulação do imaginário de comunista em torno da produção do imaginário de *Veja* sobre Lula. No decorrer de nossas análises, buscaremos observar se essa paráfrase discursiva é repetida ao ponto de produzir uma reescritura.

Nesse sentido, o discurso do grupo *Veja* sobre Lula produz para os leitores o imaginário de um *líder agitador, semi-analfabeto, não-amigável, comunista, radical*. Representa-o, portanto, como um *líder inflexível, intransigente*, que conduz a massa assalariada à transgressão.

A considerada "intransigência" de Lula o leva à prisão durante a greve como nos relata Denise Paraná em sua obra biográfica *O Filho do Brasil*:

Lula amarga 31 dias de reclusão no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Em novembro de 1981 é condenado pela Justiça Militar a três anos e seis meses de prisão. Mas, em abril do ano seguinte, o processo é anulado pelo Superior Tribunal Militar.
Denise Paraná

A revista *Veja*, como parte da imprensa, registra esse episódio por meio da capa de 04 de março de 1981 que representa a condenação de Lula (texto 02).

Texto 02



(*Veja*, 04/03/81)

Nessa representação imagética, o sindicalista, já presidente do recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT), apresenta um semblante carregado, um ar sério, olhar flagrado num ponto fixo, significando sua derrota, seu fracasso. A tarja que mostra sua condenação é representada em azul e branco, revelando que o mandato de prisão vem de outro lugar discursivo, diferente daquele ocupado por Lula e a classe operária.

No entanto, sua condenação nada mais significou que uma atitude de intimidação por parte do governo militar, e Lula aproveita a transição política à democracia - e, com isso, a volta do pluripartidarismo - para direcionar o foco de sua luta ao PT, fazendo-o presente nas eleições que seguem.

É assim, em torno de greves, agitações populares, prisão, que *Veja* inaugura seu discurso sobre Lula, representando-o como um líder radical e subversivo. Na próxima análise, observaremos como esse imaginário se manifestará no discurso sobre Lula no momento histórico da primeira eleição direta para Presidente após 25 anos de ditadura militar no país.

1.2.1.4.1.2 Bloco principal

Como nosso enfoque é tratar do discurso de *Veja* sobre Lula nos períodos eleitorais, partiremos para a análise da capa de seis de setembro de 1989. Antes, porém, trazemos um recorte do texto biográfico de Denise Paraná sobre Lula com o intuito de contextualizar o momento histórico.

Convencido de que os trabalhadores precisavam ter seus próprios representantes na esfera política, em 10 de fevereiro de 1980, Lula, junto a outros sindicalistas, intelectuais, representantes da Igreja progressista, militantes de grupos de esquerda e de movimentos populares, entre outros, fundam o Partido dos trabalhadores.
Denise Paraná

Após ter promovido a greve histórica do ABC paulista, incentivado a campanha das *diretas já* para a democratização do governo e ter criado um partido político voltado à causa trabalhista, Luiz Inácio, e agora Lula, da Silva, se prepara para enfrentar sua primeira campanha à Presidência da República representando o partido que ele próprio ajudou a fundar, o Partido dos Trabalhadores.

O grupo *Veja*, com a volta do pluripartidarismo, passa a trazer, em cada eleição, reportagens de capa com os candidatos à presidência. No primeiro ano de eleições diretas para

Presidente da República, *Veja* "apresenta" aos seus leitores-eleitores Lula na capa de seis de setembro como consta no texto 03.

Texto 03



(*Veja*, 6/09/89)

Considerando a capa de revista como uma materialidade textual, observamos que a leitura dessa materialidade é diferente da leitura linear do texto verbal. Na capa, o movimento do olhar é direcionado primeiramente para a imagem, só após uma leitura do não-verbal é que a linguagem verbal é focada. Por isso, não podemos afirmar que o verbal "traduz" ou explicita a leitura da imagem como se esta não produzisse sentidos. Consideramos, portanto, que antes mesmo do leitor se deter na leitura do verbal, a imagem já está lá, desencadeando sentidos, significando sem precisar de uma legenda que a explique.

Dessa forma, as revistas, de um modo geral, investem na representação imagética de modo a atrair o olhar do leitor. E, na maior parte das vezes, essa representação é produzida por meio de fotografias como a dessa capa.

A fotografia significa, no seu sentido consensual, uma "captura" do real, como se ele estivesse ali esperando para ser apanhado. Geralmente, a fotografia é vista como o flagrante de um fato ocorrido, a "prova" de uma "verdade" ou, então, a "recordação de um episódio ou pessoa", a busca da "imortalidade" de um momento.

O grupo *Veja*, na tentativa de produzir um efeito de objetividade, utiliza-se da composição fotográfica em suas capas como um modo de "retratar a realidade", "imortalizar" momentos da história de nosso país ou do mundo.

Já em uma perspectiva discursiva, estamos de acordo com Souza (2006) quando esse autor sugere que a fotografia seja vista *como uma criação de imagens, um modo de intervenção no real, de reatualização da memória*. O ato de fotografar sugere uma tomada de posição do fotógrafo diante da paisagem ou da pessoa que suas lentes querem capturar. Desde a escolha do objeto a ser fotografado até o ângulo e perspectiva selecionados para a composição da foto dizem respeito a uma produção discursiva do referente. Mesmo que não haja a possibilidade de questionar a veracidade da imagem captada pelas lentes de um fotógrafo, sempre haverá a possibilidade de aquela fotografia ter sido tirada em um outro momento, com outro ângulo, com outros personagens e outros cenários.

Portanto, a fotografia de Lula nessa capa, e em outras capas de *Veja*, corresponde a uma produção discursiva feita a partir da posição-sujeito em que se inscreve o fotógrafo e da posição-sujeito do editor que selecionou essa imagem em detrimento de outras para compor essa capa. Lembramos que a textualização das capas de *Veja* é determinada pelo modo como esta foi "apanhada" pela ideologia.

Ao lançarmos o olhar, então, para a materialidade da capa em análise, logo vislumbramos Lula vestido com um macacão cinza, uniforme usado por ele quando era torneiro mecânico da Metalúrgica Villares. Embora a imagem recortada não nos permita ver mais que seu busto, é fácil perceber a presença do uniforme da fábrica em que Lula trabalhava, o que ressoa aqui como a expressão de sua condição de operário. Trata-se, logo, da candidatura de um operário, de braço erguido em sinal de protesto em prol dos trabalhadores.

Atrás de Lula, cobrindo todo o cenário da imagem feito um plano de fundo, está a bandeira vermelha do PT cujo símbolo, a estrela branca, abriga em seu centro a sigla do partido também em vermelho. Ao representar imagetivamente Lula e o PT por meio da cor vermelha, o modo de formulação de sua imagem produz o efeito de sentido de protesto, de luta sindical, de conflito social, e mais: faz ressoar uma memória que aproxima os propósitos do PT aos da revolução comunista.

Orlandi (2002), em uma de suas análises, relaciona, segundo a *cromatografia política*, o negro ao fascismo e o vermelho às posições revolucionárias. Assim, a cor vermelha está historicizada no imaginário sobre as frentes revolucionárias soviéticas que lutaram pelo advento do regime comunista e por sua incorporação aos demais países do globo.

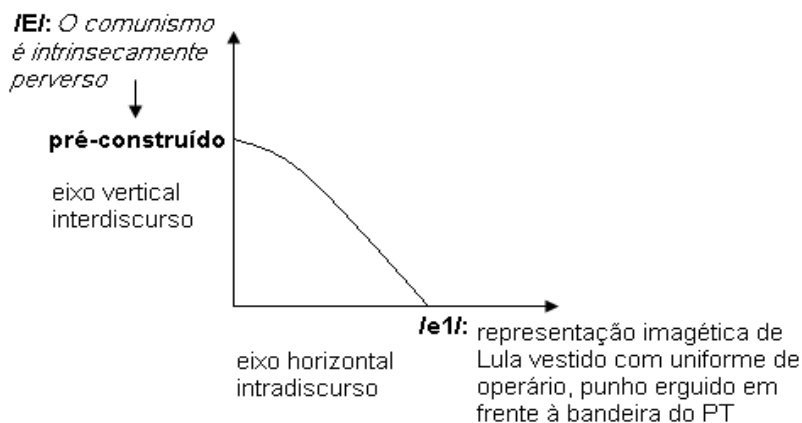
A cor vermelha estampada na capa funciona discursivamente de modo a fazer circular o imaginário de *comunismo perverso e satânico*, produzido pela formulação do Papa Pio XI, em 1937, *o comunismo é intrinsecamente perverso*. Tal formulação é considerada por Courtine

(1981) o discurso-fundador do anti-comunismo, já que a partir de sua formulação é que o comunismo passa a se relacionar parafrasticamente com a perversidade ou o próprio mal.

Assim, observamos que o modo de textualização da primeira candidatura de Lula à Presidência da República se dá por meio do processo de **reescritura** da representação imagética produzida por *Veja* para representar Lula em 1981 (texto 01), como analisamos na capa que inaugura o discurso desse grupo jornalístico sobre Lula. Esse processo de reescritura torna mais visível o modo como o grupo *Veja* mobiliza a memória discursiva na produção do imaginário sobre Lula.

A irrupção da memória nesse discurso aciona os sentidos de *líder revolucionário, radical e perverso* por promover a agitação, o caos ao *lutar para ver a classe operária tomar o poder*. Esse efeito de sentido desliza para a formação discursiva do grupo *Veja* (FDV) na forma de um pré-construído que, por meio do trabalho da memória discursiva, é recuperado no eixo interdiscursivo e atualizado no eixo intradiscursivo, conforme o esquema abaixo:

Esquema 05:



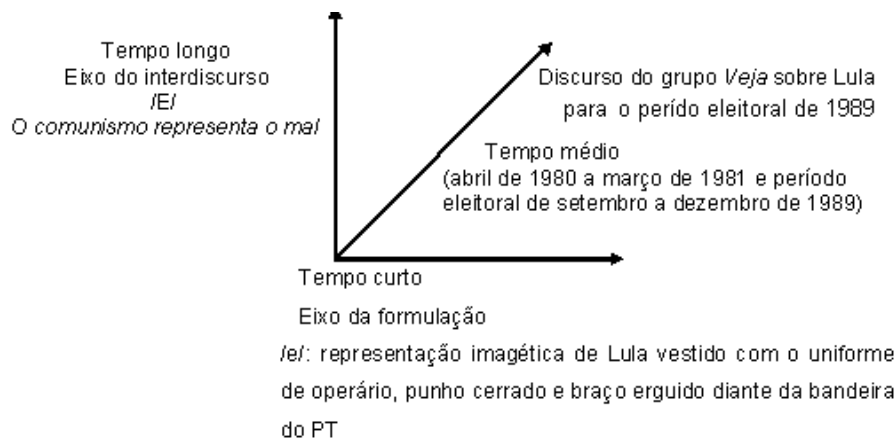
A propósito da noção de formulação (*/e/*), é preciso rever, nesse momento, o modo como Courtine (1982, p. 251) a conceitua, definindo-a como uma *seqüência lingüística de dimensão igual ou superior a uma frase*. Como é possível perceber através de nossa reflexão acerca do texto capa de revista, um discurso pode perfeitamente ser textualizado em diferentes materialidades simbólicas que não estejam no formato de uma frase. Por isso, preferimos deslocar essa noção ao conceito que Orlandi (2001, p. 9) lhe confere: *formular é dar corpo aos sentidos*. Com isso, entendemos que os sentidos podem ser materializados, "corporificados", na forma de imagens, por exemplo.

Retomamos, agora, a questão do tempo, observando como as reflexões de Courtine (1981) procedem neste trabalho. O tempo longo se estende por todo o período de produção discursiva do enunciado que exprime a rejeição ao regime comunista, passando pelos partidos

de esquerda até ressoar em Lula sobre o qual não cessam as formulações realizadas em tempo curto. Mas, por uma questão metodológica, nossa pesquisa se limita a um tempo médio, tempo do discurso, intermediário entre o interdiscurso e o intradiscurso. Como explicitado na segunda parte deste trabalho, "Preparação às análises", embora nosso foco de análise incida sobre os períodos eleitorais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, tivemos a necessidade de prolongar alguns desses períodos para que tivéssemos uma maior compreensão das condições de produção, e assim do processo discursivo.

Assim, como exemplo do que propusemos, consideraremos o esquema a baixo:

Esquema 06:



Por meio desse esquema, compreendemos que, em um tempo longo, anterior mesmo ao DVL, já reverberava no interdiscurso a aversão ao comunismo. Recuperando esse saber por meio do trabalho da memória discursiva, o grupo *Veja* determina um modo específico de enunciar sobre Lula, o que faz segundo as antecipações que o grupo produz de seus leitores.

Reiteramos que essa projeção ideológica e inconsciente que *Veja* produz sobre o lugar social de seus leitores materializa a identificação destes com os saberes das classes alta e média favoráveis ao capitalismo. A partir dessa projeção, o grupo *Veja* constrói um modo de enunciar sobre Lula que faz circular formulações cuja ressonância significativa é produzida pelo discurso dessa camada da sociedade. Vejamos algumas dessas formulações:

A bandeira do PT tem o vermelho do comunismo.

O PT defende idéias comunistas.

O PT quer promover a revolução comunista no Brasil.

Lula é candidato do PT, então ele é comunista.

Lula, assim como seu partido, está despreparado para governar o país.

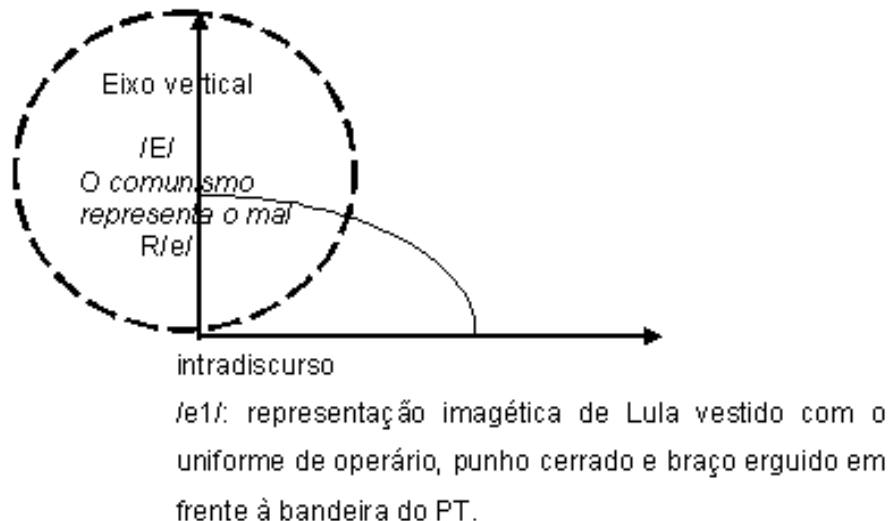
Lula é um analfabeto, não tem condições de representar nosso país no exterior.

Se Lula assumir o poder, será o caos: os empresários abandonarão o Brasil, as pessoas perderão suas propriedades, o Brasil se tornará a Cuba do Lula.

Todas essas formulações se inserem na mesma rede de formulações já apresentada por Indursky (2005a, p.104; p.106) e em destaque nesse trabalho, através das quais se observa o retorno da *formulação-origem* (Courtine, 1981): *o comunismo é intrinsecamente perverso*. Considerando a ressonância interdiscursiva que essa formulação tomou, notamos que sua inscrição no eixo vertical produziu o esquecimento de sua materialidade lingüística, mas jamais dos sentidos que esta produz. Retomaremos esse enunciado, então, por *o comunismo representa o mal*, o que, a nosso ver, conserva o efeito de sentido original e inscreve sua forma no âmbito do saber e não mais no da formulação.

A *regularização* (Achard, 1999) ou repetição do efeito de sentido negativo de comunismo/comunista no imaginário produzido para Lula inscreve o discurso do grupo *Veja* sobre esse referente em uma rede discursiva de formulações que ressoa na FD anti-comunista própria da classe dominante, como mostramos a seguir:

Esquema 07:



O esquema 07 retoma o esquema 02 (p. 45) desenvolvido neste trabalho por meio do qual podemos observar o enunciado /E/ sendo incorporado pelo eixo vertical inserido em certa FD e sendo sintagmatizado no eixo horizontal sob a materialidade da linguagem não-verbal.

Feita a análise e reflexão teórica sobre a SD imagética, passamos ao estudo da materialidade verbal que constitui o texto capa, observando como essas diferentes materialidades simbólicas se relacionam na produção de sentidos do texto.

Ao observar a chamada da reportagem: O candidato operário: a dura jornada de Lula na sucessão, notamos mais uma vez, agora verbalizado, a mobilização do imaginário de Lula como um operário. A SD verbal funciona de modo a fazer retornar a rede de formulações constituída a partir do enunciado /E/: o comunismo representa o mal.

A materialidade lingüística *a dura jornada* relaciona a trajetória de Lula na campanha com a jornada de trabalho do operário na fábrica. O adjetivo *dura* diz respeito à excessiva carga horária de trabalho e às más condições de trabalho na fábrica, duas das reclamações dos trabalhadores tratadas no programa de governo do PT à Presidência da República.

Como podemos perceber, nesse texto, o verbal e o não-verbal constituem paráfrases de um mesmo discurso, estabelecendo, assim, uma relação de semelhança quanto à produção de sentidos. No entanto, isso não significa que as linguagens verbal e não-verbal sejam substituíveis, pois estamos de acordo com Orlandi (2001a) que devemos considerar as particularidades dos diferentes materiais simbólicos.

Desse forma, consideramos que há diferença no modo de formulação dessas linguagens que nos conduz a noção de **gesto** mobilizada primeiramente por Orlandi (1996, p. 18) como *um ato no nível do simbólico*. Ou seja, **o gesto de interpretação** representa a tomada de posição do sujeito que, interpelado ideologicamente, dá certa direção aos sentidos.

Incorporando a questão da materialidade da linguagem nesse conceito, Orlandi (2001b, p. 9) o reelabora, definindo **gesto** como a *prática significativa que traz em si tanto a corporalidade dos sentidos quanto a dos sujeitos*. Por **corporalidade** a autora (idem, p. 10) entende se tratar dos *reflexos sensíveis* que constituem os *sentidos*, ou seja, para Orlandi (ibidem, p. 10), os gestos seriam o meio pelo qual se manifestam *o sentimento da linguagem, o recorte da formulação, o meio que ela percorre*.

Para explicar o que está propondo, a autora (op. cit., p.9) traz como exemplo o enunciado "Aí a gente fez 1 gol, fez 2, fez 3. Ganhamos o jogo de 3 a zero" proferido por um jogador de futebol. Sobre esse enunciado, a analista observa que o percurso utilizado para chegar a um resultado óbvio faz parte da **gestualidade do futebol**, isto é, a cadência de palavras, a tonalidade, as pausas representam um modo de produção de sentidos que remete o sujeito-interlocutor à emoção da vitória. Acreditamos que o mesmo ocorre com as linguagens verbal e não-verbal nas capas de *Veja*. Ambas materializam o mesmo discurso, porém com uma cor, uma forma diferente.

A nosso ver, o que diferencia esses modos de formulação é o **gesto** ou a **gestualidade** do simbólico. Desse modo, **gesto** seria o que confere diferença no modo de formular um discurso. No caso das capas de revista, a imagem produz um impacto maior no leitor que a

palavra. As cores, as formas, tornam a imagem mais sedutora, mais atraente aos olhos. Essa é a gestualidade do texto *capa de revista*.

Para tornar mais consistente essa relação entre verbal e não-verbal na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula, passamos à análise de SDs recortadas do interior da reportagem na mesma edição.

1.2.1.4.1.3 Bloco de apoio

Como uma forma de dar maior sustentação ao nosso gesto interpretativo de que o grupo *Veja*, por meio de paráfrases discursivas, produz um *efeito de referência* (Mariani, 1998) entre Lula e o *comunismo* ou *comunista*, analisaremos algumas SDs recortadas do interior da reportagem da edição de seis de setembro de 1989.

SD (01) *Pode-se demonstrar, com clareza, que o programa do candidato operário não passa de um projeto **irracional**, porque planeja elevar os salários à margem do mercado, **desconexo**, pois quer reduzir os gastos do governo sem medir as conseqüências de uma quebra na taxa de juros, e **ilógico**, pois sua inspiração em matéria de dívida externa vem do mesmo governo Sarney que o PT tanto gosta de atacar. A dificuldade, nessa questão, é que existem outros candidatos na campanha que possuem propostas racionais, que fazem nexos e são muito lógicas (Veja, 06/09/1989, p. 39).*

Assim como fez no processo de produção do imaginário sobre o *comunismo*, mostrando que a "ideologia" comunista não passava de um fracasso do pensamento de Marx e sua inversão aos propósitos totalitaristas, o grupo *Veja* questiona o discurso político de Lula e do PT. Produz, então, a evidência de que o programa de governo petista não passa de um programa **irracional, desconexo e ilógico**, e, para obter esse efeito de sentido, contrasta com as propostas de "outros" candidatos (cujo nome é silenciado, mas sabemos se tratar dos candidatos que representam os partidos de direita) as quais seriam *racionais, com nexos e muito lógicas*.

A função-autor, responsável pelo efeito de unidade textual, projeta como efeito de fechamento da reportagem a seguinte SD:

SD (02) *O PT tem um candidato que diz com toda clareza o que pensa e que mostra, sem rodeios, onde pretende chegar. Pode-se gostar ou detestar do candidato operário. É indiscutível, no entanto, que todo mundo sabe de que lado ele está (Veja, 06/09/1989, p. 39).*

Tal SD mostra o efeito de evidência de sentido em torno da relação parafrástica entre Lula e o *comunismo*. Ao designar de *indiscutível* a produção desse imaginário, mostra que a relação Lula/comunismo é um *pré-construído* já consolidado como um *consenso* na memória social, regulada pela FD capitalista.

A fim de contrastar com o discurso de *Veja*, trazemos, por meio do texto 04, a análise da materialidade textual da revista *IstoÉ Senhor* como uma outra possibilidade de discursivização do acontecimento histórico da candidatura de Lula à Presidência da República. Com isso, procuramos desconstruir o efeito de evidência na representação imagética formulada pelo grupo *Veja*.

Retomando nossa reflexão sobre a fotografia como uma construção discursiva, mostramos no recorte anterior que o grupo *Veja* produz o efeito de sentido evidente no modo como representa imageticamente Lula. Essa posição-sujeito, ao interagir *no complexo intrincado de formações discursivas* (Pêcheux, [1975]/1988, p. 162), encontra oposição no discurso de outro grupo jornalístico, o da revista *Isto é Senhor*, cuja capa selecionada para análise consta no texto 04.

Texto 04



(*Isto é Senhor*, 04/10/89)

Nesse texto, datado de quatro de outubro de 1989, a formação imaginária produzida sobre Lula difere daquela projetada pelo grupo *Veja*. Nessa SD imagética, Lula está em comício, vestido com uma camisa branca de listras azuis, com dois microfones próximos à boca na posição de quem discursa, um dos braços erguidos gesticulando. Notamos que o grupo *IstoÉ Senhor* procura representar Lula na posição de político e não de operário. No

entanto, o que mais contrasta com a representação imagética que *Veja* produz é o fato de que seus olhos encontram-se avermelhados e lacrimejantes. Como podemos ver mais nitidamente na imagem ampliada abaixo:



A SD ao lado da fotografia representa um gesto interpretativo para sua emoção: *Como é duro ser esquerda*. Observamos novamente o surgimento do adjetivo *duro*, agora produzindo um outro efeito de sentido. Nessa SD, *duro* qualifica a condição de *ser esquerda*, expressando o preconceito da sociedade brasileira para com os partidos de orientação socialista.

Considerando, então, o discurso de *IstoÉ Senhor* materializado na linguagem verbal do texto da reportagem, tomamo-lo, ainda nesse *bloco de apoio*, como suporte ao nosso gesto interpretativo.

A partir da SD abaixo, observamos mais claramente a produção do imaginário de *Istoé Senhor* para Lula.

SD (01) *As lágrimas de Lula, talvez devam ser entendidas, mais corretamente, como emoção genuína de um candidato de carne e osso, envolvido de corpo e alma na espinhosa, desgastante cruzada de convencer um país que fez moradia no preconceito em favor da idéia de que um torneiro mecânico de curso secundário incompleto está, sim, habilitado – à frente de um partido que nasceu e se diz abertamente “dos trabalhadores” – a administrar a oitava, ainda que fraquejante, economia do mundo ocidental (Istoé Senhor, 04/10/89, p. 36).*

Desse modo, compreendemos que o imaginário que o grupo *Isto é Senhor* produz sobre Lula é o de um **homem emotivo, humano**: *de carne e osso*. Na interpretação do grupo *Istoé Senhor*, Lula é um homem sensível que sofre as injustiças sociais não só pela sua condição humilde, mas também por estar defendendo, *de corpo e alma*, um posicionamento de esquerda. É um candidato que participa das eleições por uma causa, por um propósito social e não apenas por êxito pessoal, como podemos perceber por meio da análise da SD abaixo:

SD (02) *Se alguém for perguntar a Lula se ele trocaria o fim da CUT [Central Única dos Trabalhadores] pela entrada no Palácio do Planalto, o irremediável iluminista, que aprendeu pouco na escola e muito fora dela vai dizer não. Primeiro a politização dos trabalhadores. Se vier junto o poder, melhor (Istoé Senhor, 04/10/89, p. 39).*

Em outra SD, podemos perceber como o grupo descreve a trajetória de vida do político, mostrando as "evidências históricas" as quais o conduzem à conclusão de que *Lula tem a cara do povo*, mas não está à frente nas pesquisas de intenção de voto em virtude do *preconceito* da sociedade com sua origem e filiação partidária.

SD (03) *Na figura carrancuda e tímida do filho de sitiante nordestino, que trilhou a habitual via crucis que conduz da seca à miséria e do sertão à metrópole industrial do Centro-Sul, está o mais fiel retrato de um enorme pedaço do Brasil (Istoé Senhor, 04/10/89, p. 37).*

O direcionamento de sentidos produzidos por *Istoé Senhor* faz circular interdiscursivamente uma rede discursiva de formulações que está inscrita em uma FD favorável ao discurso de esquerda.

R/e/ do discurso de esquerda

O PT não tem nada a ver com o regime comunista.

O socialismo representa a igualdade entre as classes.

O PT e Lula só querem diminuir a desigualdade social.

Lula é homem do povo não é “comedor de criancinhas”.

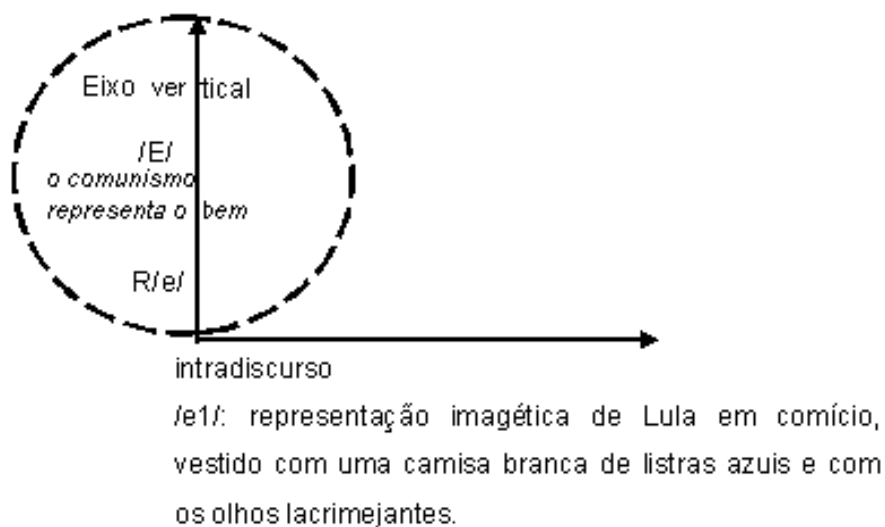
Lula é representante legítimo da classe oprimida.

Não é porque Lula não tem diploma universitário que ele não pode governar o país.

Para acabar com a miséria, só se um representante da camada mais pobre da sociedade assumir o poder.

Através do movimento de sintagmatização dos saberes que formam essas formulações no eixo horizontal e seu retorno para o eixo vertical, um enunciado se forma e se mantém na memória discursiva: *o comunismo representa o bem*, em oposição a *o comunismo representa o mal*. Como podemos ver no esquema 08 que se opõe ao esquema 07 (p. 99):

Esquema 08



Percebemos que a oposição ideológica em torno do discurso sobre Lula faz surgir posições-sujeito antagônicas tomadas pelos grupos jornalísticos *Veja* e *IstoÉ Senhor* durante essa campanha eleitoral. Esse contraste com relação à tomada de posição dos dois grupos revela modos distintos de recortar o real, de discursivizar sobre um objeto do mundo.

Será que podemos nos questionar sobre: qual seria o modo de representação mais "correto" a se fazer de Lula? Que imaginário, o produzido por *Veja* ou por *IstoÉ Senhor* estaria mais próximo da "verdadeira face" do referente? Como explicitado no capítulo "Real e Imaginário" desta monografia, não nos cabe tal questionamento, visto que o real é inacessível. Poderíamos dizer que todos os imaginários são formas adequadas de representação, cada uma dentro da FD a partir da qual é produzida. Isso diz respeito à reformulação da noção de real feita por Pêcheux ([1983]/1990, p. 29) em que acrescenta à afirmação de Milner de que *o real é o impossível*, a proposição de que *este é o impossível de que seja de outro modo*, ou seja, a noção de real encontra-se, na AD, com o postulado da *evidência de sentido*.

Enfim, do lugar de analista de discurso, nosso posicionamento não é o de impor um imaginário sobre os outros, mas o de mostrar que o processo de produção de diferentes imaginários sobre um mesmo referente é efeito da ideologia e que esses imaginários produzem, cada um a seu modo, diferentes efeitos de evidência no interior do domínio em que se inscrevem.

1.2.1.4.1.4 Síntese do grupo A

As análises das SDs do bloco principal nos permitiram compreender que o modo como o grupo *Veja* produz o imaginário sobre Lula dá indícios de sua filiação ideológica. Como vimos, *Veja* inscreve seu discurso em uma rede discursiva de formulações as quais estão inseridas em uma FD que é contrária aos princípios de esquerda.

Isso nos remete ao processo de constituição mútua da *evidência do sujeito e do sentido*. Estando o grupo *Veja* interpelado por tal FD, a materialidade de seu discurso sobre Lula direciona os sentidos para *subversivo, radical, operário e despreparado*.

Observamos, por meio da reescritura da imagem de Lula em 1981, que o imaginário produzido pelo grupo *Veja* para Lula no contexto sócio-histórico das eleições de 1989 é uma reformulação de seu imaginário sobre o comunismo trabalhado na seção "A relação de *Veja* com o comunismo", o que estabelece um *efeito de referência* entre Lula e o comunismo.

O efeito de evidência de sentidos em torno dessa referência é desconstruído no momento em que contrastamos os dois discursos, o de *Veja* e o de *IstoÉ Senhor*. A partir desse contraste, pudemos perceber que *IstoÉ Senhor* relaciona Lula a um *político sensível às causas sociais e injustiçado pelo preconceito social*. Percebemos, então, que esses dois grupos ocupam posições-sujeito antagônicas com relação ao discurso de Lula.

Assim, foi possível compreender como a memória discursiva é mobilizada para produzir uma impressão da realidade, daquilo que é inacessível ao sujeito, projetando um efeito de evidência de sentidos. Nas próximas análises, buscaremos perceber como procede a reescritura da imagem de Lula nas capas de *Veja* durante os períodos eleitorais, o que nos permitirá visualizar o funcionamento da ressonância interdiscursiva na produção do imaginário desse grupo jornalístico sobre Lula.

Além disso, observamos ainda que a relação que se estabelece entre as linguagens verbal e não-verbal da capa é uma relação de semelhança no que diz respeito ao efeito de sentido produzido. Mas isso não significa que possa haver a possibilidade de uma substituição entre essas materialidades, visto que cada uma conserva sua "corporalidade" específica, ou seja, elas "gestualizam" de modo diferente na formulação. Ora a imagem causa um efeito de atração e impacto maior que a palavra. Levaremos em conta esse gesto nas diferentes formulações que serão a seguir analisadas.

1.2.1.4.2. Grupo B (Março a Outubro de 1994)

Esse grupo trata da segunda disputa eleitoral da qual Lula participou em 1994. Analisaremos, nesse grupo, o discurso de *Veja* sobre Lula durante o período eleitoral que se estende de março a outubro de 1994.

Por meio da análise de capas da revista *Veja* bem como de SDs recortadas das reportagens, buscamos compreender o modo como esse grupo jornalístico produz o imaginário sobre Lula nesta campanha eleitoral que começa com a popularidade do candidato petista em alta.

A análise desse grupo está dividida em dois momentos: primeiro, no bloco principal, analisamos a capa de *Veja* que apresenta a segunda candidatura de Lula; a seguir, no bloco de apoio, trazemos SDs recortadas da reportagem de capa, fragmentos de cartas dos leitores da seção Cartas (do leitor) assim como a capa de *Veja* que discursiviza a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Esses últimos recortes constituem o corpus secundário e servem como reforço à análise empreendida anteriormente.

Para introduzir a análise, o recorte da biografia de Lula "O filho do Brasil" contextualiza o período no qual vamos imergir no decorrer de nossas análises.

Engajado na luta pelos direitos humanos e pela conquista da cidadania, Lula passa, em 1993, a encampar uma campanha nacional de combate à fome. Para ele, era preciso transformar a fome numa questão política. A partir de então Lula realiza as Caravanas da Cidadania, que percorrem milhares de quilômetros, rasgando as regiões mais castigadas pela miséria e denunciando as condições subumanas de existência de parcela expressiva da população.
Denise Paraná

1.2.1.4.2.1 Bloco principal

Antes de principiar a análise da materialidade textual da capa da revista *Veja*, é importante refletir sobre o contexto sócio-histórico de sua produção.

Após ter perdido a eleição para Fernando Collor de Melo e atuado na frente de oposição que exigiu seu *impeachment*, Lula inicia a campanha de 1994 como o primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, tendo 30% das intenções de voto sendo que seus adversários não chegavam a 20%⁵⁰. Com seu prestígio em elevação, no dia dois de março, *Veja* lança uma

⁵⁰ É interessante lembrar que nem todos os partidos já haviam indicado seus candidatos a esta eleição.

reportagem sobre o candidato durante a campanha que empreende pelo interior do Brasil, como mostra o texto 05.

Texto 05



(*Veja*, 02/03/94)

A SD imagética da capa representa Lula não mais vestido com o uniforme da fábrica, mas com calças *jeans* e camiseta que traz o emblema da campanha: *Campanha da Cidadania*. Como se pode ver na imagem ampliada abaixo:



A fotografia produz discursivamente a imagem de um Lula tranquilo, com uma das mãos no bolso, caminhando à beira do asfalto de uma rodovia. Atrás dele só se vê o vazio do asfalto. *Lula sozinho na estrada*, diz a SD verbal da capa. As representações verbal e imagética da capa remetem ao fato dele estar à frente dos demais candidatos na disputa eleitoral - pelo menos no início da campanha em que nem todos os partidos políticos haviam indicado seus candidatos. Percebemos que, nessa textualização, a linguagem verbal vem reafirmar o efeito de sentido proposto pela imagem.

Ainda percebemos os tons de vermelho na capa, apesar de sua pouca expressão. No entanto, a imagem não remete ao mesmo efeito de sentido que a anterior. O efeito de revolução perde aqui sua força, mas nem por isso deixa de ressoar na **memória discursiva**.

Nesta representação imagética, a imagem de "operário revolucionário" vai abrindo espaço para a imagem de "homem do povo". O grupo *Veja* descreve as atitudes do candidato em campanha de modo a possibilitar a produção de uma imagem de Lula como um candidato humilde que enfrenta longas viagens de ônibus, caminha pelo barro ou sob o sol, enfim um homem que possui hábitos simples como os trabalhadores rurais. Desse modo, *Veja* possibilita a interpretação de que Lula é um candidato com quem o povo (classe baixa) pode se identificar.

Esse **deslizamento de sentido** nos remete ao fato de que *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (Pêcheux, [1983]/1990, p. 53). Ao considerar a *deriva de sentidos* ou, ainda, o **equívoco**, uma propriedade da linguagem, Pêcheux (idem) aponta para a instabilidade intrínseca da FD, mostrando que, além de *os sentidos mudarem ao serem deslocados de uma FD a outra* (Haroche, Henry e Pêcheux, [1971]/1990, p.148), também podem sofrer modificações no interior de uma FD sem que isso estabeleça uma desidentificação com a forma-sujeito desse domínio.

Nesse contexto eleitoral de 1994, como observamos, *Veja* parece controlar menos a *estabilidade lógica dos sentidos* (Pêcheux, [1983]/1990, p. 23), abrindo espaço para possíveis interpretações positivas sobre Lula. Isso ocorre, a nosso ver, em virtude da antecipação que o grupo produz **de seus leitores**. *Veja* considera que, estando Lula na frente das pesquisas de intenção de voto, sua rejeição social reduziu, o que faz com que o grupo dissimule ainda mais seu discurso de oposição ao candidato.

Além disso, sendo o discurso materializado por meio da relação entre **língua e história**, o modo como o grupo *Veja* historiciza o imaginário sobre Lula não desaparece de uma eleição a outra sem que esse grupo jornalístico se inscreva em outra rede de filiações. A **memória discursiva** sempre se ocupa em fazer reverberar os sentidos já-ditos, esquecidos ou mesmo apagados.

Analisando de um ponto de vista discursivo a produção da SD imagética da capa, observamos que o candidato não está apresentado como tal, vestindo terno e gravata como a vestimenta idealizada socialmente para um político. Um leitor que não houvesse tido contato com outras representações imagéticas de Lula, a não ser aquelas produzidas por *Veja* até este momento, produziria a interpretação de que Lula não usa terno, de que sua aparência não

condiz com o imaginário de Presidente da República. O apagamento desse modo de representação de Lula nas capas de *Veja* relaciona-se ao fato de, nessa imagem, Lula estar vestido de calças *jeans* e camiseta, ou seja, de modo informal.

Segundo "A história do *jeans*" contada por Pitolica⁵¹, essa peça do vestuário, tão comum nos dias atuais, tem sua origem no século XVIII em Nimes, na França. Por ser um tecido resistente que dispensa muitos cuidados em sua fabricação, começou logo a ser fabricado para vestir os trabalhadores rurais franceses e os mineiros californianos. Apenas, na década de 70 do século XX, com a adesão da peça pelos *hippies*, que o fizeram por uma forma de protesto, e seu aperfeiçoamento por estilistas é que o *jeans* deixou de representar a vestimenta para o sujeito que ocupa o lugar social do operariado.

Notamos, assim, que a SD imagética da capa guarda resquícios do imaginário de Lula como um **operário, desqualificado e analfabeto** produzido pelo grupo *Veja* na campanha de 1989. Dirigindo nosso olhar interpretativo-analítico para a materialidade verbal da reportagem, buscaremos compreender como esses efeitos de sentido determinam a produção desse imaginário e se estes remetem a outros sentidos "esquecidos" no eixo interdiscursivo.

1.2.1.4.2.2 Bloco de apoio

Nesse bloco de análise, buscamos sustentação à análise do bloco principal nas SDs da reportagem de capa da revista analisada no bloco anterior. Também mobilizaremos fragmentos de cartas dos leitores publicados na seção da revista *Cartas* (do leitor) assim como a capa que trata da vitória de Fernando Henrique Cardoso, adversário de Lula nessa eleição.

Por meio da análise das SD 01 e 02 recortadas do texto da reportagem, procuraremos observar como a memória discursiva funciona na produção de sentidos do discurso de *Veja* sobre Lula nesta campanha eleitoral.

SD (01) *Tudo para mim era xingar a Mercedes, a GM e a Ford. Se você vai para um sindicato, isso muda, você olha para a categoria. Se você vai para um partido, tem que olhar para a sociedade. (...) Teve um tempo em que o meu mundo era a Villares. Ele se ampliou, mas não quero abandonar o Lula de 1972. Ele é o oxigênio que eu preciso para ser o Lula de 1994 (Veja, 02/03/94, p. 20).*

⁵¹ Disponível em: <http://guia.mercadolivre.com.br/historia-jeans-6212-VGP>, acessado em 10 de fevereiro de 2008.

SD (02) *Lula-94 é capaz de fazer coisas que Lula-72 não fazia, mas a naturalidade com que se meteu nos caminhos de barro dos assentamentos indica que esse Lula recente é capaz de qualquer coisa que o de 72 tenha feito (Veja, 02/03/94, p. 26)*

Observamos que o grupo *Veja* visa a produzir um "efeito de memória" no próprio fio discursivo, por meio da apropriação do discurso do referente.

Considerando o funcionamento da SD no discurso de Lula, observamos que o efeito de sentido produzido é o de *mudança*, de *adaptação* do candidato frente às diferentes condições de produção do seu discurso como podemos perceber pelo relato dos diferentes modos de tomada de posição, o de operário, o de sindicalista e o de político.

O grupo *Veja*, inserindo esse discurso relatado em outra rede de formulações, apropria-se da formação imaginária que Lula projeta para o lugar social que ocupava no contexto histórico de 1972, ressignificando-a ao direcionar os efeitos de sentido para **comunista, radical e subversivo**.

Ao contrastar essas formações imaginárias produzidas em diferentes condições de produção: aquela de Lula em 1994 e aquela de Lula em 1972, o grupo reconhece a moderação no discurso do referente que estendeu sua atenção também aos empresários e aos latifundiários, com quem, em 72, nem ousava dialogar. No entanto, o aspecto "natural" direcionado aos hábitos do candidato induz à interpretação de que o *radicalismo* em Lula lhe é intrínseco, e ainda, que este é o fundamento do discurso de Lula enquanto candidato em 1994.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o discurso de *Veja* admite a moderação do caráter "radical" do candidato Lula, procura amenizar o imaginário desse Lula "amigo", recuperando na memória do dizer o Lula "inimigo". Isso revela a identificação desse grupo jornalístico com a FD que abriga os saberes da elite do país cujo preconceito e o desejo pelo poder não admitem uma vitória da esquerda.

Essa identificação com o discurso da elite revela-se no modo como o grupo *Veja* constrói sua seção *Cartas*. Como vimos anteriormente, a cada nova edição da revista, um espaço é destinado a fragmentos de cartas envidas pelos leitores à redação de *Veja* comentando a edição anterior. Na edição de 9 de março de 1994, a seção *Cartas* (p. 14) traz comentários sobre a reportagem cujas SDs acabamos de analisar.

SD (03) *Sem dúvida o Brasil está mal, mas ficará muito pior se for governando por Luís Inácio Lula da Silva, um sujeito retrógrado, além de ser analfabeto (Veja, 09/03/94, p.14).*

SD (04) *A maioria dos eleitores não acredita na visão política e governamental de Lula, que é bastante **restrita** (Veja, 09/03/94, p.14).*

SD (05) *Na edição de 13 de fevereiro da revista Tropic, encarte do Miami Heald, foi publicada uma reportagem sobre Lula intitulada "The Boggy Man" ("O Bicho-Papão"), que comenta suas **tendências comunistas**, os charutos de Havana e diz que um dos seus ídolos é Fidel Castro. Entre os exilados cubanos em Miami comenta-se que Fidel não tomará nenhuma atitude até as eleições brasileiras. Se Lula for eleito, ele contará novamente com apoio político e financeiro (Veja, 09/03/94, p.14).*

Por meio dessas SDs, notamos que os fragmentos das cartas funcionam como SD recortadas pelo grupo *Veja* para ratificar sua própria interpelação ideológica pelo viés do efeito da voz do outro, o sujeito-leitor.

A produção desse recorte, como já vimos, é puramente ideológica. Desse modo, o grupo direciona os sentidos conforme sua inscrição em uma formação discursiva, selecionando tais cartas e tais formulações em detrimento de outras. Ao buscar a produção de um **efeito de polifonia**, *Veja* esbarra no desejo inconsciente da manutenção dos sentidos e acaba produzindo um efeito de monofonia que reproduz seu próprio imaginário, ou seja, o imaginário que é compartilhado com alguns de seus sujeitos-leitores é determinado por uma mesma FD e pela mesma posição-sujeito.

Assim, por meio desse simulacro de polifonia percebemos - agora menos dissimulada - a manutenção do sentido de **comunista** e **analfabeto** para o imaginário produzido sobre Lula. Com isso, o grupo ainda busca produzir o efeito de que são os leitores e não o grupo *Veja* que produz esse imaginário, o que designamos por **efeito de discurso do leitor real**, e ainda, que esse imaginário é tomado como **consenso** pelo discurso social.

Ainda sob esse efeito de **consenso**, *Veja* produz para a eleição de 1994 o imaginário de **candidato ideal**, representado pelo candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. A partir das SD recortadas por *Veja* para compor a seção *Cartas* de 31 de agosto de 1994, percebemos como o discurso do grupo *Veja*, dissimulado sob o **efeito do discurso do leitor real**, produz o imaginário para esse referente discursivo.

SD (06) *Assim como a VEJA é a melhor revista de todos os tempos, FHC é, de longe, o mais capacitado candidato à Presidência de toda a era republicana do país (Veja, 31/08/1994, p. 12).*

SD (07) *A eleição de pessoas como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Jaime Lerner exerce um efeito positivo nos padrões da política nacional. (Veja, 31/08/1994, p. 12)*

Consideramos, então, que o adversário de Lula, ocupando o lugar social de sociólogo, intelectual, ministro da fazenda e político de direita, representa para *Veja* o **candidato ideal** para vencer as eleições de 1994. Esse modo de significação pode ser compreendido também através de como o grupo *Veja* discursiviza a vitória de FHC na materialidade textual da capa de 10 de outubro de 1994 (texto 06).

Texto 06



(*Veja*, 12/10/94)

Nessa capa, a imagem de FHC é representada por meio de uma fotografia em preto e branco, tirada no momento em que ele acenava aos seus eleitores na comemoração de sua vitória. A imagem remete às fotografias históricas de figuras públicas renomadas que ora despontam nos livros e manuais de História. O imaginário de *Veja* sobre Fernando Henrique Cardoso é o de uma figura pública a ser destacada na história oficial do país. Isso se justifica segundo o imaginário de *Veja* para o presidente ideal: de origem abastada, sociólogo, intelectual, com um histórico de atuação política no senado e no governo.

Percebemos o imaginário do grupo *Veja* para o candidato ideal à Presidência da República sendo projetado sobre Fernando Henrique Cardoso. Esse imaginário de **candidato ideal** é produzido em oposição ao de Lula, significando um antagonismo entre os dois imaginários, o que faz com que Lula seja visto como um candidato "desqualificado".

Observamos, assim, que a memória discursiva mobilizada por esse grupo jornalístico aponta para a direção que os sentidos tomam no DVL, produzindo uma **reescritura** da imagem de Lula com certo deslizamento de sentidos. Entendemos por reescritura o processo pelo qual a imagem do candidato nas capas relativas aos diferentes contextos eleitorais vai se

reescrevendo (ou melhor, se redesenhando) continuamente com maior ou menor grau de deslizamento. Tal procedimento torna visível a produção de um imaginário que se propõe como único, verdadeiro, consensual.

1.2.1.4.2.3 Síntese do grupo B

A reflexão teórica sobre o DVL no contexto político-sócio-histórico de 1994 nos permitiu compreender o funcionamento da linguagem por meio de seu **equívoco** e de sua relação com a **memória discursiva**.

Já que as diferentes materialidades simbólicas comportam o equívoco e a opacidade, sempre haverá *pontos de deriva possíveis* (Pêcheux, [1983]/1990, p. 53), abrindo espaço a outras interpretações como nos foi possível compreender por meio do deslizamento de sentido que o imaginário sobre Lula sofreu nessa produção discursiva, o que ocasionou certo grau de deslizamento também na reescritura de sua imagem.

Apesar dos pontos de deriva, percebemos também que a FDV, determinando os sentidos que podem/devem ser enunciados, funciona de modo a manter a *estabilidade lógica* (Pêcheux, [1983]/1990, p. 23) do DVL por meio do trabalho da **memória discursiva**.

Em nossas análises, foi possível perceber o modo como a memória irrompe no eixo intradiscursivo, deixando seus vestígios e fazendo ressoar o imaginário de **radical, subversivo, operário e desqualificado**.

A busca pela estabilidade do DVL ainda tornou-se visível no momento em que comparamos o imaginário que *Veja* produz sobre Lula ao imaginário que esta produz sobre seu adversário, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para esse último, *Veja* projeta um **imaginário sobre o candidato ideal** que, mobilizado em oposição ao seu imaginário sobre Lula, produz para este o efeito de candidato "desqualificado". Essa posição-sujeito *Veja* deixa explícita ao projetar sobre a voz do sujeito-leitor os sentidos estabelecidos pela sua própria FD, produzindo, assim, **um efeito de discurso do leitor real**.

Esse **efeito de discurso do leitor real**, o compreendemos a partir de SD que o grupo recortou de cartas escritas por leitores, na seção *Cartas*, por meio do qual o grupo *Veja* visa à produção de um **consenso** sobre o imaginário imposto a Lula.

Desse modo, temos presente que, apesar dos deslizamentos de sentido sempre possíveis e inevitáveis, *Veja* continua produzindo no imaginário sobre Lula os efeitos negativos de **subversivo, radical, analfabeto, desqualificado**, mantendo, assim, uma relação entre as

unidades significativas que compõem as capas de *Veja*. Tal relação parafrástica, a compreendemos como uma **reescritura**.

A **reescritura** se manifesta, neste trabalho, pelo modo como *Veja* vai reescrevendo, redizendo, redesenhando a imagem de Lula de modo a tornar visível a manutenção de um único imaginário que é reproduzido continuamente com maior ou menor grau de deslizamento. Nas análises que seguem, procuraremos observar se a representação da imagem de Lula nas capas segue apenas a ordem da reescritura ou se, em algum momento, podemos sentir os efeitos de uma possível **escritura** de imagem, o que tornará notável a produção de um novo imaginário.

1.2.1.4.3 Grupo C (Março a Outubro de 1998)

Nessa seção que denominamos grupo C, vamos tratar do período eleitoral que compreende o ciclo temporal de março a outubro de 1998. Nessa disputa eleitoral, Lula enfrenta mais uma vez o tucano Fernando Henrique Cardoso com a diferença que agora a disputa se efetua entre um político sem experiência no cargo de chefe de Estado e outro que é o atual Presidente da República.

Nossa investigação começa com o bloco de apoio que traz a análise das SDs da revista de vinte de maio de 1998, as quais nos remetem ao discurso do grupo *Veja* sobre essa terceira candidatura de Lula.

Na seqüência do bloco de apoio, vem o bloco principal que traz a capa que apresenta de fato a candidatura de Lula em 1998. Para dar maior consistência às análises realizadas nessa parte, outro bloco de apoio é mobilizado, trazendo SDs recortadas da reportagem que constitui a chamada da capa.

1.2.1.4.3.1 Bloco de apoio

Antes de partirmos para a análise da capa que discursiviza sobre a terceira candidatura de Lula, é relevante mostrar que efeitos de sentido o grupo *Veja* produz no momento em que o Partido dos Trabalhadores articula a recém-iniciada campanha.

Após a derrota no primeiro turno e os quatro anos de andamento do plano real e do governo FHC, a candidatura de Lula é considerada pelo grupo *Veja* desanimada e relutante.

Esse efeito de sentido é produzido por meio de formulações tais como: Lula está murcho, recortada da SD abaixo:

SD (01) *O Lula de hoje, em tempos sem inflação, está murcho. Desde o lançamento de sua candidatura, só viajou duas vezes [...] Por duas vezes ameaçou desistir, desanimado com a falta de apoio* (Veja, 20/05/98, p. 46).

O qualificativo "murcho" ao estado apresentado por Lula neste começo de campanha diz respeito à interpretação do grupo *Veja* de que o político teme uma nova derrota para Fernando Henrique, o qual, no primeiro mandato, segundo o imaginário de *Veja*, teria feito um bom governo, conseguindo "combater a inflação". Frente a esses fatos, para *Veja*, o candidato petista não apresentaria argumentos relevantes contra um governo que se mostrou "tão eficiente". "Estar *murcho*" também pode significar, para a rede de formulações em que se inscreve o grupo *Veja*, o fato do PT não conseguir apresentar um programa de governo claro, com propostas realizáveis. É assim que o grupo *Veja* apresenta a candidatura de Lula na campanha de 1998, sob uma sombra de desânimo e apatia.

1.2.1.4.3.2 Bloco principal

Feitas as considerações sobre o início dessa campanha eleitoral no bloco anterior, podemos agora partir para a análise da capa que apresenta Lula como candidato declarado na eleição para presidente de 1998.

O efeito de desânimo e apatia em torno da imagem de Lula, nesta eleição, é desconstruído no momento em que o candidato aparece empatado com o seu "temido" adversário na pesquisa de intenção de voto do instituto *Vox Populi*. *Veja* apresenta essa "virada" na edição de dez de junho de 1998, presente no texto 07.

Texto 07



(Veja, 10/06/98)

A SD imagética do texto 07 mostra Lula, vestido com um terno azul, fazendo "embaixadinhas" com a bola oficial da Copa do Mundo de futebol em um gramado. A representação imagética juntamente com a SD verbal apresentada em letras graúdas: *Lula entra no jogo* fazem alusão ao campeonato mundial de futebol que estava ocorrendo no mesmo ano cuja explicitação se faz presente na publicidade do *Guia da copa* fornecido gratuitamente com este exemplar da revista.

Além da representação inédita de Lula nas capas de *Veja*, usando terno, o representado ainda traz nas mãos um par de óculos para leitura, o que nos indica que, antes de lhe passarem a bola, Lula estava lendo. Observamos que, nessa materialidade textual, o grupo *Veja* textualiza seu discurso sobre Lula apresentando-o como um *político* que, para o imaginário de *Veja*, só pode ser escolarizado e estar vestido adequadamente como um possível presidente. Percebemos, nessa SD imagética, a cor vermelha cedendo lugar ao azul, o que ameniza ainda mais o efeito de subversão que a imagem de Lula suscita nesse discurso. Seria o indício da produção de uma escritura?

É notável que o processo discursivo que possibilitou a fotografia desta capa destoa claramente daquele que produziu o texto capa de 1989 (texto 03), analisado no bloco principal do grupo A em que Lula aparece vestido com o uniforme de operário, com o braço erguido em frente à bandeira do PT. No entanto, uma análise mais detida ainda nos revela os vestígios do sentido negativo que circula na memória discursiva, revelando que os deslizamentos de sentido nessa formulação dizem respeito ao próprio processo parafrástico de repetição.

Para compreendermos os gestos de interpretação dessa representação imagética, é relevante voltarmos à SD verbal da capa, a partir da qual observamos o direcionamento de sentido produzido: *Lula entra no jogo*. Esse dizer apresenta-se em letras graúdas e destaca o fato de o candidato ter enfim assumido sua candidatura e mais: o efeito de sentido de jogo sugere o modo como foi realizada essa candidatura. Lula agora quer "ganhar o jogo", esse discurso estabelece uma relação parafrástica entre a eleição e uma partida de futebol. A referência ao jogo de futebol também remete ao recurso lingüístico de metáforas que funcionam no discurso político do candidato, como se ele, comparado a um membro comum do povo, só entendesse desse assunto.

Mas só a escalação não basta para ganhar o jogo, Lula teve de passar por algumas transformações: passou a vestir o uniforme apropriado, o terno, e a seguir as instruções do técnico, o marqueteiro de sua campanha.

Se da posição-sujeito em que se inscreve *Veja* o que se enuncia são fatos, a situação de Lula apresentar-se de modo diferente nesta eleição é algo que não se pode negar tanto com relação à aparência física quanto ao programa de governo. Aliás, desde a "Carta ao povo brasileiro", o discurso político de Lula se mostra cada vez mais moderado. É inevitável, portanto, o deslizamento de sentidos na representação imagética que *Veja* faz de Lula para a capa desta eleição. No entanto, esse novo trajeto dos sentidos não chega a afetar o direcionamento de sentidos na produção de seu imaginário como poderemos perceber pelo modo como *Veja* questiona a capacidade do candidato em vencer a eleição. A SD verbal da capa nos indica o modo como esse discurso é linearizado:

Mas será que ele tem chance de ganhar a eleição?

O efeito de oposição produzido pelo operador discursivo "mas" e pela interrogação na formulação acima funcionam discursivamente de modo a criar o efeito de dúvida sobre a qualidade da mudança no discurso político de Lula. Tal formulação pode assim ser parafraseada: Será que Lula sofreu mudanças significativas a ponto de convencer o eleitorado de que está apto a governar o país?

Na interpretação do grupo *Veja*, essa mudança parece uma manobra política para convencer o eleitorado de que ele tem condições de ocupar a cadeira de representante máximo do Estado. A partir do *corpus de apoio*, procuraremos mostrar como esse discurso se materializa no corpo textual da revista.

1.2.1.4.3.3 Bloco de apoio

Analisada a capa que apresenta a terceira tentativa de Lula a chegar à Presidência da República, podemos perceber a produção de um efeito de sentido negativo sobre Lula. Com a mobilização de SDs recortadas da materialidade da reportagem, objetivamos verificar a produção desse efeito de sentido com mais clareza.

SD (01) As pessoas querem saber que tipo exato de mudança eles [Lula e o PT] têm na cabeça porque há o temor de alterações bruscas. (Veja, 10/06,98, p.45)

Percebemos por meio dessa SD que o grupo *Veja* produz para si um efeito de porta-voz da sociedade. Propõe, entretanto, um sujeito genérico, "as pessoas", para textualizar seu próprio discurso. Essa versão do DVL produz o efeito de desconfiança do leitor e, como o efeito de interlocução com o leitor, que é apenas virtual, o grupo o convoca a duvidar da autenticidade do discurso político de Lula.

Além disso, a elevação de Lula nas pesquisas não é dedicada ao seu mérito, mas ao declínio do prestígio do governo FHC devido à sua "pouca sensibilidade social".

SD (02) O brasileiro ficou com a sensação de que FHC não tem muita sensibilidade social. Esses fatores foram o guindaste do Partido dos Trabalhadores. Lula subiu nas pesquisas não porque tenha apresentado algum projeto de governo irresistível aos brasileiros (Veja, 10/06/98, p.43).

Como já havíamos mostrado no grupo A, o plano de governo de Lula é mais uma vez criticado pelo grupo *Veja* que o faz nesse momento por meio da apropriação da fala do ex-ministro Mailson da Nóbrega:

SD (03) Seu programa econômico tem incoerências muito grandes (Veja, 10/06/98, p.44).

A materialidade verbal *incoerências* retoma os qualificativos *irracional, desconexo e ilógico*, mostrando a manutenção quase que insistente do discurso negativo sobre Lula. Assim, a formação imaginária projetada ideologicamente por *Veja* é a de um político que, não usufruindo de capacidade política para ganhar a eleição, usa de estratégias e manobras

políticas para convencer o povo de que ele é a melhor opção, para "iludir" o eleitorado, dissimulando sua "verdadeira" personalidade, a de radical e analfabeto.

É por meio das cartas do leitor, consideradas aqui como um **efeito do discurso do leitor real**, que o grupo *Veja* expõe de forma menos dissimulada esse efeito de sentido negativo sobre Lula.

SD (04) *Pelo que se vê, Lula entrou para o time que faz **qualquer negócio** para chegar ao poder. Quem poderia imaginá-lo de mãos dadas com o ultrapassado Leonel Brizola? Ou entrando pela porta "estreita" da Igreja Universal? É, realmente a política brasileira é **diabólica**, e o leitor precisa ficar atento a essas **tramas*** (Veja, 17/06/98, p. 26).

SD (05) *Acho que Lula não é ainda o candidato de peso que fará com que FHC perca as eleições deste ano. [...] O único candidato de peso para enfrentar FHC é o antigo Fernando Henrique Cardoso* (Veja, 17/06/98, p. 26).

SD (06) *Há uma razão assustadora e sórdida para a ascensão de Lula nas pesquisas. Muitos eleitores têm a infantil mentalidade de que, como a situação está difícil com o **intelectual**, não custa nada experimentar o **analfabeto**. É bom lembrar que o Palácio do Planalto não é um laboratório destinado a **experiências exóticas*** (Veja, 17/06/98, p. 26).

Na SD (04), percebemos o deslizamento de sentidos na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula que faz surgir o efeito de sentido de **estrategista político** que usa de manobras e farsas para atingir seus objetivos. Contudo essa deriva não impede a reprodução dos efeitos de **despreparado** e **analfabeto** produzidos nas SD (05) e (06). Compreendemos, portanto, que o deslizamento produzido no imaginário de *Veja* sobre Lula no período eleitoral de 1998 apresenta um grau intermediário que não afeta a **reescritura** da imagem de Lula percebida como a reformulação do enunciado *O comunismo representa o mal*.

1.2.1.4.3.4 Síntese do grupo C

Em nossas análises, ao constataremos um maior grau de deslizamento de sentidos na reescritura da imagem de Lula para o contexto eleitoral de 1998, podemos perceber que a moderação na aparência e no discurso político de Lula é discursivizada pelo grupo *Veja* como uma manobra política do candidato. O deslizamento de sentido na produção do imaginário do grupo sobre Lula que faz surgir o efeito de sentido de **estrategista político** não apaga o efeito de **analfabeto**, **desqualificado** e **radical** que tem sido produzido para o referente até o

momento. A memória do dizer trabalha, nesse caso, para recuperar de modo contínuo esses efeitos negativos e a produzir outros efeitos da mesma ordem.

Mesmo que a mudança nas condições de produção não permita a *Veja* formalizar o imaginário de **perverso** e **subversivo** para Lula, esses sentidos ressoam na memória do dizer como não-ditos que são silenciados, esquecidos no interdiscurso, mas que de lá ressoam significativamente.

Essa repetição ininterrupta do efeito negativo sobre a imagem de Lula nos possibilita compreender que o enunciado *O comunismo representa o mal*, embora atenuado, ainda ressoa na projeção ideológica que *se pode/deve* fazer sobre Lula dentro da FD na qual se inscreve o grupo *Veja*. Isso nos leva a considerar também que o imaginário de *Veja* sobre Lula se materializa na forma de uma reescritura da imagem desse referente que é produzida como uma paráfrase discursiva do imaginário de *Veja* para comunista/comunismo, ou seja, constitui-se como uma paráfrase para dizer o mesmo.

Quanto à articulação entre as linguagens verbal e não-verbal, observamos mais uma vez o mesmo direcionamento de sentido dado a ambas materialidades com a diferença no modo de formulação, o que tratamos, neste trabalho, por gestualidade da discursivização.

1.2.1.4.4 Grupo D (Julho de 2001)

O grupo D traz a quarta tentativa de Lula à Presidência da República. Agora, mais popular que qualquer outro candidato, Lula livra-se da concorrência de Fernando Henrique Cardoso e logo, nas primeiras pesquisas de intenção de voto, dispara na frente dos outros nomes indicados à candidatura pelos partidos concorrentes. Como apontam os índices de aprovação dos candidatos nas pesquisas de opinião, o jingle de campanha "Lula lá" nunca fora tão aceito pela formação social brasileira como nas eleições de 2002.

Nesse grupo, analisaremos no bloco principal o texto 08 que diz respeito à capa de quatro de julho de 2001, data em que *Veja* produz o efeito de inauguração da campanha petista para as eleições de 2002. Como suporte às análises do bloco principal, analisaremos, no bloco de apoio, SDs recortadas da reportagem da mesma revista (texto 08) assim como SDs de cartas de leitores comentando essa reportagem.

Com isso, objetivamos verificar como se dá o processo de reescritura e a produção do imaginário de *Veja* sobre Lula no contexto eleitoral de 2002.

1.2.1.4.4.1 Bloco principal

Mobilizaremos aqui a textualidade da capa da revista de quatro de julho de 2001, quando a candidatura de Lula é apresentada por *Veja*.

Derrotado pelo mesmo adversário e disposto a concorrer pela quarta vez a eleição presidencial, Lula tem sua candidatura discursivizada por *Veja* como uma "jogada de marketing" produzida pelo desespero de vencer a eleição a qualquer custo. A produção desse efeito de sentido de estrategista político poderá ser observada a partir de nossas análises do texto 08, referente à capa de quatro de julho de 2001, data que *Veja* anuncia a candidatura de Lula já declarada publicamente.

Texto 08



(*Veja*, 04/07/01)

O texto 08 traz o busto de Lula numa expressão séria, com a gola da camisa azul à mostra sob um colete de lã azul escuro contrastando com a suavidade dos tons de laranja ao fundo. A representação do plano de fundo com uma cor quente sugere certo deslizamento na produção de sentidos, já que não há mais a produção do efeito de agressividade produzida pela cor vermelha, é agora o matiz laranja que busca transmitir a sensação de suavidade, o que indica uma mudança na postura política do candidato.

No entanto, essa suavidade contrasta com a expressão séria de Lula em destaque na capa. Podemos interpretar, assim, que, embora haja uma mudança no discurso do candidato

petista, a representação que o grupo *Veja* produz para Lula sofre alguns deslocamentos, mas não chega a romper com o processo de reescritura observado até o momento.

A SD verbal ao lado, em letras graúdas, *Lula lighth*, indica o tom da mudança sofrida por Lula: não se trata mais, segundo a interpretação do grupo *Veja*, do "lobo socialista", "do radical da vila Matilde", mas de um radical que fracassou e não quer mais fracassar (é válido lembrar que já é sua quarta tentativa de ser Presidente da República). Para isso, adotou algumas "táticas" como a da aparente simpatia em destaque na capa pela SD verbal logo abaixo das letras graúdas:

Na tentativa de parecer simpático e escapar da quarta derrota, o candidato do PT fala agora em fazer alianças amplas e em defender a estabilidade da moeda.

Para o grupo *Veja*, inserido na FD anti-comunista, as alianças feitas até então pelo político não tiveram grande expressão, só nesse momento, após a terceira derrota, é que Lula de fato dá ares de transformação não só física, mas também quanto ao seu discurso político. Segundo as mudanças sofridas por Lula nesse aspecto, o candidato passa agora a reconhecer até o "importante legado" deixado pelo governo FHC, a estabilidade da moeda.

Contudo, essa mudança, como veremos, é, assim como em 1998, questionada dentro do lugar discursivo que *Veja* materializa para si. Para o DVL, Lula *tenta* parecer simpático, ou seja, desfazer sua imagem de "inimigo", mas a seriedade com que aparece na fotografia da capa produz o efeito de que essa simpatia é apenas resultado do trabalho de *marketing* da campanha, um *simulacro*, uma falsa cópia de "amigo".

1.2.1.4.4.2 Bloco de apoio

Feito o percurso pela capa da revista, chega o momento de nos referirmos ao seu interior a fim de mostrar que a capa da revista já evidencia a posição-sujeito adotada pela revista sem que precisemos entrar em contato com o conteúdo da reportagem.

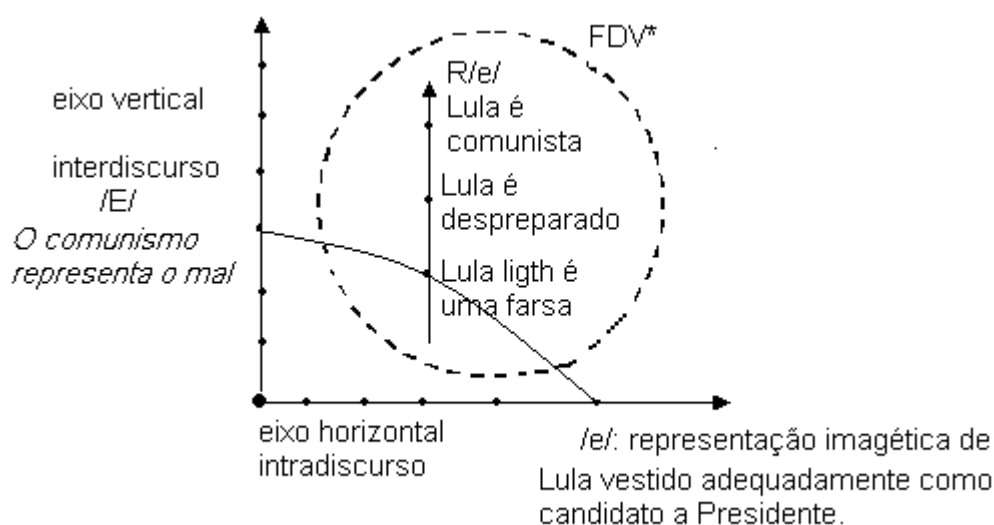
Assim, trazemos, nessa seção, SD da reportagem e fragmentos de "cartas de leitores" como corpus secundário para esse grupo, com o objetivo de dar maior visibilidade ao nosso gesto interpretativo. Primeiramente analisaremos a SD recortada da reportagem:

SD (01) Não se pode esperar que um petista se entusiasme de coração com privatização, enxugamento da máquina estatal, reforma da Previdência e combate árduo ao déficit público, como foi ou está sendo feito nos países mais avançados. (Veja, 04/07/01, p. 42)

Nessa SD, percebemos a retomada do aspecto de naturalidade dado ao radicalismo de Lula. Um petista de verdade - como é o caso de Lula, que atuou diretamente na idealização e fundação do Partido dos Trabalhadores - não consegue se desprender de seus ideais socialistas. Por meio do DVL, sugere-se que não é da índole de Lula tomar as medidas consideradas pelo grupo *Veja* como fundamentais ao desenvolvimento do país. Na formação imaginária de *Veja*, Lula é naturalmente um **comunista, radical e despreparado** para governar, isso lhe é intrínseco, não se pode mudar por meio de táticas políticas. Pode-se mudar apenas a aparência: aparar a barba, emagrecer, usar terno, mas o traço natural de sua personalidade não sofre alterações muito significativas.

Notamos, então, que o discurso do grupo *Veja* sobre Lula absorve do interdiscurso o enunciado *O comunismo representa o mal*, projetando-o sobre o imaginário que faz de Lula, passando a significá-lo como **comunista, despreparado e estrategista político**. Todos esses sentidos constituem **paráfrases discursivas** do enunciado /E/ e pertencem a uma mesma rede de formulações, o que Pêcheux & Fuchs (1975) designam por *matriz de sentido*. No entanto, ao contrário de considerar a matriz de sentido estabilizadora e mantenedora dos sentidos, entendemos juntamente com Serrani (1993) que esse enunciado, ao se relacionar com saberes de outras ordens no eixo interdiscursivo de significação, acaba sofrendo alterações e ressoando de modo diferente em cada nova formulação imagética, como mostraremos na representação a seguir que retoma o esquema 03 (p.46) deste trabalho:

Esquema 09:



*Formação discursiva do grupo *Veja*.

Assim, entendemos que o procedimento de manutenção insistente do efeito negativo sobre a representação imagética de Lula, mesmo com maior grau de deslizamento, constitui um processo de **reescritura** de sua imagem, o que nos permite compreender o modo de produção do imaginário de *Veja* para esse objeto discursivo como uma reformulação do imaginário produzido para comunista/comunismo.

Essa relação de referência se torna mais visível a partir dos efeitos de sentido produzidos pelo editorial de *Veja* publicado na seção *Carta ao leitor*.

SD (02) *A **fragilidade** de Lula sempre esteve nele mesmo e em seu partido. O PT de Lula **assusta** a opinião pública há décadas com seu **radicalismo**. O clima hoje é um pouco diferente.* (*Veja*, 04/07/2001, p.09)

SD (03) *Na direção oposta, Lula e o PT procuram se livrar do **excesso de radicalismo** que os acompanhava desde sua fundação, há 21 anos. É verdade que a legenda continua abrigando alas que defendem idéias **estapafúrdias**, como a **luta armada** e a implantação de um modelo **comunista** de gestão no Brasil, mas em geral o PT se modernizou um **pouco**.* (*Veja*, 04/07/2001, p.09)

Nas SDs acima, notamos que *Veja* coloca a mudança no discurso político de Lula e do PT em uma escala cuja gradação aponta para o mínimo, "*mudou um pouco*", "*pouco diferente*". O grau mínimo para essa mudança sugere a impossibilidade do PT e seu candidato terem apagado de seu discurso "*décadas de radicalismo*", o que retoma o imaginário de comunista para Lula.

Assim, como no editorial, a seção *Cartas* da revista, dedicada à publicação de fragmentos de cartas de leitores torna explícito o posicionamento anti-lula da classe média e alta da sociedade brasileira. Na seqüência, mostraremos como o discurso do sujeito-leitor é o reflexo do discurso do grupo *Veja*.

SD (04) *Acredito que o candidato petista e seu partido reavaliaram várias das posições absurdas que sustentavam há apenas seis meses e terão equilíbrio para fazer um bom governo. **Acredito também em Papai Noel e no coelhinho da Páscoa.*** (*Veja*, 09/10/2002, p.32)

SD (05) *Lula está parecendo tubaína em latinha de Coca-Cola. **É uma falsificação by Duda Mendonça.*** (*Veja*, 09/10/2002, p.32)

A presença do elemento fantástico na SD (04) e a comparação inusitada feita na SD (05) são marcas do discurso de *Veja* sobre Lula. Como a própria SD apresenta, *Lula light* é visto como uma *falsificação*, o resultado de uma estratégia de marketing político da campanha petista para as eleições de 2002. Isso nos leva a considerar tais SDs como um efeito do trabalho ideológico e inconsciente de *Veja* sobre a linguagem, através do qual é produzido o

efeito de que são os leitores reais que utilizam esse espaço de comunicação para expressarem suas opiniões. A esse modo de dissimular na fala do outro seu próprio discurso designamos por **efeito de discurso do leitor real**.

Como podemos notar por meio *desse* efeito de discurso do leitor real, o grupo *Veja* torna menos velada a manutenção do efeito negativo sobre o imaginário imposto a Lula, compreendido anteriormente pelo processo de reescritura.

No entanto, a vitória de Lula nas eleições de 2002 promove uma sutura no discurso de rejeição a esse candidato. E *Veja*, nesse contexto inédito da história do Brasil, publica uma edição cuja capa, em uma primeira leitura, produz **o efeito de comemoração**, como se o grupo estivesse saudando o novo presidente.

A questão que se coloca, nesse momento, é se essa ruptura na repetição do modo de representação imagética de Lula atinge um elevado grau de deslizamento a ponto de configurar-se como uma **escritura** de sua imagem, o que indicaria a produção de um novo imaginário sobre Lula.

Devido à complexidade discursiva desse texto, dedicamo-lhe um grupo exclusivo a fim de que possamos analisar a possibilidade de escritura com mais atenção.

1.2.1.4.4.3 Síntese do grupo D

No estudo desse grupo, continuamos a observar a produção de deslizamento sobre a representação imagética de Lula para a capa de *Veja*. Embora haja a progressão do grau de deslizamento de sentidos, observamos que esses deslizamentos ainda inscrevem-se na ordem da **reescritura**, o que nos permite compreender que o imaginário produzido sobre Lula se mantém de modo insistente, o que nos faz determinar o grupo *Veja* como um **aparelho ideológico de poder**, gerenciador e mantenedor de um discurso único e aparentemente imutável.

O grupo *Veja*, produzindo um imaginário que lhe confere legitimidade, funciona discursivamente como uma **instituição**, segundo as observações de Mariani (1998) sobre a imprensa brasileira, capaz de produzir um arquivo a partir de seus textos, propostos como documentos, que se dispõe a servir de suporte à história oficial da trajetória política de Lula.

Percebemos, então, que o sentido negativo encarnado no imaginário do grupo *Veja* sobre Lula é cristalizado, congelado, como se a memória só pudesse produzir aquele efeito de sentido e não outros. A configuração da FD que abriga o DVL até então permanece

identificada com o discurso da elite do país identificada com o discurso político considerado de direita.

1.2.1.4.5. Grupo E (30 de outubro de 2002 a 18 de agosto de 2004)

Até o presente momento, nos grupos A, B, C e D, tratamos dos períodos de campanha eleitoral para Presidente da República dos quais Luiz Inácio Lula da Silva participou. Neste grupo E, objetivamos dar maior visibilidade à vitória de Lula. Desse modo, examinaremos a capa que trata da vitória de Lula em 2002, com o intuito de investigarmos o modo como *Veja* discursiviza o fato de um ex-operário, nordestino e semi-analfabeto chegar ao posto mais alto do governo.

No *bloco principal*, por meio da análise da SD imagética do texto 09, veremos que a representação da imagem de Lula sofre um significativo deslizamento de sentido, destoando drasticamente do modo de representação que vinha tendo nas capas de *Veja* até o momento.

A fim de examinarmos a possibilidade de ocorrência de um processo de escritura no modo de representação da imagem de Lula, analisaremos, no *bloco de apoio*, SDs recortadas da reportagem de capa da mesma edição, SDs de cartas de leitores comentando o resultado da eleição e mais duas capas de edições subsequentes a essa para verificar se há manutenção desse deslizamento de sentidos.

Para introduzir esse fato histórico, recortamos da biografia de Denise Paraná sobre Lula, publicada nesse mesmo ano, o seguinte trecho:

Tendo sua vitória saudada por muitos no Brasil e no exterior como triunfo da democracia brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva interrompe o revezamento das elites no poder. Quando conquista a presidência, ainda que com alianças políticas que lhe conferiram um perfil mais moderado, Lula interrompe a lógica de 500 anos de história do Brasil, representando a incorporação do povo, dos trabalhadores, ao poder político.
Denise Paraná

1.2.1.4.5.1 Bloco principal

Como objeto de análise do grupo E apresentamos aqui a capa de *Veja* de 30 de outubro de 2002 na qual é representada a vitória de Lula. A emoção da vitória histórica de um homem humilde parece reverberar na mídia.

A multidão toma conta das ruas para celebrar o acontecimento histórico da vitória de Lula. Os jornais enchem suas capas e reportagens com o retrato da festa popular. A emoção do povo reclama atenção, e *Veja* não poderia deixar de fazer uma cobertura especial para esse evento.

A edição de trinta de outubro de 2002, como a apresentamos no texto 09, traz uma capa de valor histórico. A SD verbal da capa apresentada em letras graúdas confirma a importância do episódio: *Triunfo histórico*. Em destaque, no topo da página, é apresentada uma possível explicação de *Veja* considerar a eleição de Lula "um triunfo histórico": *O primeiro presidente de origem popular*. Lula enfrentou o preconceito e a desconfiança da classe média e média-alta e agora está lá, prestes a ocupar a cadeira do chefe majoritário do Brasil.

Texto 09



(*Veja*, 30/10/02)

A "façanha" de um ex-torneiro mecânico, retirante nordestino e líder de um partido de esquerda de ter conseguido chegar ao Palácio do Planalto ressoa na opinião pública com o efeito de comemoração. Desse modo, o grupo *Veja*, para não contrariar esse direcionamento de sentido, projeta uma capa cuja ilustração causa o **efeito de saudação** ao novo presidente.

Na montagem fotográfica, diante do fundo azul, Lula veste terno e segura a bandeira do Brasil como um vencedor que está no primeiro lugar do podium pronto para receber sua medalha e o seu troféu.

Ele tem agora o Brasil nas mãos e tem orgulho disso, por isso sorri. Lula sorri, jamais havia sorrido, não nas capas de *Veja*. E sorri de felicidade, suas bochechas deixam as

covinhas à mostra, o que causa o efeito de sentido de um **Lula bonachão**, verdadeiramente **simpático**.

É nítida a diferença desta capa em relação àquela analisada no grupo A (texto 03), a qual consideramos, até o presente momento, como sendo a representação imagética sucessivamente reescrita nas capas de *Veja*. Seu rosto não está mais escurecido pela sombra da bandeira do PT. Nos seus olhos, não falta brilho. Ao contrário, o brilho das estrelas da bandeira do Brasil parece se estender pelo fundo também azul, confundido com o brilho do seu olhar e do seu sorriso. Não mais o vermelho do comunismo, agora é o azul da bandeira do Brasil que brilha, o azul de um céu estrelado que ilumina a imagem de Lula.

Como percebemos, o **efeito de saudação** se dá mediante a incorporação de saberes advindos de **uma outra rede de formulações** onde se produz o imaginário de "Lula amigo", "homem do povo", cujo enunciado: "O comunismo representa o bem" tomado como uma oposição a "O comunismo representa o mal", é uma representação do saber desnivelado na rede de formulações própria a FD pró-comunismo.

Estaríamos, nesse caso, diante de um **processo de escritura** da imagem produzida pelo grupo *Veja* para Lula? Essa SD imagética estaria rompendo com o processo de reescritura de tal forma a revelar a produção de um **novo imaginário**? Se considerássemos a análise pontual desse evento discursivo, até poderíamos considerar a produção de um rompimento na FDV. No entanto, como observamos a produção desse imaginário por meio de seu processo discursivo, não podemos apagar os discursos anteriores e nem os posteriores de sua análise.

Começamos a resolver essa questão, retomando o postulado proferido por Pêcheux ([1983]/1999) de que, assim como a linguagem verbal, a imagem é **opaca** e não carrega em si um "roteiro de leitura" pré-determinado, o que nos faz "desconfiar" da evidência desse efeito de saudação. Além disso, sendo a imagem um recorte discursivo que representa o texto como um todo, é importante analisar sua relação com a SD verbal da capa. Logo ao lado da imagem, pode-se ler:

Seu desafio: retomar o crescimento e corrigir as injustiças sociais sem colocar em risco as conquistas da era FHC.

O desafio imposto a Lula pelo grupo *Veja* é o de conseguir conciliar a correção da desigualdade social com a estabilidade econômica herdada do governo Fernando Henrique. Tal desafio produz o efeito de "impossível de ser realizado", visto que, no imaginário desse grupo jornalístico, se fosse viável, o governo FHC já teria realizado. Nessa SD, verificamos a mobilização da formação imaginária que esse grupo faz do presidente ideal representado por

Fernando Henrique Cardoso. O plano real e as privatizações fazem parte dessas "conquistas" protagonizadas pelo presidente-sociólogo. Conquistas estas que outrora foram severamente criticadas por seu atual sucessor.

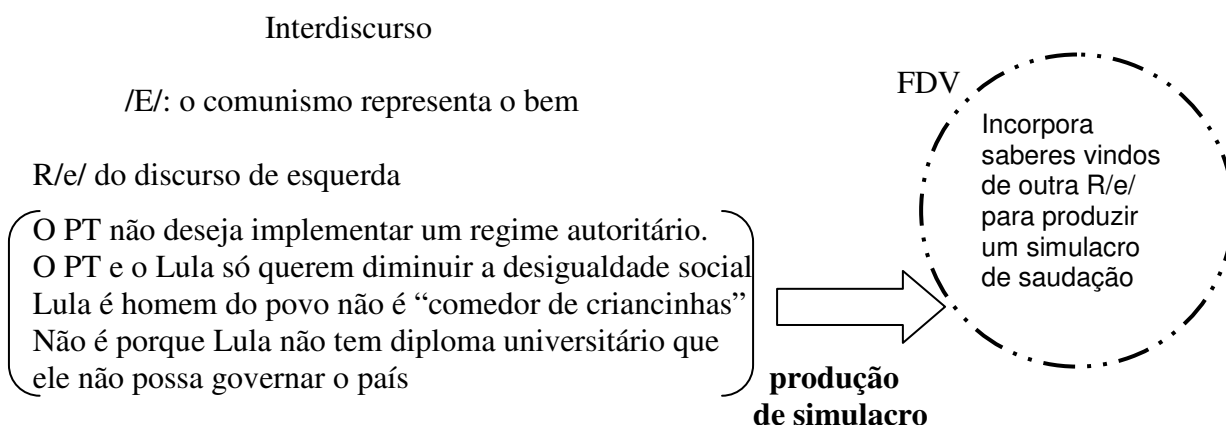
Notamos, assim, que tais saberes materializados na imagem de Lula são absorvidos pela FDDV como **discursos transversos** que causam certa contradição no interior da FD pela qual é incorporado, configurando-se feito um corpo estranho que causa desconforto para a estabilidade lógica dos sentidos e que deve imediatamente ser eliminado.

Isso nos leva a crer que esse deslizamento de sentido na **reescritura da imagem** do político não sugere, portanto, que haja um novo arranjo das fronteiras que configuram a FDV. Interpretamos essa abertura a novos sentidos como a construção de um **simulacro de saudação**. Por *simulacro*, entendemos juntamente com Deleuze (*apud* Indursky, 1997, p.56), tratar-se de "*uma cópia de cópia*", ou seja, uma imagem forjada a partir de outra imagem cujas semelhanças se perdem.

Indursky (*idem*), ao analisar a imagem de presidente democrata forjada pelo discurso dos militares durante o regime militar no Brasil, retoma essa noção elaborada por Deleuze, abordando-a como o resultado do *desejo* do sujeito-presidente em integrar-se à opinião pública desejosa de democracia. A autora (*ibidem*) passa, então, a considerar essa *falsa cópia* como a "produção de um *efeito* de semelhança", compreendido no âmbito do simulacro.

O esquema a seguir ilustra nossa reflexão:

Esquema 10:



Entendemos que a produção do simulacro se dá no instante da elevação do grau de deslizamento no processo de reescrita da imagem produzida para o candidato eleito. Desse modo, temos que a reescritura da linguagem não-verbal funciona, nessa materialidade, diferentemente daquela da linguagem verbal, visto que uma apresenta um grau maior de deslizamento de sentidos que a outra. No entanto, como podemos perceber, isso não impede

que ambas projetem o mesmo imaginário sobre o referente. A fim de darmos maior visibilidade ao que estamos propondo, passamos à análise das SD que compõem o *bloco de apoio* desse grupo.

1.2.1.4.5.2 Bloco de apoio

Mesmo com a possibilidade de ruptura de *Veja* com o discurso anti-Lula descartada, ainda faz-se necessário reafirmar a manutenção do processo de reescritura de sua representação imagética. Para isso, mobilizaremos, nessa seção, SDs recortadas da reportagem que trata da vitória de Lula bem como SDs de *cartas de leitores* comentando a vitória de Lula e duas capas de *Veja* subsequentes a sua vitória e que referem-se ao modo como Lula governa. A partir dessas análises, buscamos observar como o simulacro construído por *Veja* logo após o resultado das eleições pode ser desconstruído de uma só vez.

Em um primeiro momento, buscaremos analisar os efeitos de sentido produzidos por SDs verbais recortadas do interior da revista. A primeira SD a ser analisada compõe o desfecho do texto da reportagem de capa desta edição.

SD (01) *Agora, sai triunfante de sua quarta tentativa de eleger-se presidente da República. A pergunta que se faz é se **saberá se comportar na vitória com o mesmo bom senso com que se portou diante das derrotas** (Veja, 30/10/02, p. 43).*

Tal SD nos permite compreender como o grupo *Veja* se apropria e discursiviza o discurso político de Lula no contexto de sua vitória. A moderação no discurso desse candidato, qualificada como "bom senso", é vista por *Veja* com desconfiança, o que põe sua qualificação em dúvida. Percebemos, assim, a produção do efeito de **desconfiança** e **pessimismo** com relação ao preparo de Lula para comandar o poder executivo.

Esse efeito de desconfiança também se revela nas SDs: "*agora é a hora de ver se as utopias comunistas não serão desenterradas*" e "*Os vermelhos chegaram ao poder*" (*Veja*, 30/10/2002, p. 105). Como podemos perceber, essas materialidades lingüísticas são diferentes modos de formulações, ou melhor, **reescrituras**, para a **imagem de Lula radical, comunista**, produzida no discurso fundador de *Veja* sobre Lula.

Presenciamos, portanto, o declínio do grau de deslizamento de sentidos em torno da **reescritura da imagem de Lula** nas produções textuais da revista, o que nos permite afirmar que o imaginário de *Veja* sobre Lula não sofre significativas transformações, mantendo sempre de forma **insistente** e **contínua** o efeito negativo sobre esse político.

Esse discurso contrário à eleição de Lula está menos dissimulado na seção *Cartas* das edições seguintes à vitória e à posse de Lula. Nessa seção, o grupo publica recortes de cartas dos Leitores comentando o resultado das eleições.

SD (02) *Talvez eu não seja brasileiro o bastante para entender por que **um ex-operário** que ficou tantos anos sem trabalhar pode ser a melhor alternativa para governar um país continentalmente complexo como o nosso. A meu ver, representa apenas a falência da classe política brasileira, substituída por **uma nova utopia**. Não vejo otimismo nisso. Sinto tristeza* (Veja, 06/11/2002).

SD (03) *Há dois anos naturalizei-me brasileiro por opção e pelo amor que tenho por este país. Durante a cerimônia, o juiz salientou o respeito que os novos cidadãos deveriam ter para com a bandeira brasileira. Durante a posse do presidente de todos os brasileiros, fiquei perplexo com tanto **vermelho e branco**. Será que nessa onda de "mudança" o verde e o amarelo também serão substituídos?* (Veja, 06/11/2002).

Essas SD, como já explicitamos, produzem o **efeito de discurso do sujeito leitor** por meio do qual *Veja* materializa seu próprio discurso jornalístico na forma do discurso do outro, produzindo, dessa forma, um **efeito de imparcialidade** e **polissemia** tão apregoados pelos meios de comunicação.

Essa cautela na produção do efeito de sentido negativo sobre o discurso de Lula é logo abandonada, já nas primeiras reportagens sobre o novo governo, o que nos permite concluir que os sentidos vindos da rede de formulações "O comunismo representa o bem" foram plenamente excluídos da configuração da FDV. O sentido dominante sobre o novo governo nesse domínio de saber é o de **despreparo do candidato e do partido** conforme observamos na capa de 15 de janeiro de 2003 (texto 10), apenas quinze dias após a posse.

Texto 10



(Veja, 15/01/03)

A partir dessa materialidade textual, podemos compreender o modo como o grupo *Veja* discursiviza o processo de organização do governo Lula com a configuração dos ministérios. O recurso visual da capa mostra os ministros recém nomeados em atividades não condizentes com a prática político-administrativa como: apertando parafusos, colocando óleo em hélice, segurando uma bomba, tocando violão. Cada uma dessas caricaturas diz respeito a uma particularidade de cada ministro que foi previamente recortada pelo grupo *Veja* para produzir a representação metafórica dos ministros, tentando fazer decolar o aeroplano que seria o governo.

O ministro da Cultura Gilberto Gil, por exemplo, é representado imagetivamente por meio do seu lugar social de cantor e compositor voltado para questões intelectuais, sem ter tido formação acadêmica, o que produz o efeito de sentido de que, sendo artista, não saberia administrar um ministério. Já o imaginário de *Veja* para o ministro Roberto Amaral é projetado a partir de seu comentário de que o Brasil deveria dominar a tecnologia da bomba atômica, produzindo assim o sentido de que Lula pôs um terrorista no governo. O pequeno e desajustado aeroplano desenhado para representar metaforicamente o governo Lula provoca o efeito de **frustração**, de **decepção**, com o modo petista de governar.

Além do efeito causado pelas imagens, a linguagem verbal vem corroborar essa discursividade como se percebe em letras graúdas: "*Trapalhadas na decolagem*"; e logo abaixo, em letras menores, "*O show de factóides no começo do governo Lula*". A constituição do novo governo é, então, ridicularizada pelo grupo *Veja* que discursiviza um **pessimismo** quase que premonitório sobre o desempenho da administração petista, o que sustenta a idéia de uma **reescritura** agora em **grau mínimo de deslizamento**. Tal reescritura revela a manutenção do imaginário que é ainda mais facilmente percebido a partir da análise seguinte.

Estando Lula já há um ano e meio no governo, o grupo *Veja* **reescreve a imagem de Lula "perigo vermelho"** representado imagetivamente pela montagem da capa apresentada no texto 11.

Texto 11



(Veja, 18/08/2004)

Nessa construção, observa-se o retorno da cor vermelha para representar o perigo vermelho e junto com ela a estrela do PT como representação metafórica de uma fenda de fechadura que permite um olho espreitar o que ocorre do outro lado. A imagem remete ao fato de o governo ter apresentado um projeto de lei ao Congresso Nacional que limitaria a atuação da imprensa no país. Na interpretação do grupo *Veja*, esse projeto seria "o mais sério ataque à liberdade de expressão no país desde o regime militar". O grupo produz, assim, **o efeito de totalitarismo soviético no governo Lula** que seria ainda mais repressor que o regime militar.

Além da cor vermelha e o olhar sombrio, desconfiado, através da estrela, a SD da capa, apresentada em letras graúdas e brancas "A tentação Autoritária", reflete em Lula o **imaginário de ditador comunista, líder totalitarista, repressor e controlador da informação**. Essa materialidade lingüística, portanto, **reescreve a imagem de comunista radical** produzida no contexto histórico-social de quinze anos atrás e que vinha se reescrevendo em diversos graus de deslizamento até que, nessa capa, retorna a um grau zero de deslizamento, tornando visível o **imaginário de Veja sobre Lula como radical, subversivo, perverso**.

Percebemos também que esse imaginário manifestou-se de modos diferentes durante o processo de reescritura nas diversas capas da revista, fazendo com que esse efeito de sentido sofresse deslizamentos. No entanto, estando recalcado no interdiscurso, possibilitou, nesse momento, ao grupo *Veja* reiterar seu discurso sobre as pretensões comunistas de Lula. O efeito que *Veja* produz, ao trazer esse imaginário sob a forma de uma reescritura cujo

deslizamento é nulo, é o de comprovar que seu discurso pessimista com relação ao governo petista era uma previsão do que aconteceria se Lula fosse eleito. Agora parece que o efeito de sentido dessa reescritura é: "eu não avisei?".

1.2.1.4.5.3 Síntese do grupo E

As análises desenvolvidas, nesse grupo, nos permitiram observar o modo como *Veja* mobiliza a memória discursiva e os recursos da reescritura para reproduzir o mesmo imaginário sobre Lula ora com maior, ora com menor grau de deslizamento.

Analisando a representação imagética de Lula no texto 09, que trata de sua vitória, percebemos que há um avançado deslizamento de sentido no modo de sua representação por *Veja*, o que nos fez pensar na possibilidade de uma escritura. No entanto, ao relacionar a análise da linguagem verbal do próprio texto e dos textos 10 e 11, concluímos que o retorno ao grau zero de deslizamento no processo de reescritura imediatamente após a vitória de Lula revela que os saberes vindos da FD que abriga o enunciado /E/: *o comunismo é o bem* nunca configuraram de fato a FDV.

Retomando a análise da SD imagética do texto 09, é possível agora afirmar que, apesar da incorporação de saberes oriundos de uma rede de formulações antagônica ao lugar discursivo de onde enuncia o grupo *Veja* no contexto das eleições em 2002, esses saberes não chegam a representar uma **escritura**. Isso ocorre, porque esses saberes, materializados na imagem de Lula com a bandeira do Brasil nas mãos são introduzidos na FDDV como *discursos transversos* a fim de construir um **simulacro de saudação** ao novo presidente. Portanto, em nada afetam a hegemonia da posição-sujeito identificada com o discurso anti-Lula no interior dessa FD.

Essa interpretação recebe consistência ao analisarmos SD recortadas de outras versões textuais que apontam um menor grau de deslizamento na reescritura que *Veja* faz da imagem de Lula, até chegar a um grau zero de deslize de sentidos. Esse grau zero torna visível a **manutenção do imaginário de Lula comunista, radical, subversivo, perverso** que tinha sido amenizado nas reescrituras anteriores das capas. Passemos agora para o último período eleitoral a ser abordado nesse trabalho, para compreendermos se o procedimento de reescritura será direcionado para a ordem do mesmo, como na última análise, ou do diferente, como observamos na capa que retrata sua vitória.

1.2.1.4.6 Grupo F (Junho de 2005 a Novembro de 2006)

O grupo F mobiliza o período de reeleição de Lula, ocorrido em 2006, o qual principia logo após um período de primeiro mandato marcado por polêmicas. Pelo fato do governo Lula ter enfrentado resistência às denúncias de corrupção, Lula surge no cenário de mais uma disputa eleitoral sendo representado pela grande imprensa como um vilão.

A análise no grupo F é desenvolvida por meio da articulação de dois blocos de análise: um considerado *principal* por mobilizar a capa que apresenta a candidatura de Lula à reeleição em 2006 (texto 13) e aquela de sua segunda vitória também em 2006 (texto 18); já o *bloco de apoio* traz SDs de capas anteriores ao período eleitoral, SDs recortadas de matérias dos textos em análise assim como os textos 15 e 16 da revista *Carta Capital*. A análise do discurso de *Carta Capital* tem a função de desconstruir o efeito de evidência em torno do imaginário de Lula produzido por *Veja*.

A mobilização de tais blocos corresponde à necessidade do procedimento de análise, por isso os blocos se intercalam no desenvolvimento deste grupo, de modo que um sustenta a interpretação do outro, articulando, assim, as análises para um resultado comum.

Além de tratarmos do período de campanha eleitoral, analisaremos, neste grupo, também a capa de *Veja* que trata do resultado da eleição, a fim de apontar para a manutenção da posição-sujeito contrária a Lula e o desaparecimento do simulacro de saudação.

Antes de retornar às análises, no entanto, faremos uma síntese da trajetória de vida de Lula contada por Denise Paraná até sua chegada à Presidência da República.

Após experimentar a vida de sertanejo até os 7 anos de idade, Lula migra para São Paulo. É no centro urbano mais industrializado do país que se torna um operário especializado, sindicaliza-se, passa a fazer política primeiro dentro, depois fora das fábricas, funda um partido político e uma central sindical. Após um quarto de século em 2002, transformou-se num dos maiores símbolos das esquerdas brasileira e internacional.
Denise Paraná

1.2.1.4.6.1 Bloco de apoio

Para introduzir a capa que trata da campanha de reeleição de Lula, é importante levarmos em consideração o discurso do grupo *Veja* sobre o primeiro mandato de Lula. Para isso, elegemos uma capa que relata uma problemática do governo nesse período, a compra de votos de parlamentares, o chamado "escândalo do mensalão". Os efeitos de sentido

produzidos para discursivizar esse "escândalo" serão retomados para recuperar o imaginário de *Veja* sobre Lula no momento de sua reeleição.

Nossa análise principia com o comentário breve sobre a atuação de *Veja* nesse primeiro mandato petista. Não só a revista *Veja* como toda a mídia explora o acontecimento histórico de um ex-retirante nordestino assumir o cargo máximo do poder executivo no Brasil, acompanhando passo a passo a organização do novo governo. A meta anunciada pelo presidente recém-eleito para os quatro anos de seu primeiro mandato era a de conciliar crescimento econômico a altos investimentos em programas sociais. Segundo o discurso petista, seria possível crescer tendo responsabilidade social.

Apesar da preocupação do novo governo com o social, a realização pouco expressiva dos programas implementados pelo governo Lula, n os primeiros meses de mandato, faz com que o grupo *Veja* discursivize **o efeito de decepção** da sociedade com a falta de agilidade do governo em realizar as promessas de campanha.

No entanto, ainda faltavam fortes argumentos ao grupo *Veja* para provocar esse efeito em grande parte dos brasileiros. Os argumentos começam, então, a ganhar consistência a partir do suborno a parlamentares para votarem a favor dos programas do governo, envolvendo o dinheiro não contabilizado da campanha petista, fato que ficou conhecido por "escândalo do mensalão" e, desde esse momento, não faltaram narrativas jornalísticas depreciativas contra Lula na mídia brasileira de um modo geral. Já a revista *Veja* cumpriu um papel de destaque na grande imprensa, produzindo reportagens de cunho investigativo, procurando culpados, acusando antes mesmo de a justiça julgá-los réus.

Esse efeito de denúncia pode ser examinado por meio da materialidade visual e lingüística da capa de 16 de junho de 2006 (texto 12).

Texto 12



(*Veja*, 16/06/06)

O contexto sócio-histórico em que a reportagem é feita diz respeito ao abalo que o escândalo do chamado "mensalão" trouxe ao governo Lula e a seu partido.

Nessa capa, as presenças do verbal e do não-verbal funcionam discursivamente a fim de produzir o efeito de comparação entre Lula e o presidente deposto Fernando Collor de Melo, o que é possível, primeiramente, pela pista do desdobramento do segundo "l" do nome Lula que serve como um recurso visual para retomar o nome Collor e o movimento caras pintadas pelo seu impeachment. O modo como a imagem de Collor é reescrita agora na imagem de Lula se faz por uma superposição dos nomes, que remete a uma superposição de suas representações imagéticas e, conseqüentemente, do imaginário que *Veja* produz sobre ambos.

Além disso, as cores da faixa presidencial nessas duas letras "l" referem-se à posição de Presidente da República remetida aqui a ambos. O fato de se tratar do Presidente da República torna ainda mais grave a acusação de corrupção.

O envolvimento de Lula nos atos ilícitos cometidos em seu governo, para o grupo *Veja*, se revela na omissão do presidente quanto à condenação dos culpados, como podemos observar nas SDs abaixo do nome Lula com dois "l": "Sem ação diante do escândalo" e "Lula está em uma situação que já lembra a era Collor". Esta última SD revela que a imagem produzida para Lula, nessa capa, é uma **reescritura da imagem de Fernando Collor de Melo**, primeiro (e único até o momento) presidente do país a sofrer um processo de *impeachment* por corrupção passiva envolvendo contribuições não declaradas à sua campanha. Essa reescritura produz como efeito de sentido **um presidente omissivo e corrupto**.

Os atos ilícitos ocorridos no governo Lula levam o grupo *Veja* a considerá-lo até mesmo mais corrupto que o presidente deposto, Fernando Collor.

Quanto à representação imagética da figura de Lula, esta vem pouco explorada em uma foto pequena bem acima dos "I" duplos. Nessa foto, Lula está de cabeça baixa, aparentando um semblante preocupado, veste terno escuro e gravata vermelha. Consideramos esse traço imagético como um elemento que, em nível interdiscursivo, alude a uma das representações da bandeira do PT, a estrela vermelha ao centro no fundo branco.

Recuperar a imagem da bandeira petista, por meio do processo de **reescritura do Lula "subversivo"**, implica mobilizar o imaginário construído em torno do PT, partido de esquerda, que, segundo Mariani (1998, p. 222), recebeu os efeitos de sentidos atrelados aos comunistas, ou seja, nas palavras da autora: "ocupou o lugar de inimigo antes ocupado pelos comunistas". Essa *referencialidade* (nos termos da autora, *idem*) entre Lula e o comunismo/comunista é produzida pela *memória de arquivo*, uma memória institucional que faz reverberar um único sentido, uma única possibilidade de leitura para os fatos, produzindo, assim, o efeito de uma narrativa linear, sem falhas ou margens. *Veja*, legitimando seu lugar como instituição, reforça esse imaginário negativo, propondo-o como um "saber coletivo", escrevendo uma única versão possível da história a qual se apresentará como oficial.

É nessa conjuntura social, inflamada por efeitos de escândalo, que emerge o período eleitoral de 2006. Vejamos no *bloco principal* desse grupo que efeitos de sentido são possíveis de serem produzidos sobre a reeleição de Lula a partir do lugar discursivo do grupo *Veja*.

1.2.1.4.6.2 Bloco principal

Analisaremos, no bloco principal, como o grupo *Veja* textualiza em sua capa a reeleição de Lula, que efeitos de sentido produzem-se e como a memória discursiva é trabalhada para produzir a discursivização da reeleição presidencial nas CPs apresentadas no bloco anterior.

Contrariando as expectativas do grupo *Veja*, a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aberta para investigar o caso, não conseguiu provar o envolvimento do presidente Lula no esquema do mensalão. Deputados e ministros foram expurgados da cena política, porém Lula se manteve no posto. Um ano se passou e o período de eleições presidenciais retorna com todo o seu furor. Lula está novamente na disputa e logo no início da corrida eleitoral já desponta como candidato favorito, com vitória garantida até para o primeiro turno.

Contudo, o momento favorável à reeleição é prejudicado pela produção midiática de mais um efeito de crise no governo provocada por um novo "escândalo" envolvendo a compra de um dossiê, julgado falso, contra o candidato do PSDB para o governo de São Paulo, José Serra, por parte de petistas ligados ao comitê eleitoral de Lula. Além disso, o dinheiro usado na compra do dossiê é de origem suspeita, o que aprofunda a ressonância do sentido de corrupção no governo. O ato ilícito é tomado por *Veja* como uma **paráfrase** das outras práticas ilegais ocorridas no governo Lula durante o ano anterior, formando um acúmulo de efeitos de corrupção sob os clichês "mensalão", "dólares na cueca", "dossiêgate" que passam a ressoar em cadeia contínua nas formulações do grupo *Veja*, assim como na grande imprensa falada, impressa e televisiva do Brasil, provocando o efeito de "sempre dito" e de evidência: o governo é corrupto.

A nosso ver, esse efeito de repetição extremamente saturada faz com que a textualização de um episódio de corrupção seja percebida como uma **reescritura** do outro a partir da qual se produz um único efeito de sentido, o de que o governo Lula é **corrupto**. A repetição contínua do sentido negativo e a quantidade de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) em andamento ajudam a criar esse efeito de sentido.

É por meio desse efeito de caos no governo que o discurso sobre a candidatura de Lula à reeleição vai sendo produzido por *Veja* conforme observaremos por meio da análise da capa de vinte e sete de setembro de 2006 (texto 13).

Texto 13



(*Veja*, 27/09/06)

O que de imediato provoca surpresa nesse tipo de construção é a **ausência da linguagem verbal**. Nesse texto, a **imagem** funciona por si só, sem a "tradução" ou "legenda" produzida pela leitura da palavra. Podemos afirmar que essa montagem de capa instaura um novo modo de discursivização dessa materialidade textual dentro do domínio da revista *Veja*.

Esta ausência do verbal não representa uma substituição de uma materialidade por outra, pois, como propõe Orlandi (2001a), *as diferentes materialidades significam diferentemente*. Portanto, a recorrência apenas à imagem, na formulação desse tipo de texto, produz um efeito de sentido que no decorrer de nossa análise buscaremos compreender.

A imagem discursiviza a crítica do grupo *Veja* a Lula de modo diferente ao da palavra. Produz um efeito de sentido equivalente ao da palavra, mas com um "impacto" maior, um efeito mais "marcante", o que em nossas análises no *grupo A* entendemos tratar-se da noção de *gesto*, ou *gestualidade*. Conforme nossa leitura de Orlandi (2001b), compreendemos que *gesto* corresponde ao modo das diferentes materialidades significarem conforme a cor, a forma, a entonação, a cadência dos fonemas, das texturas, dos tons. Exploreemos, então, essa materialidade carregada de sentidos.

A capa traz uma caricatura bem distorcida da figura de Lula: o nariz adunco, as orelhas de abano, queixo e boca pequenos, a cabeça desproporcional com relação ao resto do corpo. O desenho gera um efeito de sentido grotesco, aproximando Lula da representação de um burro, o que faz retornar na memória discursiva o enunciado *Lula é burro* (como uma paráfrase de *despreparado*), presente na rede de formulações gerada pela ressonância do enunciado *O comunismo representa o mal*.

1.2.1.4.6.3 Bloco de apoio

Antes de seguirmos com a análise do corpus principal principiada no bloco anterior, é relevante trazermos à discussão uma outra capa da revista *Veja* de sete de setembro de 2005, cuja reportagem principal refere-se ao ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Nosso intuito é mostrar que a relação entre esses textos fornece uma interpretação possível para a imagem grotesca construída para Lula.

A matéria de reportagem trata do episódio da contribuição ilegal a parlamentares que contou com o envolvimento de Severino Cavalcanti, na época presidente da Câmara, conforme o texto 14.

Texto 14



(Veja, 07/09/2005)

Nessa capa, é a representação de Severino Cavalcanti, acusado de receber propina do restaurante da instituição, que está sendo distorcida. Nessa representação imagética, Severino aparece com a cabeça desproporcionalmente maior que o corpo, a fronte um pouco elevada e as orelhas grandes e pontiagudas, muito semelhante à imagem de Lula na capa da texto 13. Podemos observar a nítida sobreposição das imagens como se uma fosse projetada a partir da outra, o que nos leva a considerar que a representação de Lula é uma **reescritura** da imagem do deputado Severino Cavalcanti.

Essa reescritura produz o efeito de analogia entre Lula e Severino, mostrando que ambos estariam ambos envolvidos em corrupção. O efeito produzido pela reescritura, nesse caso, aponta para a direção da semelhança relacionando os dois políticos a uma mesma origem e ao mesmo manejo das práticas políticas.

Notamos, novamente, o funcionamento da reescritura nas capas de *Veja* a serviço da produção de sentidos que, nesse caso, produz o efeito de **nordestino** e **corrupto**.

1.2.1.4.6.4 Bloco principal

Após analisarmos a SD imagética que representa outro político ligado ao governo e envolvido em atos ilícitos, verificamos uma relação de reescritura entre as imagens de Severino Cavalcanti e de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse momento retomamos nosso *corpus*

principal de análise para compreendermos outros efeitos de sentido que são produzidos por meio dessa mesma materialidade que é a capa da revista de sete de setembro de 2006 (texto 13).

Efetuada uma análise mais detida da SD imagética do texto 13, notamos que a representação visual de Lula ainda produz um efeito de sentido que recupera na memória discursiva saberes explorados no *grupo A* deste trabalho. Vestido com terno, a imagem sustenta o abandono, por parte de Lula, do imaginário de operário atestado no primeiro grupo. Embora tal formulação tenha ficado perdida na memória histórica, sua presença-ausente deixa seus vestígios por meio da memória discursiva como nos foi possível perceber ao verificar o retorno da rede de formulações que ressoam a partir das cores da camisa e da gravata que compõem o terno usado no texto 13. Ressaltamos ainda que a representação de Lula com esse terno funciona discursivamente como uma reescritura da imagem produzida para Lula no texto 12 a partir da qual atingimos o imaginário de comunista e corrupto.

Já como um recurso imagético para construir a relação interdiscursiva entre as mesmas capas, a faixa presidencial serve aqui de venda para os olhos de Lula, formulando assim o enunciado *Lula não sabia de nada*, usado como argumento de defesa do presidente e seus aliados e ironizado pela crítica da imprensa e da oposição.

Observamos, portanto, que a ausência de palavras, nessa materialidade textual, é recoberta pelo efeito de sentido produzido pela imagem. A imagem se basta, porque, para esse grupo jornalístico, não há mais palavras para expressar sua "indignação". O que permite a **leitura da imagem**, como Davallon (1999) mesmo anunciou, é o trabalho da **memória**, em nosso caso, **discursiva**, que possibilita a relação dessa caricatura com o enunciado *Lula diz não saber de nada*.

Seu argumento é contestado pelo grupo *Veja* que questiona o fato de Lula ser presidente, o representante máximo do Estado, e não saber o que se passa em seu próprio governo.

A venda nos olhos do presidente com o símbolo da república em cima de um dos seus olhos sugere ainda uma relação parafrástica com o tapa-olho de um pirata. Ora, a representação imagética do pirata remete ao imaginário de **saqueador**, **bandido**, o que suscita o fato de, por meio da elevação de impostos, o presidente estar saqueando, "roubando do povo", o discurso corrente da população, para comprar dossiês, pagar mensalão.

A seguir, mostraremos como a linguagem verbal, no interior da reportagem, funciona na produção de sentidos sobre esse discurso.

1.2.1.4.6.5 Bloco de apoio

Neste bloco, buscaremos compreender de que modo os efeitos de sentido produzidos a partir da textualidade da capa (texto 13) refletem no texto da reportagem da revista, mostrando, assim, que a imagem produz discurso assim como a palavra no interior da revista.

Se, na produção textual da capa, a imagem funciona como o único modo de produzir sentidos, ficando para a memória discursiva o trabalho de trazer do interdiscurso os sentidos de *omissão do presidente*, no texto da reportagem essa formulação é textualizada pela linguagem verbal como podemos ver em:

SD (01) *A tática - de novo, de novo - é dizer que Lula não sabia de nada (Veja, 27/09/06, p. 61).*

Em virtude da circulação já saturada desse enunciado no discurso do grupo *Veja*, sua verbalização na capa se torna dispensável. Para o grupo, é evidente que os leitores só podem interpretar essa imagem produzindo esse sentido.

Por essa atuação passiva e omissa com relação aos episódios que ocorreram durante seu primeiro mandato, Lula é criticado pelo grupo *Veja* por ter *propiciado um ambiente favorável à corrupção no seu governo*, mostrando-se um político não só inexperiente, mas desqualificado para a função de presidente, como verificamos nas SDs abaixo recortadas da mesma reportagem:

SD (02) *Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo [...] Lula é o patrono da desastrada compra com dinheiro sujo do falso dossiê (Veja, 27/09/06, p. 59).*

SD (03) *Lula acaba servindo como sinal verde, como autorização tácita para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos (Veja, 27/09/06, p. 66).*

Para *Veja*, mesmo que não seja provado seu envolvimento nesses atos ilícitos, Lula se torna culpado por ter sido conivente com a ação dos culpados. O grupo *Veja* ainda traz a lei, como argumento de autoridade, este, "incontestável", para condenar o presidente. Apresenta-o na seção *Carta ao leitor*, referente ao editorial da revista.

SD (04) *A lei eleitoral não deixa dúvida: o candidato é o responsável por todas as ilicitudes financeiras cometidas por seu comitê de campanha. À luz da lei eleitoral*

não adianta alegar que não sabia ou que afastou o companheiro depois do crime cometido. (Veja, Carta ao Leitor, 27/09/06)

A ancoragem na lei eleitoral, sendo este um lugar legitimado socialmente, permite ao grupo *Veja* condenar Lula que, como pena, deve ter sua candidatura, se efetivada, cassada.

Analisaremos o discurso de *Veja* segundo o estudo de Indursky (2003) que, em um de seus textos acerca do discurso da imprensa escrita brasileira sobre o movimento dos trabalhadores sem terra (MST), examina o modo como funciona a argumentação da imprensa sobre as questões sociais. Deslocando o estudo do processo argumentativo do fio do discurso para o processo discursivo, a autora (idem, p. 65-66) afirma que, ao materializar o discurso de posições-sujeito antagônicas como a dos sem-terra e a dos proprietários rurais, a argumentação no discurso midiático se desestrutura, pois *ora traz apenas o discurso de um ora traz apenas o discurso do outro*, desconstruindo a contradição entre ambos. Indursky (ibidem) mostra que é apenas no interdiscurso, o lugar do *non sens*, que esses dizeres opostos podem aparecer reunidos.

Desse modo, a autora (op.cit.) entende que, enquanto cada posição-sujeito organiza sua argumentação em torno de um eixo de repetição que é próprio dos saberes da FD na qual se inscreve, a imprensa, para estruturar argumentativamente sua narrativa jornalística, filia-se a uma dessas redes de formulações, passando a produzir uma *única interpretação*, uma *única leitura* possível que é dada como *a leitura* (Indursky, 2003, p. 61)

Trazendo as considerações de Indursky (op. cit.) para nossas análises, entendemos que a argumentação no discurso do grupo *Veja* sobre Lula funciona, por meio do processo de reescritura, de modo a produzir a ressonância apenas de uma mesma rede de formulações que indica Lula como corrupto, negando os saberes vindos de outra rede que o considera inocente dessas acusações.

Esses saberes são silenciados na narrativa de *Veja* ou, quando são recuperados, é para significar dentro da estrutura *Diz X, mas é Y*, como percebemos em: *Diz que não sabia de nada, mas sabia de tudo*. O dizer é direcionado desse modo sempre para a conclusão *Lula é corrupto*.

Sendo assim, o grupo *Veja* apaga o efeito de polêmica em torno do episódio das ações ilícitas, tornando evidente apenas *uma* interpretação, *uma* leitura possível dos fatos, uma possibilidade de reescrita da imagem de Lula. Esse modo do grupo *Veja* conceber a leitura de arquivo diz respeito à reflexão de Pêcheux ([1982]/1994, p. 57) para quem uma leitura parafrástica do arquivo se propõe como uma *leitura literal*, ou seja, uma leitura dos documentos em arquivo que se propõe transparente, verdadeira e única.

A fim de desconstruir o efeito de evidência de sentido construído por *Veja*, tomamos o discurso do grupo jornalístico *Carta Capital*, entendido aqui como a continuidade de *IstoÉ Senhor*. Nesse momento, mostraremos uma outra possibilidade de discursivizar sobre a reeleição de Lula, o que será desenvolvido por meio de duas capas referentes à campanha de reeleição em 2006 (textos 15 e 16).

Considerando, portanto, o mesmo contexto sócio-histórico mobilizado no recorte anterior, trazemos para essa abordagem a capa da revista *Carta Capital* de 16 de agosto de 2006 (texto 15).

Texto 15



(*Carta Capital*, 16/08/06)

Por meio dessa materialidade, temos acesso ao modo como o grupo *Carta Capital* interpreta a disputa eleitoral de 2006: Lula aparece em proporções maiores que a dos seus maiores concorrentes em uma representação imagética de gráfico feita a partir da imagem dos candidatos. No plano inferior às imagens, a porcentagem indica, em números, a preferência na intenção de votos dos brasileiros por Lula. O recurso de quantificar a preferência dos eleitores nas pesquisas de intenção de voto produz o efeito de objetividade.

Logo ao lado de Lula e acima dos demais candidatos, os dizeres: *Lula, pai dos pobres*, é uma interpretação ao seu bom desempenho em campanha. São os "desfavorecidos", como os designa o grupo *Carta Capital*, que elevam a credibilidade do presidente, o que faz com que esse grupo o identifique com essa classe e revele o preconceito da elite para com um político de origem humilde, com pouco estudo e, além do mais, de orientação socialista.

Trazemos agora a textualização do discurso de *Carta Capital* sobre a campanha de reeleição de Lula na materialidade verbal interna à revista. Pretendemos mostrar que a matéria reflete o mesmo discurso do texto da capa 15 de que a oposição contra a campanha petista pode ser vista como o reflexo do preconceito de classe:

SD (01) *A disputa de 2006 (muito mais do que a de 2002), com **um candidato de origem operária à reeleição**, está inserida num cenário de luta de classes.* (*Carta Capital*, 16/08/06)

Essa SD marca o significado da disputa entre Alckmin, candidato do PSDB, e Lula, candidato do PT, para o grupo *Carta Capital*: trata-se da *luta de classes* pelo poder, da tomada, ou melhor retomada do poder pela classe média e alta ou sua manutenção por um representante da classe menos favorecida. Para esse grupo jornalístico, a eleição é uma disputa pelo poder, em que o maior rival de Lula é o preconceito das classes mais favorecidas.

Apesar de Lula já ter saído há mais de vinte anos da condição de operário e estar na posição de presidente da república, na qual não se encontrava por ocasião do contexto eleitoral de 2002, o grupo *Carta Capital* considera que sua origem humilde já é o suficiente para determinar o preconceito das classes mais favorecidas. Percebemos que para produzir esse imaginário sobre Lula, o grupo *Carta Capital* afasta o efeito de sentido de corrupto que é produzido por *Veja*.

Na rede de formulações na qual se constrói a narrativa de *Carta Capital*, o imaginário de presidente corrupto é interditado. Ou melhor, é imposto a outros objetos discursivos, como vemos no topo da página: "Sanguessugas: a participação dos evangélicos na máfia". Aqui o efeito de corrupção toma outra direção, aponta como culpados aqueles que estão do lado oposto.

Desse modo, a direção de sentidos que *Carta Capital* dá para os episódios de atos ilícitos no governo é a de que são frutos do **preconceito de classe**. A oposição em torno da reeleição de Lula representa, para o grupo *Carta Capital*, o desejo da elite em se manter no poder, de continuar oprimindo a classe D, seja por meios econômicos ou por aparelhos ideológicos (nos termos althusserianos).

Portanto, a partir da rede de sentidos com que esse grupo se identifica, *candidato de origem operária* significa homem do povo, capaz de lutar pelos seus iguais e contra a opressão da classe que os domina.

Nesse sentido, o grupo *Carta Capital* produz um imaginário para Lula de **um candidato de origem humilde** com quem os menos favorecidos se identificam ao ponto de nele votar, esperando que sua origem o faça dar prioridades aos problemas sociais. Além disso, o grupo

Carta Capital o apresenta como o candidato favorito dos brasileiros primeiro representados pela classe baixa depois representados pela classe média como mostra a capa do texto 16.

Texto 16



(*Carta Capital*, 06/09/06)

Neste texto de número 16, vemos Lula sorrindo e a SD ao lado: "Lula chega à classe média", o que sugere ser o motivo da felicidade do presidente. Não há vestígios em Lula de preocupação com a crise no governo. O efeito de sentido de caos é aqui apagado pelo efeito de sentido de conquista que ressoa nessa discursividade: "até a classe média reconheceu que Lula é a melhor opção". Esse sentido é que direciona a interpretação da imagem produzida por *Carta Capital* para Lula nesta eleição.

Ao traçarmos essa comparação entre esses dois modos distintos de interpretar a reeleição de Lula, objetivamos tornar visível o processo discursivo de produção dos sentidos, ou melhor, de produção imaginária da realidade. Não há um único imaginário que seja correto, ou mais "real", para representar Lula. Há vários modos de representação e nenhum se impõe como mais verdadeiro ou mais original que o outro. E esses diferentes sentidos são o resultado do trabalho dissimulado da ideologia via linguagem que determina os sentidos aos sujeitos, fazendo-os defender uma "verdade" que, de seu lugar discursivo, soa como evidente.

Retornando a nossa análise sobre o DVL no contexto eleitoral de 2006, vamos confrontar o imaginário de *Carta Capital* ao de *Veja* sobre Lula logo após sua reeleição. A seguir, observaremos que sentidos circulam no lugar discursivo de *Veja*, durante mais uma vitória do candidato petista. Observaremos o contraste no modo de representação imagética dessa vitória àquela produzida por *Veja* no grupo *E, bloco principal*. Sabemos, previamente,

que esse efeito negativo é decorrente do efeito de corrupção ocorrido no primeiro mandato do governo Lula. Essa constatação será sustentada por meio da articulação entre o *bloco principal*, que traz a capa da reeleição, e o *bloco de apoio* que traz a análise de uma capa do ano de 2005. A relação de sentido entre ambas as capas evidencia a produção de uma reescritura da imagem de Lula nas capas de *Veja*, o que reforça o imaginário de que Lula é corrupto.

O processo discursivo que gera o efeito de corrupção no governo Lula atinge resultados na prática discursiva eleitoral e acaba ocasionando um segundo turno não esperado pelas pesquisas de intenção de voto. Entretanto, apesar do discurso de oposição do grupo *Veja* e da mídia em geral, o "pai dos pobres" é reeleito com uma porcentagem bem significativa graças às regiões mais humildes do país.

Esse acontecimento histórico vem de encontro aos sentidos possíveis para o lugar discursivo de *Veja*. Em virtude da não correspondência entre o discurso legitimado e o discurso popular, interrogamo-nos: o que teria acontecido? A grande imprensa teria perdido sua credibilidade? Abrimos aqui um parêntese para explicar brevemente essa questão.

Entendemos que o episódio da segunda vitória de Lula se dá tanto por processos discursivos quanto não discursivos. No âmbito discursivo, percebemos a livre formulação e circulação de discursos em apoio ao governo Lula na rede eletrônica - citamos aqui alguns *blogs* e algumas comunidades de sites de relacionamento como o Orkut⁵², além da avalanche de mensagens eletrônicas encaminhadas por sujeitos que se identificam com o discurso a favor da reeleição de Lula. Isso nos mostra que o discurso hegemônico produzido pela grande mídia está perdendo sua capacidade de formar a opinião pública. Observamos, portanto, um menor controle dos sentidos produzidos a partir da leitura orientada do arquivo institucional, ou ainda, uma maior sutura na **memória social** possibilitando a reverberação de sentidos produzidos a partir de outra rede de formulações não identificada com a da grande imprensa. Mas voltemos à análise de nosso objeto com o texto capa que trata da segunda vitória de Lula.

1.2.1.4.6.6 Bloco principal

Nesse bloco, será analisada a capa em que o grupo *Veja* textualiza a vitória de Lula para um segundo mandato presidencial. É instigante compreender como, após tantas denúncias, o

⁵² Analisamos esse confronto de sentidos no ciberespaço em um trabalho apresentado no III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, em 2007, intitulado "O ciberespaço no confronto de sentidos: uma nova leitura de arquivo".

grupo textualiza o momento de vitória. Nosso interesse é perceber se haverá, como no contexto pós-eleitoral de 2002, a produção de um simulacro de cumprimento a Lula pela reeleição ou, se o grupo *Veja* afastou-se de tal modo dos saberes outrora inseridos como discurso transversal a ponto de não saudá-lo por sua segunda conquista. Vamos então às análises.

Veja, como um meio de comunicação, não deixa de "documentar" a reeleição de Lula na edição de oito de novembro de 2006 cuja capa trazemos no Texto 17.

Texto 17



(*Veja*, 08/11/2006)

A montagem dessa capa destoa, e muito, daquela apresentada por *Veja* na primeira vitória de Lula, analisada no grupo E (texto 09, página 127). Aqui, Lula tem seu retrato dividido em dois planos, um representando o primeiro mandato e o segundo, a sua reeleição. O primeiro plano da imagem representa uma folha de papel que se vira, metaforizando o ato de se "virar a página", o que significa o encerramento do primeiro mandato no qual, para o DVL, não teve um bom resultado. Assim, o ato de "virar a página" pode ser considerado como o ato de esquecer o passado sombrio e avançar com novas metas.

Porém a fisionomia de Lula não sugere um efeito de sentido tão positivo assim. A parte do rosto do presidente mostrada no primeiro plano, o da "página virada", está desbotada, sem cor, sem brilho, a pele craquelada feito uma parede cujo reboco se esfacelou. Acompanhando essa penosa imagem temos, ao lado, a seguinte SD: *O primeiro mandato de Lula foi píffio...* e as reticências ao final sugerem sua continuação na próxima página. A predicação de "píffio" ao

primeiro mandato de Lula, além de o desqualificar, faz retornar o "sempre dito" de que Lula e o PT são corruptos e incapacitados para assumir a presidência do Brasil.

Retomando as reticências em "o primeiro mandato de Lula foi pífilo...", faremos uma breve análise dessa marca lingüística na perspectiva da AD. Em AD, os sinais de pontuação são considerados sinais discursivos e representam pistas para se analisar não só a produção de sentido do autor do texto, mas para analisar o texto na perspectiva da leitura. Nessa formulação, percebemos que as reticências, além de marcarem uma continuação da fala em outro plano, representam, como Grantham (2002, p.90) observou, um *espaço lacunar de sentidos* que, ao contrário de operar com a falta de sentidos, abre espaço para o excesso de significação. Isso significa que o leitor encontra nas reticências uma fenda que lhe permite intervir na produção de sentido do texto. O leitor pode, então, preencher esse espaço lacunar recuperando, conforme sua própria FD, os saberes do interdiscurso, o que facilitaria o trabalho da memória discursiva desvencilhada do filtro imposto por *Veja*.

No entanto, como Grantham (idem) igualmente observou em seu estudo, nem sempre as reticências lidam com a "liberdade" de interpretação, visto que o texto deixa pistas do direcionamento que os sentidos devem tomar. Com relação à SD "o primeiro mandato de Lula foi pífilo...", sabemos, por meio da análise da SD imagética da capa, que o preenchimento desse espaço é direcionado para: "o primeiro mandato de Lula foi pífilo, ou seja, *um fracasso*". Desse modo, o grupo *Veja* mantém o direcionamento de sentidos até mesmo nos pontos de abertura ao sujeito-leitor, não permitindo que qualquer saber diferente entre, mas apenas aquele que seja condizente com a FD capitalista, na qual se inscreve.

"Virando, então, a página", no segundo plano da imagem, vislumbramos a mesma representação imagética de Lula, porém, agora, colorida. Apesar das cores, a imagem não parece mais alegre. Lula não sorri. Aliás, o canto esquerdo de seus lábios parece até levemente caído, assim como a esquerda, caída, desmoralizada. Os olhos com pouco brilho e os lábios contraídos dão uma expressão séria e preocupada ao presidente reeleito.

Seguindo as reticências, podemos ler: ... *e agora ele tem mais quatro anos para deixar um legado de grandeza*, isso é o que a revista interpreta como sendo o desejo de Lula, tentar escrever uma biografia positiva, entrar para a história como "herói", não como "mau-feitor". Porém, para *Veja*, no primeiro mandato, Lula só soube se portar como um incompetente e corrupto, enganando o povo ao afirmar que nada sabia sobre as ilicitudes ocorridas no planalto, perdoando os infratores ao invés de condená-los. A não-condenação dos atos ilícitos por Lula leva o grupo a induzir que a infração, ou melhor, **a transgressão da lei**, faz parte de

sua origem como sindicalista. Essa reflexão nos leva á concluir que Lula não pune os culpados por apoiar a transgressão da lei, da ordem, da moral e da ética.

Em letras graúdas, ao pé da capa, lê-se: *A última chance* o que gera o efeito de sentido de que o primeiro mandato de Lula foi mal sucedido, e que sua vitória é agora apenas uma concessão que o povo brasileiro lhe deu, oferecendo-lhe mais uma *chance* para tentar fazer um bom mandato.

Considerando ainda a SD imagética do primeiro plano, notamos que esta apresenta-se como uma reescritura da imagem da capa de 22 de junho de 2005 (texto 19), a ser analisada na seção *bloco de apoio* deste mesmo grupo de análise logo a seguir.

1.2.1.4.6.7 Bloco de apoio

No bloco anterior, interpretamos que a imagem produzida para Lula no momento de sua reeleição reafirma o gesto interpretativo do grupo *Veja* de que Lula é corrupto e desqualificado para o cargo de Presidente da República. Como sustentação a esse gesto interpretativo, trazemos a análise de uma capa anterior à reeleição, a fim de mostrarmos que o efeito negativo sobre Lula se mantém por meio do processo de reescritura de sua representação imagética. Vejamos como isso procede a partir das análises da capa de 22 de junho de 2005 (texto18).

Texto 18



(*Veja*, 22/06/2005)

Esta materialidade textual apresenta como condição de produção a conjuntura social do chamado "escândalo do mensalão", compra de votos de parlamentares da base aliada do governo.

Após a demissão do ministro da casa civil, José Dirceu, *Veja* publica uma reportagem sobre a crise no governo tendo por capa a imagem do busto do presidente Lula, forjado para essa montagem, literalmente desabando, o que consideramos uma reescritura da representação imagética do primeiro plano da imagem de Lula no texto 18. Ao lado da imagem do busto do presidente, há a SD: Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia. Logo abaixo, em letras graúdas, faz-se a pergunta: "Tem concerto?". Nessa SD, assim como observamos na análise das reticências em "*o primeiro mandato de Lula foi pífio...*", há um sinal discursivo que representa um *espaço lacunar significativo* (Grantham, 2002, p. 90) onde se deixa para o sujeito-leitor a função de responder o que está sendo perguntado. Como propõe Grantham (idem, p. 154), diferente das reticências, o ponto de interrogação introduz uma *injunção à resposta. Não dá para não responder...* é esse efeito que Grantham (ibidem) acredita produzir o sinal de interrogação em uma pergunta que não apresenta respostas. O sujeito-leitor, logo, é levado a preencher esse espaço de incompletude, recuperando do interdiscurso saberes que possam ali significar. Assim como no caso das reticências, observamos que essa imersão no interdiscurso não pode estar desvinculada da matriz de sentido que regula o discurso de *Veja* sobre Lula. Como já observamos na análise da SD imagética da capa, *Veja* direciona a resposta de "Tem concerto?" para sua negação. A imagem do busto do presidente Lula desabando como em uma catástrofe não sugere nenhuma esperança de recuperação do governo em decadência. Mais uma vez, notamos que o espaço de interlocução com o sujeito-leitor é direcionado por *Veja*, não permitindo que seja preenchido por sentidos opostos.

Retornando à SD imagética do texto 19, a imagem do busto nos remete ao imaginário de figura histórica, visto que só as pessoas públicas e notórias inscrevem-se na história oficial dos grandes feitos e têm seus bustos exibidos nos espaços públicos. Mas o busto de Lula desaba, como em um terremoto, como o resultado de uma tragédia natural. Aqui a tragédia é uma metáfora da crise.

Segundo o discurso do grupo *Veja* sobre esse fato, Lula, como um presidente popular, tendo uma trajetória de dificuldades, apresentava uma grande chance de ser imortalizado como um dos grandes nomes da história oficial do Brasil. No entanto, o efeito de escândalo explorado por *Veja* faz com que esse destino tome outro rumo.

O desabamento mostra, então, os sentidos negativos se historicizando no imaginário social acerca de Lula, o que irá ser institucionalizado na forma de biografia.

O modo como o grupo *Veja* discursiviza o caso do "mensalão", mesclando-o ao do dinheiro não contabilizado da campanha petista, o nomeado "caixa dois" de campanha, causa o efeito de "desastre", de fracasso da administração de Lula, o que, pela dada a proporção, não encontraria meios para reverter. Nas previsões de *Veja*, Lula está fadado ao repúdio da sociedade e ao fracasso nas urnas. Esses são os efeitos de sentido determinados a partir do LD de *Veja* ao buscar acionar a memória do leitor e produzir um efeito de *consenso*.

A reescritura dessa imagem na imagem da capa da reeleição recoloca em circulação, justo no momento da vitória de Lula, os efeitos de sentido negativos de seu primeiro governo que fazem parte da memória discursiva dos leitores. A antítese sucesso/fracasso é mobilizada aqui de modo a produzir um efeito de sentido profético de que o segundo mandato, assim como o primeiro, está destinado ao fracasso.

Essa interpretação é reforçada pela SD recortada da reportagem:

SD (01) *O aspecto mais sombrio do seu primeiro mandato esteve no campo das tentações totalitárias - e, claro, da ética. Nesse terreno, o eleitorado deve permanecer alerta (Veja, 08/11/06, p.42).*

Nessa SD, é recuperado o **imaginário de ditador, subversivo e autoritário** produzido para Lula na textualidade da capa de 18 de agosto de 2004 (texto 11), analisada no grupo E dessa dissertação. Tal efeito de sentido identifica-o ao totalitarismo dos regimes comunistas, o que revela que a representação imagética de Lula consiste em de uma reescritura dessa imagem.

Examinaremos as SDs que seguem:

SD (02) *Lula começará a desafiar a tradição de que os segundos mandatos são sempre mais difíceis que os primeiros (Veja, 08/11/06, p.44).*

SD (03) *De fato, depois de três derrotas consecutivas, Lula aprendeu a fazer sucesso nas eleições. Precisa agora fazer sucesso no governo (Veja, 08/11/06, p.44).*

Tais seqüências dão continuidade ao **efeito negativo**, porém produzindo outros sentidos. Como podemos perceber, além da desqualificação do mandato anterior e da desconfiança para com o novo mandato, o grupo produz um **efeito premonitório** sobre o segundo governo de Lula, mostrando que este terá o mesmo "fracasso" que o primeiro, argumentando em nome da *tradição* que registra a piora no segundo mandato.

1.2.1.4.6.8 Síntese do grupo F

Nesse grupo, podemos perceber o definitivo afastamento dos avançados graus de deslizamento na reescritura da imagem de Lula. O efeito negativo torna-se predominante durante os preparativos para sua reeleição. Percebemos também uma maior mobilização do processo de reescritura que age tanto na reprodução da imagem que se apresenta como uma paráfrase discursiva de Lula inimigo, quanto de presidente corrupto.

Entendemos que essas duas representações, sendo unidades significantes, remetem a uma matriz de sentido que abriga os enunciados do contexto eleitoral de 1989: "Lula não deve assumir à Presidência da República" e "Se o PT ganhar às eleições, será o caos". O retorno de tais saberes no contexto eleitoral de 2006 produz o efeito de comprovação do já-dito, como se o grupo estivesse se vangloriando da concretização das previsões que fazia desde a primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por meio do processo de reescritura da imagem de Lula, pudemos observar com maior visibilidade a produção do imaginário do grupo *Veja* sobre Lula, mostrando que este sofre deslizamentos de sentido indo de *comunista, despreparado, semi-analfabeto, burro a mau governante e corrupto*, reproduzindo, assim, o mesmo efeito de sentido negativo de modo insistente e contínuo na textualização de suas capas.

Quanto à ausência da palavra na capa de *Veja* (texto 13) e sua textualização exclusivamente pela imagem, percebemos que não se trata de uma simples substituição de linguagens, visto que as diferentes materialidades têm modos próprios de produzir efeitos de sentido. No entanto, isso não significa que palavra e imagem não possam constituir textualizações distintas para um mesmo discurso, como pudemos perceber com a imagem distorcida de Lula de olhos vendados, e a SD "A tática - de novo, de novo - é dizer que Lula não sabia de nada". O que ocorre, a nosso ver, é uma mudança "no tom" da formulação quando se opta por um modo ou por outro. Estampar uma caricatura de Lula com olhos vendados produz certamente um efeito diferente ao da exibição dessas palavras, sem que, no entanto, ambas deixem de textualizar o mesmo discurso. A essa especificidade na produção de sentidos, segundo a materialidade que tal discursividade assume entendemos se tratar de gestualidades diversas.

1.2.1.4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS ANÁLISES

Após termos analisado o funcionamento do discurso de *Veja sobre* Lula na produção de seu imaginário para esse referente, faremos, nesse momento, uma retomada das principais conclusões obtidas em nosso estudo.

A partir da análise das SDs imagéticas e verbais no **grupo A**, mostramos que o processo de reescritura revela a relação parafrástica entre Lula e o comunismo, uma vez que o discurso de *Veja sobre* o comunismo analisado na seção *A relação de Veja com o comunismo* é retomado pelo trabalho da memória discursiva no discurso que o grupo produz *sobre* Lula nas eleições de 1989. A relação parafrástica entre essas diferentes unidades significativas nos levou a associar os saberes que regulam a FD de onde *Veja* produz discurso ao enunciado: *o comunismo representa o mal*.

A fim de desconstruirmos o efeito de evidência na produção desse imaginário, contrastamos o discurso de *Veja* ao discurso de outro grupo jornalístico, *IstoÉ Senhor*, no que diz respeito ao mesmo período eleitoral. A partir desse contraste, foi possível observar como o grupo *Veja* faz funcionar a linguagem para direcionar os sentidos do texto capa de revista de modo a convocar o leitor a produzir a mesma conclusão.

A produção do imaginário de radical e subversivo para Lula, faz com que o grupo *Veja* seja inscrito na FD capitalista que é contrária à tomada do poder pela classe baixa. Essa filiação continua sendo constatada em todas as partes da análise. No **grupo B**, observamos mais uma vez, mesmo com certo grau de deslizamento de sentido, a reescritura de comunista na representação imagética que *Veja* faz para Lula. A confirmação dessa reescritura revelou a manutenção da matriz de sentido produzida por meio do enunciado *O comunismo representa o mal*. Isso se torna ainda mais visível ao analisarmos a seção *Cartas*, onde, por meio do que denominados de *produção do efeito de discurso do leitor real*, o grupo *Veja* deixa menos velado seu posicionamento anti-Lula. Assim, mostrando que não são suas as palavras, mas dos leitores, o grupo produz um efeito de *consenso* na formação social brasileira da qual se apresenta como sendo seu representante. Ou seja, *Veja* fala pela e para a sociedade em geral, buscando dissimular sua constituição ideológica.

No **grupo C**, vimos que, em virtude da mudança no aspecto físico do referente assim como em seu discurso, não é mais possível ao grupo *Veja* formular a representação imagética de Lula como *radical e subversivo*. No entanto, como pudemos constatar, a articulação entre linguagem verbal e não-verbal do *texto capa* revela a manutenção desse imaginário agora deslocado para o sentido de manipulador, estrategista político.

O efeito de sentido de manipulador se aprimora na campanha eleitoral de 2002 como pudemos constatar na análise do **grupo D**. Nesse grupo, observamos que o deslizamento de sentido em grau avançado no processo de reescritura não afeta a reprodução do imaginário de Lula radical e subversivo produzido por meio da reatualização do enunciado *O comunismo é o mal*. A manutenção da mesma matriz de sentido na produção do imaginário de *Veja* sobre Lula é percebida principalmente por meio das SDs do editorial da revista e de cartas dos leitores, percebidos como a dissimulação do próprio discurso de *Veja*. Essas pistas discursivas nos levam a crer na saturação do efeito negativo em torno de Lula, o que reflete no processo de reescritura.

Já o **grupo E** traz para a discussão a capa da primeira vitória de Lula, onde o candidato recém-eleito aparece em uma representação de notável impacto positivo (texto 09). Nossos primeiros questionamentos foram se haveria aí a possibilidade de uma escritura da imagem de Lula dentro do lugar discursivo de *Veja* e se o grupo haveria incorporado à sua matriz de sentido sentidos opostos a ponto de produzir uma contradição no interior da FDV.

Por meio da análise das SDs verbais e sua articulação com a SD imagética, percebemos que não se tratava de um processo de escritura, mas de um grau máximo de deslizamento de sentido no processo mesmo da reescritura. Essa constatação é reforçada pela análise de SDs da reportagem da mesma revista do texto 09 e de SDs recortadas da seção *Cartas* por meio das quais o grupo *Veja* revela de modo menos velado seu desprezo pela vitória petista. Além disso, as capas de *Veja* subsequentes à posse de Lula deixam pistas da relação Lula/radical e despreparado, fazendo retornar o enunciado *O comunismo representa o mal*, mostrando que os sentidos opostos foram plenamente apagados. Isso revela claramente que o deslizamento de sentidos na representação imagética de Lula e o cumprimento pela vitória resultam da produção de um simulacro de saudação ao novo presidente, abandonado por *Veja* logo após Lula assumir o cargo.

No **grupo F**, percebemos uma maior produção de reescritura no processo eleitoral de 2006. Neste grupo, a representação imagética de Lula reescreve as de outros políticos como Fernando Collor de Melo e Severino, ambos acusados de envolvimento em corrupção. A superposição dessas imagens na de Lula revela a aproximação que o grupo *Veja* busca fazer entre Lula e a corrupção no seu governo. Desse modo, o processo de reescritura torna visível a produção de mais um sentido para o imaginário de *Veja* sobre Lula: o de *presidente corrupto*.

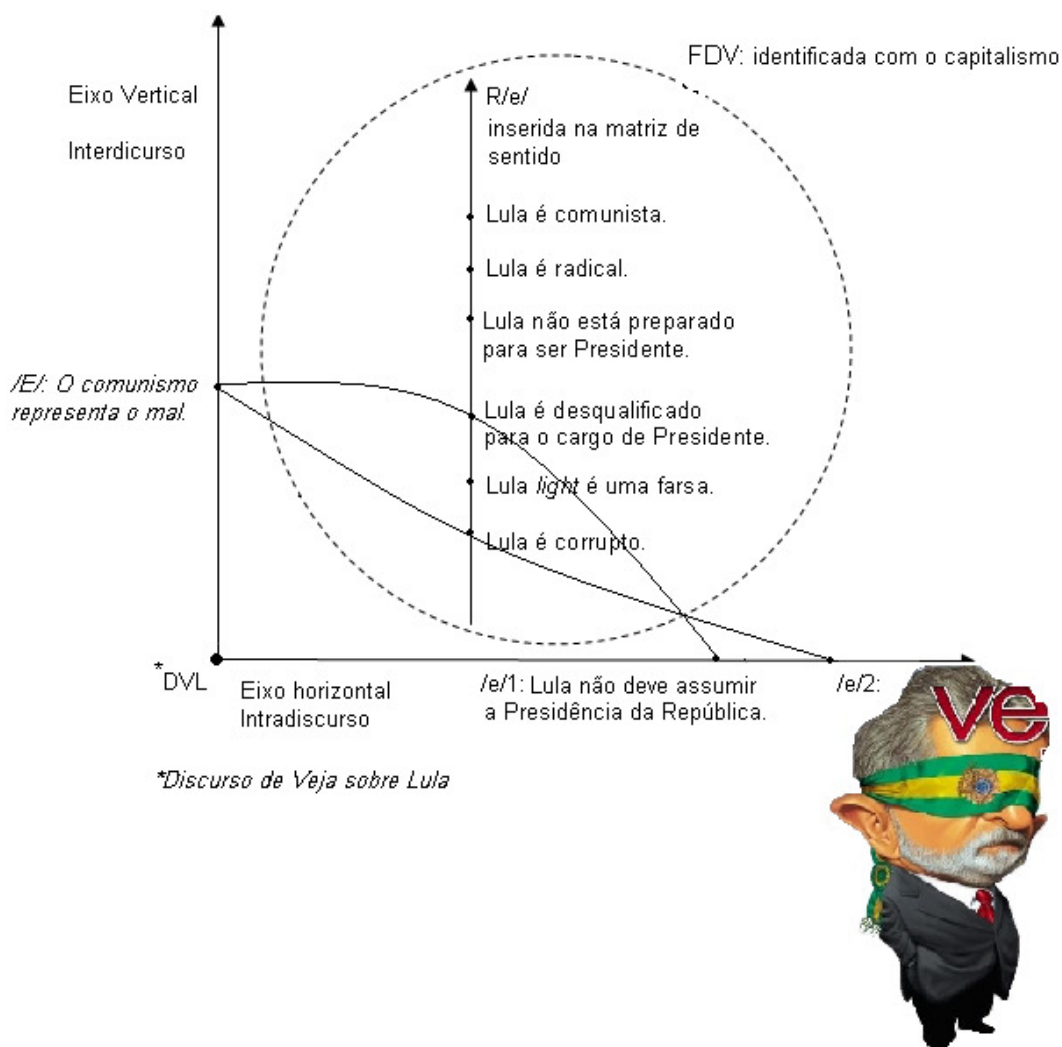
Para desconstruir o efeito de evidência na produção desse imaginário, analisamos o discurso do grupo jornalístico *Carta Capital* sobre a reeleição de Lula. Por meio dessa

análise, observamos uma possibilidade oposta de produzir o imaginário para Lula no período eleitoral em questão.

Ainda no **grupo F**, constatamos o abandono efetivo dos saberes opostos à FDV quanto à produção do texto 18, capa referente à segunda vitória de Lula. Vimos que a capa que trata da vitória de Lula é uma reescritura de outra capa que trata de um dos casos de corrupção detectados no governo. Assim sendo, percebemos a saturação na produção do efeito negativo sobre Lula, o que nos fez verificar a permanência da reprodução dos sentidos sempre em certa direção não dando margens à produção de outros imaginários opostos.

Ao final dessas análises, concluímos que o discurso de *Veja* sobre Lula se inscreve na FD capitalista que vai contra a tomada de poder pela classe trabalhadora, sem educação formal, que, segundo *Veja*, é despreparada. Além disso, a partir dessa FD é que o grupo produz seu imaginário sobre Lula. Como foi possível observar, a matriz de sentido que constitui o discurso de *Veja* relaciona Lula ao comunismo, fazendo reverberar os sentidos de *radical, subversivo, ditador*; ao mesmo tempo que desliza para os sentidos de: *semi-analfabeto, despreparado, manipulador, farsante, corrupto*. Notamos, portanto, a insistente produção do efeito negativo em torno de Lula, o que nos leva a crer na manutenção do enunciado *O comunismo representa o mal*, ora ou outra sofrendo certos deslizamentos, mas sempre presente na matriz de sentido conforme o esquema abaixo:

Esquema 11:



Por meio do esquema de número 11, podemos compreender melhor o processo de produção do imaginário do grupo *Veja* sobre Lula. Para formular sobre Lula, o grupo recupera o enunciado /E/ do interdiscurso. Este, ao passar pela matriz de sentido formada pela FDV, sofre certos deslizamentos de sentido e resulta em uma formulação, verbal ou não-verbal, que será incluída na Rede de Formulações R/e/. Desse modo, a matriz de sentido está sempre repetindo ao mesmo tempo em que modifica dizeres inscritos na FDV, a qual, como já constatamos, reproduz o discurso do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes de que esse trabalho não encontra agora seu fim, mas seu começo, propomos sua abertura às novas pesquisas e interpretações. De qualquer modo, apontamos, nesse momento, o percurso de nossa investigação assim como nossas principais conclusões.

Esta pesquisa teve como foco de interesse a reflexão sobre o modo de produção do imaginário do grupo jornalístico *Veja* sobre o político Luiz Inácio Lula da Silva durante os períodos em que concorrera à Presidência da República de 1989 a 2006. Para realizar a pesquisa, pautamos o trabalho em alguns questionamentos, explicitados na introdução, dentre os quais destacamos: o modo de configuração da FD em que se insere o discurso de *Veja* sobre Lula e o processo de materialização do imaginário desse grupo jornalístico sobre Lula.

A fim de atingirmos a materialidade textual do discurso de *Veja* sobre tal referente, optamos por analisar as capas da revista, o que nos trouxe outros questionamentos tais como: podemos considerar a capa de revista um texto? De que modo palavra e imagem se articulam na produção do texto capa de revista?

O desenvolvimento do trabalho seguiu o roteiro que compreende a explanação sobre o referencial teórico que sustenta nosso estudo, a definição do procedimento de trabalho que norteia as análises e o exame efetivo das capas que constituem nosso *corpus* discursivo de análise.

Na primeira parte, objetivamos mostrar que a AD é uma disciplina voltada, sobretudo, às questões sócio-históricas e ideológicas de produção do discurso, diferenciando-se, assim, no quadro de estudos da linguagem. Ao construirmos nosso dispositivo teórico-analítico, mobilizamos os conceitos de *linguagem, discurso, texto, real, imaginário, sujeito, ideologia, formação discursiva, memória, enunciado, formulação, rede de formulações e paráfrase discursiva*. Além disso, no capítulo "Paráfrase discursiva e Reescritura" inovamos ao relacionar o conceito de *reescritura* deslocado da enunciação àquele desenvolvido dentro do escopo teórico da AD, articulando os trabalhos de Grantham (2002) e Guimarães (2002).

Ao efetuarmos tais deslocamentos, passamos a entender reescritura como o processo pelo qual materialidades, sejam verbais ou não-verbais, se repetem de modo insistente e saturado, constituindo uma matriz de sentido. No caso das capas de revista, a reescritura se manifesta por meio da paráfrase discursiva entre a imagem ou a linguagem verbal de diferentes capas.

Isso se reflete, em nosso trabalho, no modo insistente como o efeito de sentido produzido pelas materialidades vão se repetindo durante as diferentes épocas de campanha,

revelando uma estabilidade que aponta para a cristalização e manutenção de um único imaginário sobre Lula. No entanto, como foi possível observar nas análises, tal estabilização não impede deslizamentos de sentido e reformulações desse imaginário, o que nos levou a determinar diferentes graus de deslizamento. Ao lado do conceito de reescritura, estivemos sempre atentos ao surgimento de um grau máximo de reescritura que nos levaria a produção de uma escritura da imagem de Lula. Essa possibilidade foi investigada, visto que a manifestação do processo de escritura apontaria o surgimento de uma nova posição-sujeito dentro da FDV, o que produziria um deslocamento significativo no modo de produção do imaginário de *Veja* sobre Lula.

Assim, a reformulação conceitual da noção de reescritura, e ao seu lado a de escritura, foi essencial para compreendermos o modo como a imagem materializa o imaginário que *Veja* produz sobre Lula, tornando, assim, mais evidente o processo de produção desse imaginário durante as análises.

Prosseguindo logo para o exame efetivo do *corpus*, pudemos constatar, a partir de nossas análises, que as capas de revista se constituem como textos complexos que reúnem dois tipos de materialidades, a verbal e a imagética. Entendemos que essas diferentes linguagens são modos diferentes de formulação do discurso do grupo *Veja*. Além, disso, pelo processo de reescritura, foi possível constatar que a imagem tomada como materialidade do imaginário de *Veja* sobre Lula vai se reescrevendo nas capas de *Veja* durante os diferentes períodos eleitorais. Por meio da reescritura das SD imagéticas, percebemos que, em *Veja*, vai-se formando uma "história" de imagens de Lula que vão sendo retomadas, reformuladas e reatualizadas no fio discursivo. Mas essa repetição não é linear, como demonstram nossas análises, ela ocorre sobre diferentes graus de deslizamento de sentido, indo do mais avançado grau e retornando ao grau nulo de deslizamento. Isso tornou evidente a interpretação de que o grupo *Veja* estabiliza determinados sentidos em torno do imaginário produzido sobre Lula, criando o efeito de um imaginário estabilizado, lógico, verdadeiro para tal referente. Por isso, consideramos adequado falar em diferentes graus de deslizamento e não em reescritura e escritura somente.

Quanto ao rompimento na cadeia de repetição, a *escritura*, constatamos que, até mesmo nos momentos em que o grupo *Veja* traz para seu discurso saberes vindos de uma FD oposta aquela na qual se inscreve, esses saberes são inseridos na forma de discurso transversal que, atravessando o discurso de *Veja*, servem para produzir um *simulacro de saudação* ao novo presidente, Lula. Portanto, a reescritura atinge um grau máximo de deslizamento no que diz

respeito à representação imagética de Lula, mas não chega a concretizar uma escritura dessa imagem, o que revela a manutenção insistente do efeito de sentido negativo para Lula.

Já a propósito da configuração da FD na qual se inscreve o DVL, percebemos que a FDV é constituída pelos saberes capitalistas, razão pela qual rejeita Lula e os princípios socialistas. É, portanto, por meio desse domínio de saber, que o grupo *Veja* produz sentido e seleciona o que pode e deve ser dito sobre Lula no seu espaço de enunciação⁵³.

Analisando a primeira edição de *Veja*, foi possível compreender que o imaginário produzido sobre Lula, já em suas primeiras formulações, é uma paráfrase discursiva do imaginário que esse grupo produz sobre **comunismo** como sendo **subversivo** e **perverso**. Percebemos que a textualização do DVL na narrativa jornalística se funda por meio do enunciado *O comunismo representa o mal*, tomado como uma simplificação da formulação *O comunismo é intrinsecamente perverso*. A atualização desse enunciado no imaginário que *Veja* produz sobre Lula, cria o efeito de Lula "inimigo". É esse efeito de sentido que percebemos ser reescrito nas capas de *Veja* com maior ou menor grau de deslizamento.

Constatamos também o deslocamento de sentido do /E/: *O comunismo representa o mal* no discurso de *Veja sobre Lula* durante o seu movimento entre o intradiscorso e o interdiscorso. Como nos foi possível observar, o imaginário de *comunista* aliado ao de *perverso, radical, operário, semi-analfabeto, despreparado, desqualificado* vai deslizando para *estrategista político, farsante*, até se tornar o *presidente corrupto*. Por meio desse deslizamento de sentidos, notamos que, embora Lula tenha sido reeleito, o grupo *Veja* continua mostrando Lula como sendo o oposto do imaginário implícito do candidato que considera ideal.

Desse modo, após toda a mudança na conjuntura social e histórica⁵⁴, o /E/: *o comunismo representa o mal* perde o efeito de perversidade e satanização. O PT, tampouco Lula, não assustam mais. Entretanto a ausência do medo não provoca a empatia do grupo *Veja* que insiste em considerá-lo desqualificado ao cargo de Presidente da República, como foi possível perceber por meio do processo de reescritura.

Quanto à articulação das diferentes materialidades lingüísticas, observamos que a diferença no modo de formulação do discurso de *Veja* sobre Lula não diz respeito a uma diferença de produção de efeito de sentido, visto que tanto palavra quanto imagem sugerem a materialização de um mesmo discurso negativo sobre Lula. O que está em jogo, então, é a

⁵³ Salientamos que, além do material impresso, o grupo Abril dispõe uma página eletrônica da revista na *web*, o que torna o discurso de *Veja* ainda mais acessível e difundido.

⁵⁴ Lula e o PT atenuam o discurso contrário aos acordos com o FMI e o pagamento da dívida externa. Também começam a defender a estabilidade econômica, o que é verificado na prática quando Lula chega ao poder.

gestualidade desses diferentes modos de formulação. A partir da análise das SD verbal e imagética, entendemos que o impacto e a sedução pela imagem representam o gesto dessa materialidade formular que difere da linguagem verbal, o que produz não um outro discurso, mas uma "tonalidade" diferente à significação do mesmo discurso. É a **gestualidade da formulação**, portanto, que faz palavra e imagem terem seus próprios "brilhos", e produzirem efeitos diferentes de um mesmo discurso no leitor.

Julgamos ainda necessário o prolongamento dessa discussão em trabalho futuro a fim de observarmos em outro *corpus* de análise a relação entre essas materialidades, verificando a possibilidade de um trabalho não só de leitura, mas também de produção textual envolvendo a imagem e a sua relação com a palavra.

Ao finalizar esse trabalho de dissertação, esperamos ter contribuído para o avanço da Análise do Discurso no que diz respeito à análise do não-verbal. Esperamos ainda termos apontado para a inatingível imparcialidade dos meios de comunicação, mostrando como a imprensa e as mídias em geral direcionam os sentidos ao mesmo tempo em que os dissimula com sua pretensão de objetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. (1983). Memória e produção do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. (orgs). *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999, p.11-21.

ALTHUSSER, Louis. (1968). *Aparelhos ideológicos de Estado*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BENVENISTE, É. *Problèmes de Linguistique général I*. Paris: Gallimard, 1962.

BETTO, Frei. Lula: detalhes bibliográficos. *Caros Amigos*. Ed. 67, out./2002.

DAVALLON, Jean. (1983). A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999. p.23-37.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999, p.37-52.

COURTINE, Jean-Jaquecs. Analyse du discours politique. *Langages*, n.61, juin, 1981.

_____. Définition d'orientations théoriques et constructions de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v.IX, n.2, 1982.

_____. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langages*, n. 114, p. 5-12, junho 1994.

_____. (1983) O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999, p. 15-22.

COURTINE, Jean-Jaquecs & MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours. *Matérialités discursives*, Presses Universitaires de Lille, 1981.

DORNELES, Elizabeth F. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999, p. 149-172.

FERNANDES, Carolina. *O ciberespaço no confronto de sentidos: uma nova leitura de arquivo*. Texto apresentado no simpósio Hiperlíngua e arquivo, durante o III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2007 - publicado em CD-ROM, III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras, 2008.

FOUCAULT, Michel. (1969). *A arqueologia do Saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. (1970). *A ordem do discurso*. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FURTADO, Thaís Helena. *As lacunas de sentido no discurso jornalística: do repórter ao editor da revista Veja*. Dissertação de mestrado - PPG letras, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

GALLO, Solange. *Texto: como apre(e)nder essa matéria?* Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas, 1994.

GUILHAUMOU, Jacques. & MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni et al. (orgs). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 163-181.

GUIMARÃES, Eduardo. Ver e dizer. In: *Escritos*, n.2, Campinas, Labeurb, UNICAMP, 1999.

_____. *Semântica do acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

GRANTHAM, Marilei. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Tese de Doutorado, PPG Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar. Tese de Doutorado, PPG-Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

HAROCHE, Claudine et al. (1971). La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: MALDIDIER, D. (org.). *L'inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions de Cendres, 1990, p.133-153.

HERBERT, Thomas. (1968). Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, n.1, 1995, p. 63-89.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F. & CAMPOS, M. (orgs). *Ensaio: discurso, memória, identidade*. Porto alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 70-81.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST, Aracy & FUNEK, B. Susana. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: EDUCAT, 2001, p.27-42.

_____. *A noção de sujeito em análise do discurso: do desdobramento à fragmentação*. Texto apresentado no GT de análise do Discurso, durante o XV Encontro da Anpoll. Niterói, 2000 - publicado no CD-Rom Síntese 2, Seção de Análise do Discurso, Anpoll, Porto Alegre, 2002a.

_____. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: *Revista da Anpoll*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, n. 12, 2002b.

_____. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo - um contraponto. *Letras - Espaços de circulação da linguagem*. Santa Maria, RS, n. 27, 2003, p. 55-66.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Revista Organon*. v. 17, n. 35, 2005a, p.101-121.

_____. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES, C. C. & SIMÕES, D. (orgs). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2005 b, p. 15-37.

_____. A categoria texto no âmbito dos estudos da linguagem: especificidades, contrapontos, limites. In: ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, Suz (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006. p.33-80.

LEITE, Nina. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. B.S.Z. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 15-28.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria C. (orgs). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

ORLANDI, E. P. (1984). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

_____. Segmentar ou recortar? In: *Linguística: questões e controvérsias*. Série estudos n.10, Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, SP, 1984, p. 9-27.

_____. A análise do discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, 1986.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise do Discurso. *D.E.L.T.A.*, v.10 , .2, 1994, p. 295 - 307.

_____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, n.1, 1995, p. 35 - 47.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. São Paulo, Campinas: Pontes, 2001a.

_____. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, E. (org.) *Cidade Atravessada*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001b, p.9 - 24.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. Análise de discurso. in: ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, Suz (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006, p.13-31.

PARANÁ, Denise. *O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Xamã, 2002.

PÊCHEUX, M. (1969). Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.61-89.

_____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. (1977). Remontémos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, M. *El discurso político*. México, Nueva imagem, 1980.

_____. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (orgs). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 55-66.

_____. (1983a). *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. (1983b). Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (orgs) *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). Por uma análise automática do discurso; atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.163-187.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAUSSURE, F. (1916). *Curso de lingüística geral*. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

SOUZA, Pedro de. Ataque ou acidente? Leitura de imagens e imagens de leitura. In: *Signos*, ano 22. Lageado, RS: Univates Editora, 2001, p. 7-20.

_____. A foto como modo de intervenção. In: LENZI, Lucia H. C. et al. (orgs). *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 265-274.

SOUZA, Tânia C. C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: *Rua*, Campinas, SP, n. 7, 2001, p. 65-94.

_____. Carnaval e memória: das imagens e dos discursos. *Contracampo* (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, v. 5, p. 140-156, 2000.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. *Leitura - Discurso: história, sujeito e ideologia*, n. 30, jul. - dez., 2002, p. 175-205.